

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Curso de Graduação em Serviço Social

(Resolução 007/CEG/2008, de 13 de agosto de 2008)

Curso de Graduação
Campus João David Ferreira Lima - Trindade
88080-000 Florianópolis, SC - Brasil
Centro Sócio-Econômico
Telefone: (048) 3721-9297 ramal 34 ou 3721-9538
E-mail: coordssocial@cse.ufsc.br

EXPEDIENTE

Coordenadoria do Curso de Graduação em Serviço Social

Ana Maria Baima Cartaxo

Coordenadora

Simone Sobral Sampaio

Sub-Coordenadora

Ondina Rosa

Secretária da Coordenadoria do Curso de Graduação

Fone 3721-9538

Departamento de Serviço Social

María del Carmen Cortizo

Chefe

Iliane Kohler

Sub-Chefe

Simone Matos Machado

Chefe de Expediente

Fone 3721-9540

Raúl Burgos

Coordenador de Pesquisa

Maria Manoela Valença

Coordenadora de extensão

Maria Teresa dos Santos

Coordenadora de Estágio

Vera Herweg Westphal

Responsável pela disciplina de TCC

Rosana Maria Gaio

Secretária da Coordenadoria de Estágios e TCC

Fone 37219297 – R 33

Revista Katálysis

Catarina Maria Schmickler

Editora Científica da Revista Katálysis

Berenice Petry Braun

Editora Técnica

Fone 37216524

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1.2 Pressupostos	8
1.3. Objetivos	11
2. REFERÊNCIAS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	12
2.1 Perfil do Formando	12
2.2 Competências e Habilidades	13
3.2 Núcleos de Pesquisa, Extensão e Programa Educação Tutorial – PET	15
3.3 Sistema de avaliação do projeto do curso	16
4. CONTEÚDOS CURRICULARES	17
4.1 - Composição dos Conteúdos das Disciplinas Obrigatórias nos Núcleos	17
4.3 - Ementário	21
4.4 Estágio Supervisionado	27
4.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	29
4.6 Atividades Complementares	30
4.7 Articulação entre a Graduação a Pós-Graduação em Serviço Social	31
5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	32
5.1. Egresso	34
6. QUADRO DOCENTE	36
7. INFRA-ESTRUTURA	38
7.1. Recursos Físicos	38
7.2 Biblioteca	39
7.3. Laboratório	40
7.4 Expectativa de composição dos Recursos Humanos	40
7.5 Recursos Financeiros	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	41
Anexos	42
ANEXO 1: Matriz Curricular	43
ANEXO 2 : Ementas E Bibliografia	48

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme normas e orientações para o ensino superior emanadas do Ministério de Educação, sistematiza os princípios, métodos/objetivos, conteúdos curriculares e procedimentos metodológicos adotados em nas práticas pedagógicas do Curso, bem como no seu aperfeiçoamento continuado.

Trata-se, assim, de importante instrumento político-pedagógico que expressa o compromisso de seu quadro docente e servidores técnico-administrativos na formação profissional dos assistentes sociais em sintonia com as exigências éticas, teóricas e técnicas da profissão.

O compromisso que orienta este projeto é, portanto, o de assegurar uma sólida e crítica formação teórico-metodológica aos estudantes de Serviço Social, fundamentada na mais elevada e crítica tradição do pensamento científico e filosófico, para intervenção especializada nas múltiplas expressões da questão social, sempre re-atualizadas em novos desafios, processos e demandas sociais. Visa ainda à preparação profissional na criação, operacionalização das políticas sociais e na defesa dos direitos humanos civis, sociais, políticos e ambientais, na perspectiva do aprofundamento da democracia e da cidadania no país. Neste sentido, este projeto também é um instrumento para investigação, proposição e aperfeiçoamento do Serviço Social em suas diferentes dimensões.

Em termos pedagógicos, é preciso ressaltar que este Projeto pretende construir concretamente a plena articulação e complementaridade entre ensino, pesquisa e extensão, com especial cuidado para integração, também, entre a Graduação e a Pós-Graduação no Serviço Social.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC é o instrumento básico que deve orientar o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão da graduação, tanto em relação ao processo didático-pedagógico, como na gestão acadêmica das suas diferentes instâncias de organização.

Para registro histórico, cabe ressaltar que o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC foi implantado em 1999, com a implantação das novas Diretrizes Curriculares, cuja elaboração contou com a participação de docentes e estudantes, tanto na discussão quanto na formulação, ao longo do ano de 1998. Desde então, encontra-se em permanente processo de avaliação e de análise de seu alcance e pressupostos.

Naquela ocasião, parte do Projeto Pedagógica foi sistematizada em um documento denominada “*Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social*” (DSS, 1999), subsidiando a reorganização acadêmico-pedagógica do curso na turma matutina (já existente) e a implantação da turma

no horário noturno, iniciado no mesmo ano. Entretanto, a expansão de vagas de apenas um para dois turnos (matutino e noturno) consta registrada, equivocadamente, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como dois cursos distintos, com os códigos 14240 para o diurno e 20136 para o noturno, retificação que deverá ser realizada no próximo processo de credenciamento do Curso.

O Curso de Serviço Social da UFSC, na perspectiva de assegurar os princípios acadêmicos gerais definidos para o ensino superior na LDB, bem como as diretrizes específicas aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), destacam:

1. As diretrizes curriculares integram centralmente o Projeto Político-Pedagógico, com fidelidade a exigência de flexibilização da grade de disciplinas, da introdução de atividades complementares, de abertura às necessárias adequações decorrentes das novas demandas que a sociedade e a profissão exigem. É importante destacar neste sentido que estas mesmas diretrizes de 1996 se encontram, no momento, em processo de avaliação no seio da ABEPSS e no curso de Serviço Social da UFSC.
2. O Projeto Político-Pedagógico expressa, a articulação dos três núcleos de fundamentação do currículo do curso, destacando-se a estratégia metodológica de fortalecer os conteúdos que compõem o *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional* (ABEPSS, 1996, p. 170);
3. O compromisso estruturante com a sólida e crítica formação nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social, capaz de prepará-lo para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional.
4. O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social é construído num contexto de velozes e intensas mudanças políticas, econômicas, culturais e ambientais, que exigem, em termos de conhecimento e intervenção na vida social, novo apreço à perspectiva interdisciplinar na formação profissional, na pesquisa e na extensão universitária.
5. O Curso de Serviço Social deve assegurar uma formação profissional com sólida base de conhecimentos científicos e filosóficos que permitam ao profissional formado na UFSC uma leitura e compreensão crítica da realidade social na qual exerce sua profissão, plural e generalista, com forte identidade republicana e democrática, decorrente de sua inserção numa universidade nacional, pública e gratuita.

Nesse sentido, este documento se estrutura em consonância às recomendações da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFSC (PREG), consolidadas nas *orientações básicas para elaboração do projeto pedagógico dos cursos de graduação*, a partir dos seguintes subitens: 1. histórico, pressupostos e objetivos, 2. referências para formação profissional; 3. organização do curso; 4. conteúdos curriculares; 5. procedimentos pedagógicos para aprendizagem; 6. formas e instrumentos de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem; 7. perfil docente; 8. perfil discente e 9. infra-estrutura.

1. HISTÓRICO, PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

1.1. Histórico

A criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis foi produto da articulação das entidades sociais (filantrópicas, patronais e confessionais) de Santa Catarina, que se congregaram para instituir a *Fundação Vidal Ramos* (FVR), cuja criação data de 03 de maio de 1958, assumindo a presidência o Sr. Celso Ramos, também presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC.

Ao ser instituído, a FVR firmou convênio com a *Sociedade Feminina de Instrução e Caridade*, sediada em Campinas, São Paulo, a qual enviou duas representantes para organizarem e dirigirem a Faculdade de Serviço Social (FSS) de Santa Catarina, em movimento análogo a muitas outras escolas de Serviço Social do país. A autorização para o funcionamento do curso foi concedida pelo Decreto n. 45.063 de 19 de dezembro de 1958, início de suas atividades. A aula inaugural foi proferida em 07 de março de 1959.

Compondo desde seu início a recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina (Lei nº. 3.849 de 18 de dezembro de 1960), a Faculdade de Serviço Social foi agregada como escola isolada, conforme consta no Diário Oficial da União (29 de maio de 1961, artigo 5º, alínea h). O passo seguinte foi o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (27 de junho de 1961), conforme Decreto nº. 50868 (29 de junho de 1961).

Em 27 de outubro de 1978, houve manifestação oficial da FSS à direção da UFSC para definitiva e ampla integração do Curso de Serviço Social à Universidade Federal, finalmente efetivada em 1980.

Conforme consta em documento emitido pela Coordenadoria do Curso de Serviço Social, (1989, p. 3), o novo curso de Serviço Social, agora pertencente a UFSC, objetivava:

[...] conhecer e compreender a realidade social, suas inter-relações conjunturais e estruturais, num processo histórico de transformação econômica, social, política e cultural. Refletir criticamente a construção teórico-metodológica do Serviço Social e contribuir para o avanço do saber profissional. Habilitar para o exercício profissional, no que se refere ao conhecimento e utilização do instrumental técnico operativo de intervenção. Propiciar o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações sociais, baseadas na ética profissional. (COORDENADORIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1989, p.3).

Naquela ocasião, o Curso já tinha entre seus propósitos *formar profissionais habilitados e comprometidos com o conhecimento e a intervenção na realidade social e política*. O mesmo documento afirmava ainda: “seus fundamentos metodológicos e ideológicos, têm caráter pluralista. Reconhece-se a complexidade e a dinâmica das relações sociais em suas transformações históricas e na sua contemporaneidade”. (COORDENADORIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, 1989, p.1)

Desde a revisão curricular de 1985, o Curso de Serviço Social tem realizado avaliações sistemáticas, no sentido de adequar a formação profissional do assistente social às exigências da atualidade. Em 1991, foi realizada outra revisão curricular parcial, pois, em face das rápidas transformações daquela década, havia que assegurar a contínua adequação da formação e do perfil profissional frente às necessidades da intervenção junto às renovadas demandas da sociedade.

As exigências para uma modificação substancial no projeto de formação profissional do assistente social foram alvo de importantes e intensas reflexões ao longo da década de 1990, envolvendo as Unidades de Ensino do país, sob coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Neste processo procedeu-se amplo e sistemático debate, avaliando e propondo alterações para a tão almejada revisão curricular. Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais nas Unidades de Ensino filiadas à ABEPSS, em todo país, 25 Oficinas Regionais e 02 Oficinas Nacionais. Neste processo, segundo a Diretoria da ABEPSS/Gestão 1998/20000,

Foram trabalhados os caminhos possíveis de implantação e montagem dos currículos, a partir dos informes das escolas em seu esforço de implantar as diretrizes ante as singularidades de seus cursos. Esse enraizamento ganha densidade, porque este processo discutiu profundamente as diferenças teórico-metodológicas, com maturidade e respeito, e chegou à definição de uma direção para a formação dos assistentes sociais no país. (2000, p. 5).

O Departamento de Serviço Social da UFSC participou ativamente deste processo, tanto no âmbito nacional quanto regional. No plano local, a participação de estudantes, professores e profissionais, representados pelo Conselho Regional de Serviço Social, propiciou a construção coletiva da proposta de alteração curricular, formalmente apresentada em 1999. Esta proposta foi contemplada nas *Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social*, aprovadas finalmente pelas Unidades de Ensino, em novembro de 1996.

Em suas proposições para a formação profissional na UFSC, o Departamento reafirmou as diretrizes e o desenho curricular estabelecidos nacionalmente, na perspectiva da garantia do perfil profissional almejado pelas entidades de Serviço Social. Com esse eixo, foram verificadas as tendências da categoria profissional referenciadas pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, as novas competências e atribuições em face das duas questões anteriores, ou seja, a formação efetiva de profissionais que tivessem condições de atuar de forma competente, nos planos teórico, político e operativo, assegurando a compreensão integral da intervenção efetivada e do próprio significado social da profissão na sociedade brasileira e internacional contemporânea.

1.2 Pressupostos

O curso de Serviço Social da UFSC, como parte desta instituição federal de ensino, compartilha da missão da universidade aprovada pela Assembléia Estatuinte em 04/06/93 e expressa no Art. 3 do seu Estatuto (outubro de 2002):

A Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade "produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida".

Neste sentido o Curso de Serviço Social inscreve sua ação na socialização e produção do conhecimento científico historicamente construído na sua esfera de atuação dentro da grande área das ciências sociais, respeitando a pluralidade de paradigmas, métodos e técnicas construídas nesta área de saber.

As diretrizes e pressupostos da proposição curricular vigente foram estabelecidas a partir de duas considerações básicas: (I) a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos processos de exclusão cultural, social, política e econômica; (II) e as manifestações da questão social, no âmbito das transformações advindas pelo re-ordenamento do capital e do trabalho, consequência do processo de reestruturação produtiva no Brasil.

Em decorrência dessas considerações, os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, constante nas diretrizes curriculares de 1996, foram os seguintes:

- O Serviço Social se particulariza como uma profissão interventiva. Reconhecer esta dimensão implica em reconhecer que o Serviço Social se altera e se transforma quando se alteram os elementos que constituem o fundamento de sua existência, ou seja, a questão social, os processos de exclusão e as novas demandas oriundas da complexa dinâmica societária lhe exigem sua intervenção específica e qualificada. Outra decorrência desse reconhecimento é a necessidade de compreensão dos processos sociais e de um instrumental heurístico para tal tarefa. Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas perpassam a formação profissional como pressupostos para a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e os aspectos focais da mesma, os quais se constituem em objetos de intervenção profissional.
- A relação do Serviço Social com as expressões da questão social e com os processos de exclusão social e as novas demandas acima mencionadas é mediatizada por um conjunto de situações/dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas que se constitui no seu processo de trabalho e que objetiva um produto concreto. É integrado por elementos tidos como constitutivos da profissão: objeto, objetivos, papéis e funções, instrumentos e técnicas de atuação – dimensões técnico-políticas e teórico-metodológicas do fazer profissional. Assim, aqueles elementos constitutivos do objeto de sua intervenção

são visualizados com um olhar que é próprio e determinado pela profissão em sua constituição histórica e pelo significado atribuído pela sociedade.

- As alterações no modo de organização do capital e do trabalho introduzem modificações nas demandas profissionais e alteram o mercado profissional, pois provocam mudanças na esfera da produção que operam refrações nos mecanismos de reprodução social – âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social.
- O processo de trabalho no Serviço Social é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social dos processos de exclusão, das novas demandas societárias e pelas formas que a sociedade dispõe e implementa para atenuá-los ou resolvê-los. As demandas que se apresentam, hoje, à profissão têm configurações que dão novas dimensões aos velhos fenômenos, como os novos papéis da sociedade civil, a segmentação social dos usuários, as novas formas de organização do trabalho e novas configurações decorrentes de novos processos societários.

Este conjunto de elementos deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa nas diversas ações interventivas dos espaços profissionais. Estes pressupostos atravessam as diretrizes curriculares que dão sustentação a uma formação profissional que possibilite:

I - apreensão crítica do processo histórico;

II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;

III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

IV - a apreensão das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas e;

V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão e, no Código de Ética Profissional.

O currículo, implementado a partir do primeiro semestre de 1999, após sua aprovação em 19 de novembro de 1998, procurou manter o caráter generalista da formação profissional no plano institucional, como um requisito a mais exigido pelas demandas societárias e o mercado de trabalho.

No sentido de garantir o perfil pretendido e atingir os objetivos do curso, entendeu-se a importância de um conjunto de conhecimentos indissociáveis – que foram traduzidos em Núcleos de Fundamentação – constitutivos da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos

da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Cabe destacar que os diferentes momentos de avaliação do currículo realizados, através de reuniões dos Colegiados do Curso e do Departamento, do Fórum Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (2003) e da realização da Semana Acadêmica (2005) têm permitido diagnosticar situações, suscitando algumas alterações que vêm sendo realizadas, visando o aprimoramento da formação profissional.

Além da implementação do novo currículo em 1999, outra mudança substantiva ocorreu: a ampliação de vagas do Curso de Serviço Social em 1998, que sem contar com a concomitante ampliação do quadro docente tem comprometido, desde então, o processo pedagógico e acadêmico-político em geral, como demonstrado pelo longo processo de luta do Curso e Departamento de Serviço Social pela ampliação de seu quadro docente.

Desde sua criação, em 1959, até 1970, o Curso oferecia uma entrada anual. A partir da década de 1970, passou a funcionar com duas entradas no período matutino (uma em março e outra em agosto) e, a partir do ano de 1999, passou a ter quatro entradas: duas em março e duas em agosto (atendendo os períodos matutino e noturno) perfazendo um total de 140 ingressos anuais. Naquela ocasião (1999), o Departamento de Serviço Social atendeu ao pleito, feito pela Reitoria, de ampliação de vagas para o curso noturno, em resposta ao compromisso depois abandonado, de que com o ingresso de novas turmas no período noturno seriam realizados concursos públicos para professores efetivos, atendendo as necessidades do curso em seu bom funcionamento.

Nesta mesma conjuntura o DSS, comprometido com a qualificação da formação, cria o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em 2001. A Pós-Graduação em Serviço Social, única em Universidade Pública Federal do sul do Brasil, revelou imenso potencial na qualificação do projeto ético-político profissional e formação continuada dos profissionais da região, assim como do projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação. A inserção dos professores do Curso de Graduação (matutino e noturno) também na Pós-Graduação revela a importância concedida à pesquisa e, sobretudo, os esforços direcionados para a garantia da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção. O desafio maior está na construção do conhecimento comprometido com as necessidades e demandas sociais, econômicas e políticas de nosso tempo histórico, assim como com a articulação do ensino, pesquisa e extensão.

Com relação à extensão cabe destacar que não se confunde o papel da mesma na formação profissional ou o papel da universidade em relação à sociedade com a prestação de serviços que substituem o papel do Estado. A discussão sobre a extensão se faz presente em diferentes espaços e ainda precisa ser aprofundada no âmbito do DSS, do Centro Sócio-Econômico e da UFSC, enquanto uma direção que valida, ética e politicamente, a produção e disseminação do conhecimento.

A articulação entre o Programa de Pós-Graduação e a Graduação tem ocorrido de diferentes formas: atividades acadêmicas conjuntas, dinâmica de funcionamentos dos grupos de pesquisa, participação de mestrandos em Bancas de Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio de Docência para os mestrandos, incremento à produção da Revista Katálýsis, entre outras.

Sobre a Revista Katálýsis vale destacar que seus objetivos são promover e disseminar produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e extensão, no âmbito do Serviço Social, bem como das suas relações com os demais campos do saber, através da publicação de ensaios teóricos, pesquisas científicas, experiências, conferências, entrevistas, resenhas de livros, comunicações e informes, visando a formulação e a divulgação de políticas sociais públicas e privadas no contexto das temáticas: cidadania, democracia, qualidade de vida, inclusão/exclusão social, organizações da sociedade civil e globalização. Está indexada em: EDUBASE (Fac. de Educação/UNICAMP (Campinas/SP); OEI-CREDI (Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Espanha); IRESIE (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa (UNAM/México); Fundação Carlos Chagas (Biblioteca Ana Maria Poppovic (São Paulo), CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e, em PERGAMUM. Em 2006 foi aprovado o ingresso de Katálýsis na biblioteca eletrônica SciELO (Scientific Electronic Library Online) e a partir de junho de 2007 seus artigos podem ser acessados no endereço <http://www.scielo.br/rk>.¹

1.3. Objetivos

Formar profissionais capacitados para desempenhar as funções estabelecidas no exigente projeto histórico da profissão visando a compreensão da realidade social em suas múltiplas determinações (econômicas, culturais, políticas, ambientais e outras), de modo a habilitá-lo a apontar iniciativas e propor projetos de natureza coletiva. Neste sentido, o Curso de Serviço Social visa:

- a) Na dimensão teórico-metodológica, socializar e construir conhecimento crítico-científico fundado no arcabouço teórico/metodológico construído nas Ciências Sociais e na filosofia crítica, destinado a subsidiar uma rigorosa compreensão da realidade social e do processo histórico nacional e internacional.
- b) Na dimensão ético-política, fomentar uma formação ética e humanista que permita aos futuros profissionais orientarem suas ações pelo Código de Ética Profissional que estabelece em seus princípios gerais os seguintes preceitos fundamentais:
 - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
 - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
 - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
 - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

¹ Outras informações sobre a Revista podem ser acessadas no sítio <www.katalysis.ufsc.br> e na home page www.portalsocial.ufsc.br/katalysis.htm ou solicitadas pelo e-mail kataly@cse.ufsc.br.

- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

c) Na dimensão técnico-operativa, viabilizar a aquisição do conjunto de habilidades e competências técnicas utilizadas pelo assistente social no desempenho pleno de suas funções profissionais e expostos na seção 2.3 deste Projeto Político Pedagógico.

- Sustentar uma visão pluralista do conhecimento teórico e da vida acadêmica, em coerência com o caráter plural das ciências sociais formada por correntes de pensamentos e paradigmas diversos, propiciando, no entanto, a adoção de uma teoria social crítica que “possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996)
- A partir da compreensão da realidade internacional e nacional construir um comprometimento com as realidades local e regional, para que seu trabalho esteja voltado para a busca da democratização das relações, das instituições e da sociedade como um todo;
- Garantir um embasamento teórico-metodológico para atuar nos setores público e privado incentivando a continuidade do processo de formação profissional.

2. REFERÊNCIAS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Perfil do Formando

O Curso de Serviço Social da UFSC pretende formar profissionais que atuem crítica e competentemente nas expressões da questão social especialmente no âmbito das políticas públicas, nos processos sócio-assistenciais, político-organizativos, planejamento e gestão, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de contribuir para o exercício pleno da cidadania, viabilizando a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

O curso de Serviço Social da UFSC propõe a formação de um profissional com um perfil científico/investigativo capaz de inserir-se crítica e propositivamente em processos coletivos de trabalho, particularmente nas políticas públicas; com competência para atuar no âmbito dos processos político-

organizativos, de planejamento e gestão e sócio-assistenciais, conforme as competências e atribuições da profissão.

2.2 Competências e Habilidades

2.2.1 Gerais - A formação profissional deve viabilizar ampla e crítica capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional, com vistas à:

- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários nacional e internacional desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formulação de respostas políticas e profissionais para o enfrentamento da questão social;
- Domínio dos recursos gerenciais, informacionais e operacionais, presentes na instituição, que envolvem o exercício profissional concretamente.

2.2.2 Específicas – Com relação às capacidades para intervenção, previstas na Lei de Regulamentação da Profissão de nº 8.862/93, a formação profissional deverá propiciar as seguintes habilidades:

- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

3. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Perfil do Curso

O curso de Serviço Social da UFSC se caracteriza por ser um dos poucos da região sul do país pertencente a uma universidade pública, característica que lhe permite garantir um ensino científico, laico, gratuito e de qualidade. É formado por um quadro docente altamente qualificado que desenvolve atividades relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se que a maioria do seu corpo

docente se vincula ao Departamento de Serviço Social da UFSC, que oferece o único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em IFES do sul do país.

Seus estudantes têm a possibilidade de vincular-se com as pesquisas através dos núcleos de pesquisa, das atividades de iniciação científica, do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social e das diversas atividades promovidas pela pós-graduação. Sendo assim, o curso de serviço social da UFSC tem uma vocação de excelência acadêmica que busca consolidar e desenvolver através de diversos mecanismos institucionais.

Além das atividades regulares de ensino, constituem-se também atividades acadêmicas:

- a)** Aula Inaugural promovida no início de cada semestre letivo com temas de interesse da profissão relacionados a uma análise de conjuntura que propicie o pensamento crítico.
- b)** Recepção dos calouros por meio de informes concernentes ao curso e a introdução discursiva a respeito da profissão.
- c)** Realização da Semana do Assistente Social, durante o mês de maio, através de programação conjunta: coordenação da graduação e da pós-graduação, chefia do Departamento, demais coordenações, CALISS/PET, representante da ABEPSS e órgão político-organizativo - CRESS - objetivando promover o debate de assuntos pertinentes à profissão.
- d)** Realização da Semana Acadêmica, no início do 2º semestre letivo, através de ação conjunta, com a discussão dos aspectos político-pedagógicos e didáticos do curso.

Vale ressaltar que o curso está organizado em oito (8) períodos (semestres) letivos, composto por cinco disciplinas em média, que por sua vez podem ser ministrada em 72 horas/aula (4 créditos), 54 horas/aulas (3 créditos) ou 36 horas/aula (2 créditos).

A duração do Curso de Serviço Social da UFSC compreende um total de 3240 horas, distribuídas entre disciplinas específicas do curso de Serviço Social e de créditos externos, de outros departamentos. Sofre ainda uma segunda sub-divisão entre disciplinas obrigatórias e optativas, que também devem contar com um número mínimo de créditos em Serviço Social. O período de conclusão mínimo previsto é de 8 semestres e prazo máximo para integralização do curso é de 14 semestres.

Conforme exigências da profissão estão previstas também as atividades indispensáveis de estágio supervisionado, classificados em obrigatório e não obrigatório, e trabalho de conclusão de curso, com suas especiais cargas horárias.

Deve-se ressaltar ainda que o curso de Serviço Social da UFSC, em atendimento as diretrizes da ABEPSS, estabeleceu no interior das suas disciplinas algumas das novas estratégias pedagógicas recomendadas, especialmente as atividades complementares como seminários temáticos e as oficinas de processo de trabalho.

A distribuição quantitativa das disciplinas e as respectivas cargas horárias encontra-se no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Carga horária total do curso de graduação - Currículo: 1999

Códigos	Carga Horária/ Disciplinas
ANT	144
CNM	36
DIR	72
FIL	54
HST	36
SPO	216
PSI	144
Sub-Total	702
DSS	
Disciplinas Obrigatórias	2250
Estágio Obrigatório *	(450) No mínimo
Estágio Não-Obrigatório *	(675)
TCC	72
Optativas em Serviço Social	72
Optativas Livres	144
Sub-Total DSS	2538
TOTAL Geral	3240

Fonte: Currículo: 1999.1/Alteração: 2006.2 - Coordenação Curso de Serviço Social

* A carga horária de Estágio não integra o cômputo geral das disciplinas

3.2 Núcleos de Pesquisa, Extensão e Programa Educação Tutorial – PET

O Departamento de Serviço Social organiza suas atividades e projetos de pesquisa e extensão em Núcleos de Estudo, que reúnem professores, estudantes e profissionais e também outros participantes, como militantes de movimentos sociais. São segmentados em função de temáticas comuns e, a partir da definição destas áreas de interesse e da sua aptidão mais forte, desenvolvem diversificadas atividades e projetos, que vão desde pesquisas e publicações, passando por eventos, cursos, projetos de extensão comunitária, bem como grupos de estudo e de assessoria a fóruns e organizações populares.

As temáticas atendem a seguinte organização:

- NECAD - Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família

Coordenadora Prof^a Maria Manoela Valença

- NESPP - Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social.

Coordenadora Prof^a Ivete Simionatto

Vice –Coordenadora – Prof^a Vera Ribeiro Nogueira

- NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições.

Coordenadora Prof^a Myriam Raquel Mitjavila

Vice –Coordenadora – Prof^a Simone Sobral Sampaio

- NEPEV - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência

Coord. Catarina Maria Schmickler

Vice- Coordenadora - Profa. Tereza Kleba Lisboa

- NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

Coordenadora Prof^a Iliane Kohler

- NUSSERGE - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero

Coordenadora Prof^a Teresa Kleba Lisboa

- OLA/UFSC - Observatório Latino-Americano

Coordenador Prof^o Nildo Ouriques (Economia)

Vice-coordenadora Prof^a Beatriz Augusto Paiva

- PET/SSO - Programa Especial Tutorial Serviço Social

Tutora Prof^a María Del Carmen Cortizo

3.3 Sistema de avaliação do projeto do curso

A avaliação do atual projeto do curso desde sua implantação em 1999 constituiu-se de forma presente, em face da complexidade de sua compreensão e operacionalização. Diversos eventos e seus respectivos documentos registram momentos significativos de avaliação, a saber: o Fórum Político-Pedagógico realizado em 2003/2004, a Semana de Planejamento realizada em fevereiro de 2005, a Semana Acadêmica realizada em maio de 2005 e as Atividades Comemorativas ao Mês do Assistente Social realizada no período de 15 a 26 de Maio de 2006; a Pesquisa de Avaliação das Diretrizes Curriculares – promovida pela Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS), datado de maio de 2006.

Como mais um instrumento para subsidiar a avaliação do projeto pedagógico, em 2004, foi realizada uma Pesquisa sobre o Perfil dos Estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social (os resultados constam no Anexo A).

A Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) foi criada em 2004, composta pela Coordenadora e Sub-Coordenadora do Curso de Graduação e a Chefe e Sub-Chefe do Departamento de Serviço Social. A existência da Comissão justificou-se pela necessidade de acompanhamento e orientação da vida acadêmica dos estudantes, desde o ingresso no curso até a sua conclusão, buscando melhorar o desempenho discente e a qualidade do Curso.

Na atual gestão 2006-2008 destaca-se a formação de *comissões didático-pedagógicas* com a finalidade de planejar, articular os conteúdos e avaliar processo didático-pedagógico da aprendizagem. Cabe citar, ainda, a criação de uma comissão, em abril de 2007, para elaborar os procedimentos metodológicos para o processo de revisão curricular a partir dos indicadores decorrentes das avaliações acima mencionadas.

Constituem-se, também, como instâncias permanentes de avaliação do curso, as reuniões de colegiado do Departamento e do Curso de Serviço Social, as reuniões das comissões de estágio, de trabalho de conclusão de curso, de pesquisa, de extensão e o fórum de supervisores de estágio.

No que diz respeito à participação dos estudantes de Serviço Social/UFSC na avaliação do ENADE em 2004, ressalta-se que em virtude do posicionamento político do movimento estudantil, o resultado obtido nota 1 decorreu do boicote de ampla parcela dos selecionados para o exame.

Atualmente o curso discute sua participação no processo de avaliação institucional instituído no SINAES, atualizando seu PPP e promovendo um debate qualificado entre os diversos segmentos da vida acadêmica.

4. CONTEÚDOS CURRICULARES

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Tal estrutura se sustenta, portanto, no tripé dos conhecimentos constituídos pelos três **núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:** (I) teórico-metodológico da vida social, (II) formação sócio-histórica da sociedade brasileira e (III) do trabalho profissional.

4.1 - Composição dos Conteúdos das Disciplinas Obrigatórias nos Núcleos

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecimento do ser social. Este Núcleo é o responsável pela compreensão e explicitação teórico-analítica dos aspectos individuais, relações e fatos sociais (micro e macro abordagens), em seu sentido histórico e contemporâneo. Trata da compreensão do desenvolvimento da sociedade atual em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, filosóficos e culturais assim como dos fenômenos e manifestações institucionais, culturais em sua relação com o fundamento da ação profissional.

Disciplinas do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social
Serviço Social e Realidade Social
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência
Teoria Sociológica
Ciência Política
Serviço Social e Pensamento Contemporâneo
Antropologia Social I
Psicologia I
Antropologia Social II

Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, em sua situação dependente, urbano-industrial, na diversidade regional e local, questão agrária e agrícola. Devem ser objetos de estudo e análise: os padrões de produção capitalista brasileira nos diferentes modelos de gestão e organização do processo de trabalho, suas conseqüências culturais e sociais, tanto individuais como grupais e de segmentos de classe, sendo o eixo condutor da ordenação dos conteúdos a questão social e os fenômenos de exclusão.

Disciplinas do Núcleo Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

História Geral do Brasil

Introdução ao Serviço Social

Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil

Serviço Social e Política Social: Modelos de proteção social

Serviço Social: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos

Política Social e Formação Sócio-Histórica, Econômica Brasileira

Serviço Social e Política Social: Padrões Atuais de Proteção Social

Economia Política

Serviço Social e Seguridade Social: Saúde

Serviço Social e Seguridade Social: Previdência

Serviço Social e Política de Atenção à Criança e ao Adolescente

Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social

O **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional** compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho, sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento, a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Considera-se a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo e sua intervenção como a concretização de um processo que tem como objeto as diferentes e múltiplas expressões da questão social e das necessidades sociais. O processo de trabalho no Serviço Social exige, portanto, a definição de objetos, objetivos, instrumentos e técnicas de atuação, além de referências teórico-metodológicas que dão sustentação aos elementos indicados.

Em relação ao Serviço Social, a sua finalidade maior na realidade brasileira e catarinense é a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e o atendimento das necessidades sociais da população, por meio da implantação das políticas sociais. A concretização de tais finalidades implica, no entanto, na realização de ações concretas viabilizadas através dos serviços prestados à população usuária.

É a partir desta compreensão que se poderá construir e implementar as estratégias e técnicas de intervenção, combinando as diferentes dimensões intelectual, operativa e ontológica, próprias da teoria social crítica.

Disciplinas do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional
Introdução aos Processos de Trabalho no Serviço Social
Ética Profissional do Serviço Social
Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos
Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos
Administração em Serviço Social
Serviço Social: Instituições e Organizações
Processos de Trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações
Pesquisa em Serviço Social
Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis
Processos Trabalho no Serviço Social: Família e Segmentos Sociais Vulneráveis
Planejamento em Serviço Social
Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I
Estágio Curricular Obrigatório I
Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório II
Estágio Curricular Obrigatório II
Processos de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação

Assim, a formação do assistente social na UFSC, dividida por três núcleos de formação é composto por 43 disciplinas, sendo 10 do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, 12 do Núcleo de Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e 16 do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, além de 03 de livre escolha do estudante em créditos optativos (sendo uma do DSS e as demais podem ser cursadas em outros departamentos), somam-se a grade as disciplinas Tópicos Especiais em Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso.

A mais recente alteração realizada no currículo se deu em 2006.2, para (1) inclusão das disciplinas de supervisão do estágio não-obrigatório, como disciplina optativa e os estágios não-obrigatórios como atividades extra-curriculares I, II e III (2) a ampliação da carga horária da disciplina de Ética Profissional, (3) a ampliação da carga horária da disciplina de Fundamentos teórico-Metodológicos ambas para 72 horas/aula, e (4) a redução da carga-horária de Seminários Temáticos I e II de 72 horas/aula para 36 cada.

A composição integral do currículo vigente, com as respectivas ementas e cargas horárias, encontra-se no anexo 1.

4.2 Disciplinas Optativas

Como já dito, os estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC deverão cumprir no mínimo 72 horas/aula de disciplinas optativas do curso. As demais 144 horas/aula, o estudante poderá escolher dentre todas as disciplinas oferecidas pela Universidade, obedecidos os pré-requisitos, se for o caso. O quadro a seguir demonstra a relação de disciplinas optativas a serem oferecidas pelo curso de Serviço Social previstas:

Disciplinas Optativas
Avaliação de Políticas e Projetos Sociais
Direitos Humanos e Ética
Direitos Sociais, Controle Social e Serviços Sociais
Famílias, Redes e Política Social
Financiamento da Seguridade Social e Controle Social
Reforma do Estado e Serviços Sociais
Infância, Adolescência e Sociedade
Serviço Social e Sociedade Civil
Sistemas de Informação para o Serviço Social
Serviço Social e Relações de Gênero
Serviço Social e desafios profissionais contemporâneos
Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
Instrumental Técnico-Operativo
Supervisão Pedagógica de Estágio curricular (não obrigatório) I
Supervisão Pedagógica de Estágio curricular (não obrigatório) I I

Curso de Graduação em Serviço Social (Resolução 007/CEG/2008, de 13 de agosto de 2008)

4.3 - Ementário

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS			
1ª Fase			
Código	Ementa	CH	Pré-req
DSS5110	Introdução ao Serviço Social A constituição e o desenvolvimento da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho. A inserção e especificidade do Serv. Social como especialização do trabalho coletivo, determinantes objetivos do trabalho profissional no âmbito da reprodução social. Elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social na atualidade. As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira.	72	
DSS55605	Serviço Social e Realidade Social As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira	36	
SPO55150	Teoria Sociológica Matrizes clássicas do pensamento sociológico. Concepção de homem, sociedade, valores e história. O fato social em Durkheim, a teoria compreensiva de Weber e Schutz. A questão social e as necessidades sociais em Marx, Gramsci e Agnes Heller	72	
DSS55101	Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil A primeira reforma do Estado brasileiro e a inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. A Concentração de renda, da propriedade e do poder e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As expressões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no período. A segunda reforma do Estado brasileiro e a acentuação das desigualdades.	72	
FIL55195	Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência Argumentos filosóficos, concepções de natureza e de ciência	54	
2ª Fase			
Código	Ementa	CH	Pré-requisito
SPO 5236	Ciência Política Constituição da Ciência Política como campo científico. As teorias do Estado. A emergência da sociedade civil. As questões da democracia, cidadania, soberania e autocracia. A relação entre o público e o privado.	72	
SPO 5212	Política Social e Formação Sócio-Histórica, Econômica Brasileira Instauração e colapso do Estado Novo. Urbanização, industrialização e surgimento dos novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. O período Pós-64. Transição democrática. O neoliberalismo. Particularidades sócio-históricas regionais	72	

DSS 5125	Serviço Social e Pensamento Contemporâneo O Serviço Social e o debate contemporâneo referente à concepção de sociedade, valores, história e instituição. A questão social na contemporaneidade.	72	
DSS 5123	Serviço Social e Política Social: Modelos de Proteção Social Fundamentos teóricos da Política Social. Os direitos sociais. Modelos de Proteção Social. Determinações econômicas das políticas sociais. Reprodução e gestão da força de trabalho. A constituição e gestão do fundo público. A política social e o serviço social. A questão social e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social entre as décadas de 30 e 80 - ação do serviço social. O papel do Estado e dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas	72	
DSS 5130	Serviço Social: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos A institucionalização do Serviço Social no Brasil: Demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 30 e 90. As construções teórico-metodológicas relevantes do período. Processo de organização política da categoria. A construção de um novo projeto ético-político profissional.	72	

3ª Fase-			
	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQ
PSI 5122	Psicologia I A psicologia e sua diversidade: breve contextualização. Aspectos psicológicos e sociais da 1ª infância, adolescência, idade adulta e velhice. Relação entre profissional e usuário dos serviços sociais.	72	
ANT 5315	Antropologia Social I Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais.	72	
CNM 5124	Economia Política Raízes e postulados das proposta clássica, neoclássica e keynesiana. A crise da economia política e a emergência do socialismo. As mudanças de paradigma neste século e as lutas pelo progresso social em nossa época.	36	
DSS 5321	Ética Profissional do Serviço Social A ética como controle social das profissões liberais. Processo de constituição do ethos profissional. Os códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: fundamentos, conteúdos e significado político. Os Conselhos de Fiscalização do exercício profissional. As questões éticas atuais e o cotidiano profissional	72	
DSS 5124	Serviço Social e Política Social: Padrões Atuais de Proteção Social - Seguridade social - formato jurídico, institucional e financeiro. Atores sociais e as políticas sociais. Controle social - protagonismo da sociedade civil e o papel do Estado. Emergência de novos padrões de atenção e proteção social na América Latina e no Brasil. Modelos de avaliação de políticas sociais.	72	DSS 5123
DSS 5165	Introdução a Processos de Trabalho no Serviço Social A categoria trabalho. Os elementos constitutivos do processo de trabalho. O setor de serviços. Elementos constitutivos dos processos de trabalho no Serviço Social.	36	

4ª Fase			
COD	DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQ.
PSI 5123	Psicologia II Categorias fundamentais da psicologia social: indivíduo, cultura e personalidade, identidade, consciência e alienação. Os grupos e sua dinâmica: a comunicação e seus problemas.	72	PSI 5122

DSS 5135	Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos De Direitos - Intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. Objetivos e procedimentos de intervenção. Instrumentos técnico - operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Conselhos e mecanismos de controle social.	72	
DSS 5166	Processos de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direito - A (re) construção dos objetos de intervenção junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Ação junto a Conselhos de Direitos e mecanismos de controle social.	72	DSS 5165
ANT 5316	Antropologia Social II Questões étnico-raciais; família, gênero e violência na cultura brasileira.	72	ANT 5315
DSS 5705	Seminários Temáticos e Atividades Complementares I - Regulamentado pela Resolução no. 001 de 25 de março de 1999. A referida resolução em seu artigo primeiro define que tipo de atividades serão consideradas como atividades complementares.	36	
DSS 5332	Administração em Serviço Social Introdução ao pensamento administrativo. As diferentes formas de organização. As propostas alternativas formais para as organizações de serviços sociais. A ação do Serviço Social na gestão das organizações públicas e privadas.	72	

5ª Fase

COD.	DISCIPLINA	H/A	PPRÉ-REQ.
DSS 5150	Serviço Social e Políticas de Atenção Criança e ao Adolescente Construção histórica da criança e adolescente. Proteção Social para a criança e adolescente. Reordenamento jurídico-institucional. Desafios catarinenses. Mecanismos de operacionalização.	72	DSS 5124
DSS 5144	Serviço Social e Seguridade Social: Saúde O Estado brasileiro e a política de saúde. A discussão da reforma sanitária. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gerenciamento e controle social. A consolidação do Sistema Único de Saúde: impasses e perspectivas, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área da saúde. A prática profissional do assistente social na esfera da saúde pública e privada. A particularidade dos segmentos especiais e grupos específicos.	77	DSS 5124
DSS 5145	Serviço Social e Seguridade Social: Previdência O Estado brasileiro e a construção do sistema previdenciário público. A previdência social pública - estruturação, operacionalização, benefícios, financiamento, gerenciamento e controle social. A relação previdência pública e privada. Atuais tendências previdenciárias. A prática profissional do assistente social no setor previdenciário. A particularidade de segmentos especiais. O direito do trabalhador.	72	DSS 5124
DSS 5136	Serviço Social: Instituições e Organizações Intervenção do Serviço Social nos processos organizacionais. O uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria, supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.	72	
DSS 5167	Processos de Trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações - A (re) construção dos objetos de intervenção nos	72	DSS 5165

	processos organizacionais. A construção e o uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.		
--	--	--	--

6ª Fase			
COD.	DISCIPLINA	H/A	PRÉ REQ
DSS 5333	Planejamento em Serviço Social - Introdução ao planejamento. O planejamento institucional e das ações profissionais. Modelos de planejamento. Programas e projetos institucionais: elaboração, implementação e instrumentos de avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais e projetos sociais.	72	
DSS 5146	Pesquisa em Serviço Social I - Natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico - metodológico. Linguagem estatística: quadros, tabelas e gráficos. Elaboração e análise de indicadores sócio - econômicos. Estilos e componentes de pesquisa. A pesquisa social: planejamento, execução e expressão dos resultados.	72	
DSS 5148	Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social Estado brasileiro e a assistência social. A compreensão da assistência e o paradigma do direito. A política de assistência social: modelos, financiamento, operacionalização, gestão e controle social. As estratégias de proteção social ao trabalho informal. A prática profissional do assistente social na estruturação e implementação da política de assistência social. A particularidade de segmentos especiais.	72	DSS 5124
DSS 5137	Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis Família: Interrelações entre o público e o privado. Relações de gênero e gerações. A construção da identidade dos sujeitos sociais nas relações de classe, etnia, gênero e gerações. Pressupostos teóricos para o trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Trabalho com famílias. Trabalho com grupos. Trabalho com indivíduos. Trabalho com redes.	72	
DSS 5168	Processos de Trabalho no Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis .A (re) construção objetos de intervenção nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis: entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, encaminhamento, documentação. Processos interventivos com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Interrelações Sócio-Institucionais.	72	DSS 5165

7ª Fase			
Cod.	Disciplina	Hora/ aula	Pré req
DSS 5631	Estágio Curricular Obrigatório I	306	Todas as disciplinas até a 6ª fase, inclusive
DSS 5126	Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I Compreensão do espaço sócio-ocupacional- campo de estágio. Supervisão da inserção do estudante nos diferentes processos de trabalho. Orientação da dinâmica da discussão, reflexão, problematização e apropriação da experiência de estágio. Orientação da elaboração de documentos pertinentes à formação profissional.	36	

8ª Fase			
COD.	DISCIPLINA	H/A	Pré-Req.
DSS 5800	Tópicos Especiais em Serviço Social Discussão de questões emergentes no Serviço Social, de forma a complementar a formação do estudante concluinte, em especial àquelas que orientam o trabalho de conclusão de curso.	72	
DIR 5973	Direito e Cidadania Estudo dos fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos do homem. Análise da cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da cidadania. Neo-liberalismo e cidadania. Pluralismo, tolerância e cidadania.	72	x
DSS 5169	Processos de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação Análise e avaliação. Análise e avaliação coletiva dos processos de trabalho desenvolvidos pelos acadêmicos no estágio curricular obrigatório	72	DSS 5628
DSS 5127	Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório II Orientação do processo de discussão, reflexão, problematização e compreensão da experiência de estágio. Supervisão da elaboração do relatório final de estágio.	36	
DSS 5706	Seminários Temáticos e Atividades Complementares II Regulamentado pela Resolução no. 001 de 25 de março de 1999. A referida resolução em seu artigo primeiro define que tipo de atividades serão consideradas como atividades complementares.	36	
DSS 5330	Trabalho de Conclusão de Curso	72	DSS 5628 DSS 5629
DSS 5632	Estágio Curricular Obrigatório II	144	Todas as disciplinas até a 6ª fase, inclusive

Disciplinas Optativas			
CÓDIGO	Disciplina	H/A	Pré-Req
DSS 5119	Atividades Complementares em Serviço Social		
DSS 5120	Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos	72	
DSS5720	Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos II	36	
DSS 5152	A avaliação de Políticas e Projetos Sociais Avaliação Política e de Políticas Sociais. Relevância e significado da avaliação. Tipos e modalidades. A avaliação de projetos sociais. Indicadores Sociais. Avaliação financeira.	72	
DSS 5153	Direitos Humanos, Ética e Serviço Social Os processos de produção da sociabilidade contemporânea. A desigualdade e a violência na configuração da questão social no Brasil. Direitos Humanos, Ética e as contradições sociais.	72	
DSS 5154	Direitos Sociais, Controle Social e Serviços Sociais Concepções de Direito Social. Direitos Sociais e Políticas Públicas. Controle Social e democratização de decisões. Tendências do controle social. A articulação Público e Privado.	72	

DSS 5155	Famílias, Redes e Política Social Construção histórica do trabalho com famílias, a concepção de família no Estado de Bem-Estar Social. A família como unidade de referência das Políticas Sociais (o público e o privado e a relação com o Estado). O reordenamento institucional e os aspectos bio-éticos frente às políticas setoriais de atenção à família. O perfil da família latino-americana, brasileira e catarinense. As crises familiares e sua repercussão no cotidiano. A família e os processos de atenção do Serviço Social. A mediação familiar como perspectiva de atuação do Serviço Social (área da saúde, judiciária e comunitária). A proposta do Estatuto da Criança e Adolescente e o direito da convivência familiar e comunitária.	72	
DSS 5156	Financiamento da Seguridade Social e Controle Social Concepções e formas atuais de financiamento da Seguridade Social - saúde, previdência e assistência. As possibilidades de controle social do sobre os recursos financeiro públicos na Seguridade Social.	72	
DSS 5157	Infância, Adolescência e Sociedade A infância como categoria histórica. A criança como ser de direito, como vítima e como testemunha. O adolescente e a justiça: medida sócio-educativa, liberdade assistida, dissolução da pena. Infância e mediação em Serviço Social. Questões contemporâneas e qualidade de vida (alcoolismo, drogadição, etc)	72	
DSS 5158	Reforma do Estado e Serviços Sociais A crise do Estado. A crise do Estado no Brasil. As reformas do Estado Brasileiro na década de noventa. As novas funções do Estado e a publicização dos serviços não exclusivos. As organizações sociais. As parcerias e contratos de gestão. Novas dimensões do público. Os serviços sociais na reforma do Estado.	72	
DSS 5159	Serviço Social e Sociedade Civil Raízes históricas do conceito de sociedade civil. A concepção de sociedade civil na idade moderna. O debate atual sobre a categoria sociedade civil. Processos de organização da sociedade civil na era da globalização. O terceiro setor: contextualização. O terceiro setor entre o público e o privado: características, conceituação e composição. A parceria público e privado. O trabalho em redes. Consultorias e assessorias nas ações em rede.	72	
DSS 5160	Sistemas de Informação para o Serviço Social - uso da informática para operar sistemas de informação para o Serviço Social.	72	
DSS 5161	Serviço Social e Relações de Gênero Conhecer e aprofundar a história do movimento de mulheres no Brasil e no mundo. Resgatar a importância dos estudos feministas e relações de Gênero para o Serviço Social e incorporar metodologias de trabalho com mulheres nos diversos campos de abrangência da profissão.	72	
DS5325 Port.150/ PREG/2005	Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso Elaboração do projeto de monografia tendo como referência a experiência de estágio do estudante ou temática desenvolvida em projeto de pesquisa ou ainda relacionada a questões teóricas.	36	
DSS5326 Port.150/ PREG/2005	Instrumental Técnico-Operativo Tipos de grupo. Grupos: pesquisa, formação e intervenção. Elementos participantes do Grupo. Dinâmica de grupos. Aspectos ideológicos no uso de instrumentos e técnicas Dialética dos grupos e das organizações.	36	

DSS5721	Serviço Social e Questão agrária	36	
DSS5722	Serviço Social e Questão Urbana	72	
DSS5723	Serviço Social e a política do idoso	72	
DSS5724	Serviço Social e na área sócio jurídica	36	
DSS5725	Serviço Social e Educação	36	
DSS5726	Serviço Social e temas da Violência	72	
DSS5727	Serviço Social e Meio Ambiente	72	
DSS5801	Programa de Intercambio em Serviço Social I		
DSS5802	Programa de Intercambio em Serviço Social II		
DSS5651	Supervisão pedagógica de estágio curricular não obrigatório I	36	
DSS5652	Supervisão pedagógica de estágio curricular não obrigatório II	36	DSS5651
DSS5621	Estágio curricular não obrigatório I	225	
DSS5662	Estágio curricular não obrigatório II	225	DSS5621
DSS5710	Atividade Extraclasse: monitoria	72	

4.4 Estágio Supervisionado

As Diretrizes de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social regulamentam o estágio obrigatório e não obrigatório, em consonância à Resolução no. 009/CUN/98, que dispõe sobre o regulamento geral dos estágios da UFSC.

São considerados estágios as atividades que “orientadas e avaliadas proporcionam ao aluno aprendizagem social ou cultural, através de sua participação em atividades de trabalho, vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional” (UFSC/Cun, 1998). Conforme normatização do Colegiado do Departamento de Serviço Social, desde 2005, o Estágio Curricular Não-Obrigatório somente será autorizado para os estudantes a partir da 5ª. Fase. No primeiro semestre letivo de 2006 foi oficializada a criação das Disciplinas Estágio Curricular (não obrigatório) I e II com carga horária de 36 horas cada.

O estágio supervisionado obrigatório se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

O estágio curricular é uma das atividades obrigatórias para integralização do currículo, sendo desenvolvido em organizações e/ou instituições sociais habilitadas pela Coordenadoria de Estágio do curso, nos termos da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional. O estágio

curricular é concomitante ao período letivo escolar e tem seus critérios de avaliação determinados pelas Diretrizes de Estágio do Curso.

Assim, o estágio e supervisão obrigatórios têm como pré-requisitos o conjunto das disciplinas previstas até a 6ª fase da matriz curricular.

Como requisito pedagógico, o aluno deverá elaborar um plano de estágio e ao término do estágio apresentar um relatório final, numa sistemática organizada por regulamento próprio (anexo 2).

As bases político-pedagógicas do ensino da intervenção profissional no curso de Serviço Social da UFSC constitui-se numa preocupação central no âmbito da organização de seu currículo. Conforme Nogueira (2004, p. 124, 125)

Já em 1991, objetivando a integração do ensino teórico-prático e visando a maior qualificação da prática profissional, foram criados três núcleos de estudos. Estes núcleos, na sua estruturação, assumiam a responsabilidade pela articulação do ensino, da pesquisa e extensão, sendo responsáveis pela supervisão acadêmica do estágio curricular obrigatório. Este era desenvolvido pelos estudantes em três semestres consecutivos (5ª, 6ª e 7ª fases), com a carga horária de 648 horas.

[...] A ênfase da nova proposta curricular, de valorização do caráter interventivo da profissão e da necessidade de qualificação do exercício profissional dos futuros assistentes sociais, levou ao Departamento de Serviço Social a se colocar frente a frente com três grandes questões,

- Formação generalista versus formação especializada;
- Disjunção teoria e prática;
- Responsabilidade sobre o ensino do trabalho profissional atribuída ao assistente social.

Em resposta a estas questões, alterou-se a concepção das disciplinas de Processo de Trabalho, redimensionando-as a uma proposta pedagógica de *oficinas teórico-práticas*. Assim, previu-se a antecipação das experiências profissionais para debate nas disciplinas, permitindo a concentração do estágio curricular obrigatório e a respectiva disciplina de supervisão pedagógica integralmente na 7ª fase. É prevista também, por outro lado, a realização do estágio obrigatório com a carga-horária distribuída nas 7ª e 8ª fases, perfazendo 450 horas no total.

Na oitava e última fase está localizada a disciplina Processos de Trabalhos no Serviço Social: Análise e Avaliação, centrada especialmente na experiência do estágio curricular obrigatório, articulada com as demais disciplinas do currículo. Ao cursar essa disciplina, o conteúdo avaliativo sobre o desempenho do estudante resgata a capacidade de articulação com as demais disciplinas do curso, expressa no relatório de estágio e nos relatos da intervenção realizada. Busca-se, assim, verificar a capacidade discente de relacionar tanto os aspectos teórico-metodológicos como os referentes à discussão das políticas sociais, aos conteúdos éticos e à atitude investigativa que se expressam desde a leitura da realidade até a análise da intervenção e capacidade de elaboração de proposições.

Esta última disciplina tem, portanto, o objetivo de analisar e avaliar a experiência de estágio, tendo como parâmetro as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da formação profissional. Através dessa experiência, pretende-se criar um espaço de discussão coletiva sobre

o que é “ser assistente social” a partir das diferentes experiências do estágio curricular. Esta disciplina contribui também para a realização da avaliação curricular.

Embora considerada uma experiência positiva por estudantes, professores e parte dos supervisores, não se desconsidera as dificuldades que existem para a implementação de uma proposta complexa como esta, pois o novo desenho tem demandado uma reorganização interna das instituições campo de estágio, de sua relação com a universidade e com os estudantes. Implica também mudanças na forma clássica de acompanhamento aos estudantes pelos docentes e pelos supervisores de campo.

Está em processo uma maior articulação entre as disciplinas do Núcleo de formação do trabalho profissional e os conteúdos ministrados, tendo sempre a clareza de que a realidade não se constitui em mero pano de fundo e que este profissional que se quer formar tem que vivenciar, de fato, a função básica da Universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão e que, para tal, as condições materiais, físicas, humanas e financeiras devem ser garantidas.

O Estágio Curricular Não Obrigatório está regulamentado pela Resolução no. 009/CUn/98. São considerados estágios ou atividades programadas aquelas que “orientadas e avaliadas proporcionam ao estudante aprendizagem social ou cultural, através de sua participação em atividades de trabalho, vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional” (UFSC/CUn, 1998). Conforme normatização do Colegiado do Departamento de Serviço Social, desde 2005, o Estágio Curricular Não-Obrigatório somente será autorizado para os estudantes a partir da 5ª fase e, em 2006.1 foi oficializada a criação das disciplinas Estágio Curricular (não obrigatório) I e II com carga horária de 36 horas cada uma.

4.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Curso de Serviço Social da UFSC se inspira no Documento ABEPSS (1996, p.) o qual define o Trabalho de Conclusão de Curso como:

Exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.

Assim, o TCC é uma exigência parcial do Curso de Serviço Social da UFSC para obtenção do bacharelado em Serviço Social. Constitui-se em atividade obrigatória indispensável e integradora do currículo, a exemplo do estágio. Apresenta-se na forma de monografia, resultado de investigação e reflexão crítica sobre temática específica no âmbito da profissão, com apoio de orientação própria. É elaborado individualmente e deverá ser apresentado em banca pública, composta por três membros (o orientador como presidente e dois arguidores, sendo um professor do Departamento de Serviço Social e o outro podendo ser um profissional convidado).

Está previsto um semestre para sua realização, fazendo parte da matriz curricular como disciplina no 8º semestre, com a carga horária de 72 horas/aula.

Também o TCC é regido por uma normativa específica, denominado “Diretrizes do Trabalho de Conclusão de Curso”, desde março de 2005, conforme anexo 3.

Em relação aos objetivos do TCC, este visa possibilitar ao estudante (Art. 2 - Diretrizes do TCC/SSO/UFSC)

- Aprofundar teoricamente questões presentes no trabalho profissional a partir da conjuntura relacionando-as ao projeto político, econômico e social vigente;
- Contribuir para o desenvolvimento e a ampliação da produção científica na área do Serviço Social;
- Sistematizar e produzir conhecimentos no âmbito da profissão, especialmente das linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social;

4.6 Atividades Complementares

As Atividades Complementares traduzidas no Currículo do Curso de Serviço Social da UFSC pelas disciplinas “Seminários Temáticos e Atividade Complementares” I e II, ministradas na 4ª e 8ª fases, têm por objetivo proporcionar ao estudante momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes ao seu processo de formação. São constituídos por seminários, congressos, encontros, oficinas, monitoria, iniciação científica, inserção nos Núcleos de Estudos e Pesquisa e outras atividades aprovadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social. As duas disciplinas totalizam 72 horas.

As disciplinas DSS 5705 Seminários Temáticos e Atividades Complementares I e, DSS 5706 Seminários Temáticos e Atividades Complementares II são oferecidas na quarta e na oitava fases do Curso de Serviço Social da UFSC, cada qual com 2 créditos (36 horas/aula).

São disciplinas programadas para proporcionar ao estudante momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes ao seu processo de formação profissional, sendo contabilizada a participação em atividades extra-curriculares como Seminários, Congressos, Encontros, Palestras, Debates, Oficinas, defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, Monitoria, Iniciação Científica, inserção em Núcleos de Estudos e Pesquisas e outras atividades científicas, profissionais e culturais.

Os eventos programados pela UFSC, abordando temas afins ao Serviço Social, não precisam de aprovação prévia para validação das horas (Art. 1º - I da Resolução CCG 001/2006). Os eventos programados por Instituições fora da UFSC, deverão ter autorização do professor da disciplina (Art. 1º - II, III e IV da Resolução CCG 001/2006).

O estudante matriculado na disciplina DSS 5705, oferecida na 4ª fase, tem o semestre letivo para apresentar documentos comprobatórios da participação em eventos ocorridos no período de 1ª à 4ª fase.

O estudante matriculado na disciplina DSS 5706, oferecida na 8ª fase, tem o semestre letivo para apresentar documentos comprobatórios da participação em eventos ocorridos no período de 5ª à 8ª fase.

Durante o semestre letivo são realizados três encontros presenciais para apresentação da proposta da disciplina e do seu Programa, assim como para orientações que se fizerem necessárias para o aluno em relação a eventuais dúvidas e sobre o encaminhamento do Relatório de Participação.

As duas disciplinas contam com o auxílio de um monitor que, além do professor, está à disposição dos estudantes em horários que abrangem os períodos matutino, vespertino e noturno, totalizando 12 horas.

Quanto à avaliação das duas disciplinas, são atribuídos 4,0 (quatro) pontos para a comprovação das 36 horas/aula; 1,0 (um) ponto para o comparecimento aos três encontros presenciais e, 5,0 (cinco) pontos ao Relatório de Participação. A participação em eventos terá carga horária máxima computada de até 10h/aula. Para cada participação em bancas de defesa são atribuídas 2 (duas) horas. O aluno poderá computar o máximo de 5 (cinco) participações em defesas no período avaliado.

Todas as informações referentes à disciplina são publicizadas em mural no Departamento de Serviço Social e os estudantes podem se comunicar, a qualquer tempo, com o professor da disciplina assim como com o monitor através do seguinte endereço eletrônico: seminários@cse.ufsc.br

4.7 - Articulação entre a Graduação a Pós-Graduação em Serviço Social

A necessidade de estabelecer e aprofundar a inter-relação do curso de graduação em Serviço Social com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Mestrado corresponde a uma transversalidade na organização pedagógica dos conteúdos curriculares da formação profissional.

Tem como horizonte, principalmente, a articulação entre o ensino de graduação e as pesquisas desenvolvidas pelo quadro docente do Departamento de Serviço Social, potencializada pela participação dos estudantes de graduação nos projetos, através de atividades de iniciação científica. Desta forma, o estudante, ao longo da sua formação, tem possibilidades de estabelecer contato com as diversas linhas de pesquisa da Pós-Graduação, por meio dos projetos comuns.

Desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em 2001, o processo de integração da pós-graduação e da graduação tem ocorrido de diferentes formas. Dentre elas estão:

- Produção da Revista Katálýsis, realizada em parceria acadêmico-administrativa com o Curso de Serviço Social;
- Promoção de atividades conjuntas (Pós-Graduação, Departamento de Serviço Social, Centro Acadêmico e PET) destinadas aos estudantes da pós-graduação e graduação. Dentre estas atividades estão as palestras, seminários, discussão de vídeos, aulas inaugurais;

- Dinâmica de funcionamento dos grupos de pesquisa dos quais participam tanto estudantes de pós-graduação como os de graduação, bolsistas de pesquisa, ou não, processo esse que vem repercutindo no desenvolvimento de habilidades de pesquisa e na aproximação com novos conhecimentos para além dos adquiridos em sala de aula.
- Participação de mestrandos em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde que atendam os requisitos constantes das normas de constituição de bancas de TCC do Departamento de Serviço Social;
- Disciplina Estágio de Docência para os mestrandos, bolsistas da CAPES ou não, que segundo avaliação dos professores orientadores, dos próprios mestrandos e de estudantes de graduação, tem permitido uma privilegiada aproximação de ambos os cursos, despertando um maior interesse em informações sobre a pós-graduação e a seleção de recém-graduados que acessam a pós-graduação no semestre seguinte ao do término do curso.

É importante ressaltar que os professores do Mestrado são professores também do curso de graduação (diurno e noturno) ministrando disciplinas, orientando TCC's e projetos de extensão, sendo que a dinâmica de funcionamento dos Núcleos de Pesquisa tem intensificado esta integração.

A articulação da pós-graduação com a graduação, como a articulação ensino, pesquisa e extensão, são pressupostos pedagógicos que estão presentes na trajetória do Departamento de Serviço Social e na construção do próprio Mestrado. A área de concentração e as linhas de pesquisa do Mestrado surgiram da consolidação dos Núcleos de Estudos e Pesquisas existentes no curso de graduação, desde 1990, quais sejam:

Área de Concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social

Linhas de Pesquisa:

- Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais
- Serviço Social, Exclusão, Violência e Cidadania

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O atual Projeto Pedagógico entende que a avaliação deve ser elaborada com o objetivo de identificar no aluno as competências, as habilidades e as atitudes que definem o perfil desejado para o profissional de Serviço Social.

A verificação da aprendizagem nas disciplinas, do Curso de Serviço Social, vem sendo realizada de acordo com o disposto na Res. no. 017 /CUn/97 – em seu Cap. IV- Do Rendimento Escolar, seção I- Da Frequência e do Aproveitamento disciplina os procedimentos a serem adotados pelos Cursos de Graduação da UFSC, o Curso de Serviço Social, portanto, segue a referida normatização que

estabelece critérios com relação aos procedimentos a serem adotados com relação a verificação do rendimento escolar .

O sistema de avaliação da aprendizagem predominante no curso de Serviço Social é a aplicação de provas individuais, escritas, presenciais e sem consulta. A verificação da aprendizagem deve ser realizada de forma que no máximo 50% da nota das disciplinas do Curso de Serviço Social da UFSC, seja determinada através da elaboração de monografias, participação em seminários, apresentação oral de artigos técnicos ou científicos (quando for o caso), estudos dirigidos, elaboração de projetos, apresentação de relatórios técnicos, ou outra forma que não sejam provas ou exercícios individuais, presenciais e sem consulta. Este tipo de avaliação deverá exigir do aluno a utilização da metodologia científica normatizada (ABNT) para expressar conhecimentos na forma escrita, gráfica e oral.

Algumas disciplinas, conforme previsto no programa de ensino, adotam também testes e séries de exercícios, estudos dirigidos e fichamentos como estratégia de motivação ao estudo continuado e de verificação parcial da aprendizagem, relativas a etapas do conteúdo ministrado. Outras disciplinas têm como exigência a elaboração de monografias, a apresentação de seminários, a elaboração de projetos de pesquisa, estágio e/ou intervenção, ou ainda relatórios de análise institucional, de estágio e outros, como forma de avaliação.

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social requer que os Planos de Ensino das disciplinas sejam apresentados pelos professores aos estudantes e à Coordenação de Curso, no início de cada período letivo, a fim de que sua execução seja acompanhada.

As alterações nos Planos de Ensino devem ser submetidas, no semestre que antecede sua aplicação, ao Colegiado do Curso de Serviço Social para que seus membros acompanhem e avaliem as modificações ocorridas, analisem as mudanças e como estas se articulam no plano horizontal e vertical da matriz curricular, bem como a convergência destas mudanças com o perfil do profissional que se deseja formar.

A avaliação institucional do docente para fins de progressão funcional é realizada por uma Comissão do Departamento de Serviço Social, submetida ao Colegiado deste, posteriormente ao Colegiado do Centro Sócio-Econômico e finalmente a Comissão Permanente de Pessoal Docente da UFSC. Trata-se uma avaliação bi-anual, de interesse do docente de caráter quantitativo considerada para efeito de progressão na carreira docente.

O entendimento do quadro docente do Curso de Graduação em Serviço Social é de que um processo de avaliação deve procurar avaliar o ensino, bem como a aprendizagem, uma vez que estes dois processos nunca estão dissociados, permitindo a identificação de problemas, a análise da formação dos estudantes, e o aprimoramento contínuo do ensino por parte dos docentes e dos coordenadores do Curso de Serviço Social. Para isto, além dos processos de avaliação gerais externos (SINAES, ou outros) e singulares das disciplinas curriculares, o curso de Serviço Social reconhece a necessidade de criar um

sistema integral de avaliação que permita qualificar o processo de ensino-aprendizagem garantindo uma elevada qualidade de ensino.

Cabe ainda à administração superior da Universidade Federal de Santa Catarina viabilizar iniciativas e mecanismos pedagógicos e estruturais que contribuam para o aprimoramento do ensino do Serviço Social, assim como cabe à Coordenação do Curso identificar, propor e executar tais iniciativas e mecanismos, sempre que convergirem para o projeto ético-político da profissão e os objetivos de uma universidade pública, laica, e radicalmente democrática.

Está em curso na Universidade Federal de Santa Catarina a elaboração do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), inserido no Programa de Avaliação Institucional das Universidades brasileiras. O Curso de Serviço Social integra a Comissão do Centro Sócio-Econômico, que por sua vez implementa o Programa de Auto-Avaliação Institucional da UFSC, conforme descrito no portal eletrônico <http://www.paai.ufsc.br/>.

Considera-se fundamental que o Departamento de Serviço Social, seus docentes, servidores técnico-administrativos, bem como seu quadro discente, membros co-participantes do processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, apóiem a Coordenação do Curso na obtenção de recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para que ações avaliativas do Projeto ocorram de forma organizada e sistemática, destacando-se:

- Reunião anual entre professores das disciplinas do curso;
- Apresentação pelos professores dos Planos de Ensino das disciplinas aos estudantes e à Coordenação do Curso, no início de cada período letivo;
- Avaliação global do trabalho docente, realizada pelo discente ao final do período letivo;
- Implementação de um banco de dados, de forma a obter dados estatísticos e indicadores relativos à evasão, aprovação, retenção, número de formandos em relação ao número de ingressantes, dados de avaliação discente e, a correlação entre os dados acumulados. O Banco de Dados deverá ainda conter informações sobre a inserção dos estudantes em diferentes Programas tais como: Mobilidade Estudantil, Programa de Ensino Tutorial, Escala, Monitoria e outros;
- Apresentação ao Colegiado de Curso e de Departamento da avaliação anual de execução do Projeto Político-Pedagógico a partir de sua implantação.

5.1. Egresso

O levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho, prevista dentre as competências do Coordenador de Curso pelas normas da UFSC, organiza-se através da obtenção dos dados e análise junto aos estudantes ingressos e os egressos. Destaca-se que entre os egressos na Universidade Federal de Santa Catarina, incluem-se os formandos, os que desistem do curso e os que trocam de curso.

A Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, criada em 2004 com atribuições até julho de 2006, foi composta pela Coordenadora e Sub-Coordenadora do Curso de Graduação e a

Chefe do Departamento de Serviço Social. A criação da Comissão justificou-se pela necessidade de acompanhamento e orientação à vida acadêmica dos estudantes, individualmente ou não, desde o ingresso no curso até a sua conclusão, buscando melhorar o desempenho discente e a qualidade do Curso.

Ao mesmo tempo, em 2004, o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social - PETSSO realizou uma pesquisa sobre o Perfil dos Estudantes de Serviço Social cujos resultados apresentamos no anexo A.

O perfil do egresso é um dos indicadores que compõe a avaliação da “Organização Didático-Pedagógica”, integrante do Instrumento Único de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Em relação aos dados referentes aos egressos a Coordenação de Curso participou efetivamente, desde 2004, no processo de criação de uma página no portal do Curso de Serviço Social, endereço: <http://www.servicosocial.ufsc.br/> (em fase de atualização). Nesta o usuário é convidado a participar da Pesquisa “A situação dos estudantes formados no Curso de Graduação em Serviço Social – UFSC”. Tal iniciativa justificou-se tendo em vista, a necessidade de se criar um mecanismo ágil e que poderia ser permanentemente atualizado e, desta forma, contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a inserção do egresso no mercado de trabalho.

QUADRO I – EGRESSOS DO CURSO /SEMESTRE 2004-2006

Situação	2004.1		2004.2		2005.1		2005.2		2006.1		2006.2	
	Mat	Not	Mat	Not.	Mat.	Not	Mat.	Not.	Mat.	Not.	Mat.	Not.
Abandono	08	05	13	13	14	13	08	10	13	12	15	07
Formado	24	27	40	21	27	30	24	35	27	06	24	17
Desistência	-	-	-	01	03	02	02	02	01	02	02	-
Troca de Curso	-	01	-	-	-	-	01	-	02	02	03	-
Concluinte	-	-	-	-	02	-	-	01	-	-	02	01
Transf. Int.	02	-	-	-	01	01	02	-	03	04	01	06
Tranf.Ext. Cond.	-	-	-	-	-	02	01	-	-	-	-	-
Transf.Ext simples	04	-	-	-	03	03	04	-	05	05	-	-
Troca de Curso	-	-	-	-	-	04	-	02	04	02	03	-
Mobilidade Acadêmica	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Convênio	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Matr.Estatística	314	245	314	244	315	245	312	231	322	226	313	254
Matr.Regular	-	-	-	-	-	387	292	-	-	-	-	-
Tranc.Estatística	23	26	30	20	21	14	20	12	28	16	33	20

Fonte: Departamento de Administração Escolar (DAE)-UFSC. Autor: Coord. de Curso (2004-2006)

Cabe ressaltar que o quadro possui itens não preenchidos porque alguns indicadores foram incluídos em momentos distintos pelo Departamento de Administração Escolar (DAE). Segundo avaliação realizada pela Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico - 2004-2006 (COAA), as justificativas apresentadas para a desistência do curso / abandono foram: retorno à cidade natal, não identificação com o curso e a carreira, tentativas de abrir um próprio negócio.

Neste quadro faltam os ingressos, seja por vestibular ou por transferência, de modo a apresentar os dados relativos ao grau de evasão.

A riqueza dos dados apresentados na tabela acima, apesar de sua incompletude, demonstra a premência de aprofundamento analítico desse material. O conhecimento desse Perfil, especialmente dos concluintes do curso, revelará aspectos importantes quanto ao comportamento do mercado de trabalho e as demandas profissionais. E, principalmente, norteará a relação entre as demandas da realidade social com o ensino de graduação e o projeto ético-político profissional.

6. QUADRO DOCENTE

O atual quadro de docentes efetivos do DSS é formado por 22 professores, sendo que a Prof^a D^a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas encontra-se em lotação provisória e a Prof^a D^a Luziele Maria de Souza Tapajós está cedida para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O DSS conta com a colaboração da Prof^a Dr^a Vera Maria Ribeiro Nogueira em qualidade de professora com vínculo voluntário que desenvolve atividades centralizadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Quadro Docente Professores Efetivos	
Ana Maria Baima Cartaxo ambcartaxo@cse.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Beatriz Augusto Paiva biapaiva@cse.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Catarina Maria Schmickler catarina@mbox1.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Cláudia Maria França Mazzei Nogueira mazzeinogueira@cse.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Edaléa Maria Ribeiro edalea@hotmail.com	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Eliete Cipriano Vaz eliete@cse.ufsc.br	Doutora em Serviço Social – UNESP/SP

Helder Boska Moraes Sarmiento hboska@yahoo.com.br	Doutor em Serviço Social -PUC/.SP
Iliane Kohler ilkohler@terra.com.br	Mestre em Serviço Social PUC/RJ
Ivete Simionatto isimion@mbox1.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP Pós-Doutorado na Itália
Luziele Maria de Souza Tapajós luziele@superig.com.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
María del Carmen Cortizo mariac@cse.ufsc.br	Doutora em Ciências Sociais – UNICAMP/SP
Maria Manoela Centeno Valença rafman@uol.com.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Maria Teresa dos Santos teresasantos@cse.ufsc.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Marli Palma Souza meyer@matrix.com.br	Doutora em Serviço Social PUC/SP
Myriam Raquel Mitjavila myriam@cse.ufsc.br	Doutora em Sociologia – USP/SP
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas romartin@matrix.com.br	Doutora em Sociologia Política – UFSC/SC
Raúl Burgos raul@cse.ufsc.br	Doutor em Ciências Sociais – UNICAMP/SP
Regina Célia Tamasso Mioto mioto@cse.ufsc.br	Doutora em Saúde Mental – UNICAMP/SP Pós-Doutora – Itália
Simone Sobral Sampaio simonesobral@yahoo.com.br	Doutora em Serviço Social – UFRJ/RJ
Tânia Regina Krüger tania.kruger@ufsc.br	Doutora em Serviço Social – UFPE/PE
Teresa Kleba Lisboa tkleba@cse.ufsc.br	Doutora em Sociologia – UFRGS/Porto Alegre
Vânia Maria Manfroi vaniamanfroi@yahoo.com.br	Doutora em Serviço Social – PUCSP
Vera Herweg Westphal veraherweg@yahoo.com.br	Doutora em Sociologia – Universidade de Münster-Alemanha

Professores Substitutos

Carla Rosane Bressan crbressan@hotmail.com	Doutora em Serviço Social – PUC/SP
Cristiane Selma Claudino crisclaudino2004@yahoo.com.br	Mestre em Serviço Social – UFSC/SC

Quéli Flasch Anschau qanschau@yahoo.com.br	Especialista em Educação Popular – Instituto Sui Generis/PR Mestranda em Sociologia Política-UFSC
Rosana Souza Moraes Sarmento rosanamsarmento@yahoo.com.br	Mestre em Serviço Social – PUC/SP
Simone Lolatto lolatto@yahoo.com.br	Mestre em Serviço Social - UFSC

Professor por Adesão Voluntária

Vera Maria Ribeiro Nogueira vera@mbox1.ufsc.br	Doutorado em Enfermagem/UFSC
--	------------------------------

Cabe ressaltar que, como mencionado anteriormente, o Curso de Serviço Social, além do quadro docente do Departamento de Serviço Social (efetivo e substitutos) conta com a participação de professores (efetivos e substitutos) de diversos cursos: antropologia, ciências sociais, economia, filosofia, história e psicologia. Uma exigência conhecida refere-se à necessidade de se aprofundar a integração dos professores destes cursos com o curso de serviço social, visando a implantação do currículo, assegurando ainda que os docentes de outros departamentos estejam familiarizados com o projeto político-pedagógico do Curso na sua totalidade, buscando adequar as ementas e os programas das disciplinas aos conteúdos básicos necessários à formação do assistente social, participando ademais da vida acadêmica no interior do Departamento de Serviço Social (reuniões, seminários, palestras, etc).

7. INFRA-ESTRUTURA

O atual currículo de Graduação em Serviço Social, e a estratégia pedagógica adotada para sua execução, somente serão viáveis se houver um significativo apoio institucional no que tange à infraestrutura necessária.

A existência de uma biblioteca organizada, atualizada e informatizada é uma exigência para o processo de formação do estudante. Infelizmente o acervo bibliográfico da biblioteca da UFSC para a área do Serviço Social além de incompleto encontra-se defasado, sendo imprescindíveis esforços no sentido de alterar esta situação.

7.1. Recursos Físicos

O Departamento de Serviço Social possui salas de professores ocupadas em dupla. Os Núcleos de Estudos e Pesquisas também contam com salas específicas, todavia, o Departamento não possui salas suficientes para atender toda a demanda necessária como: sala para professores substitutos, monitores e de estudo em geral, espaço para coordenação de Pesquisa e de Extensão.

As salas de aula utilizadas durante vários semestres, inclusive o semestre 2005.2: 008, 007, 117, 005, 006, 004, 002, 105 –CSE, 001, 002, 105. A necessidade de novas salas de aula são supridas primeiro no próprio Centro, e se necessário em outros Centros.

Embora haja um auditório do Centro Sócio-Econômico, este tem capacidade reduzida a 150 lugares, insuficiente para as dimensões do curso de Serviço Social, matutino e noturno. É necessária a ampliação deste auditório para 300 pessoas, de forma a melhorar a capacidade de organização dos eventos ali oferecidos.

Quanto à Infra-estrutura acadêmico-administrativa, o Centro Sócio Econômico e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC fornecem os recursos necessários para o funcionamento da Secretaria e da Coordenação do Curso. Os recursos do PROF possibilitaram a melhoria das condições dos grupos de pesquisa, salas de aula com ar condicionado e sala de estudos para os mestrados.

Em termos quantitativos, o Departamento de Serviço Social possui a seguinte infra-estrutura:

Espaço Físico
18 (dezoito) salas para professores
12 (doze) salas de aula para o curso de graduação
01 (uma) sala para Oficinas
01 (uma) sala onde funciona o PET
01 (uma) sala para uso do CALISS
05 (cinco) salas para núcleos de Pesquisa
01 (uma) sala para reuniões
03 (três) salas para área administrativa
(01) mini-auditório para defesas de TCC e de Mestrado e reunião
02 (duas) salas de aula para o Mestrado, equipada com computador e projetor multimídia.

Recursos de Informática
21 (vinte e um) micro- computadores;
15 (quinze) impressoras;
02 (dois) laboratórios de informática, localizados no CSE com 38 (trinta e oito) computadores;
01 (um) laboratório central com 150 computadores, 06 impressoras e outros equipamentos de informática.

7.2 Biblioteca

Em termos de material bibliográfico o DSS conta com a Biblioteca Central que dispõe hoje de um acervo estimado em 273.381 mil títulos de livros, 7.129 mil títulos de periódicos impressos, 3.500 mil periódicos eletrônicos, 13.428 mil teses e dissertações, 500 teses e dissertações em formato

eletrônico, 16.200 mil normas técnicas, 3.000 obras raras, 2.189 mil títulos em vídeos originais, 353 CD-ROM, 5.000 mil microformas, 460 conjuntos de slides, 20 bases de dados em CD-ROM e 1.800,00 mil materiais cartográficos.

A estrutura organizacional da Biblioteca segue os padrões internacionais utilizando a Classificação Decimal Universal (CDU). Na descrição bibliográfica faz uso do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA), utiliza o Sistema Integrado de Bibliotecas PERGAMUM e o portal de Informação da UFSC Prossiga. A Biblioteca Central dispõe de um Auditório e de duas Salas equipadas para Eventos. Funciona de segunda à sexta-feira das 07:30h às 21:45h e, nos sábados, das 08:00h às 16:45h.

Os estudantes do PPGSS também têm à sua disposição uma Biblioteca Setorial que conta com acervo dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Serviço Social, Administração, Economia e Contabilidade.

7.3. Laboratório

Dentre os recursos acadêmicos que certamente facilitarão não somente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também a inserção do estudante no campo de estágio e também no futuro mercado de trabalho, destaca-se o laboratório de informática, uma vez que o conhecimento desta área tornou-se imprescindível no marco da sociedade tecnológica, em que a velocidade da informação, sua apreensão, bem como o domínio de técnicas para sua utilização se tornou condição para uma sólida formação profissional. Embora o curso de Serviço Social não possua um laboratório de informática próprio, seus estudantes utilizam o laboratório do CSE e da UFSC.

7.4 Expectativa de composição dos Recursos Humanos

Tendo em vista a duplicação de vagas no curso de Graduação em Serviço Social na UFSC, conforme histórico apresentado constata-se a necessidade de ampliação do número de servidores técnico-administrativo para atendimento ao público em três turnos, bem como a ampliação do quadro docente para 36 professores, para atender o Curso de Graduação e de Pós-Graduação – Mestrado, sem a precarização dos professores temporários. Vala destacar ainda a importância de um redimensionamento adequado em termos de bolsas de monitores e iniciação científica, de maneira a contemplar um número satisfatório de estudantes nestas importantes atividades de formação.

7.5 Recursos Financeiros

Embora não previsto, faz-se necessário a Coordenação de Curso acessar recursos para apoiar institucionalmente a aquisição de material expediente/administrativo para os professores em suas atividades pedagógicas.

A participação discente em seminários, congressos, programas de iniciação científica é hoje assumida de forma restrita pela PRAE, e, assim como as atividades discentes de extensão, técnicas e culturais, não possuem recursos do DSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico apresentado expressa prioritariamente a necessidade do Curso de Graduação em Serviço Social possuir um documento que materialize o perfil profissional que se deseja formar, servindo de orientação ao quadro docente, discente, servidores técnico-administrativos para alcançarem o objetivo maior do Departamento de Serviço Social: ensino de graduação com qualidade. Cabe ressaltar, que o Projeto também expressa a necessidade de o Curso adequar-se às Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social/ABEPSS (1996) e às exigências do SINAES. Este Projeto precisa ser processualmente avaliado quanto à sua execução, objetivos e metas, devendo ser motivo de revisões e aperfeiçoamentos, sempre que se julgar necessário.

O quadro de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos do Curso e do Departamento de Serviço Social estão conscientes de sua responsabilidade, ou seja, de que o Projeto Pedagógico é um compromisso, consensualmente adotado como instrumento norteador dos objetivos e das ações relativas ao ensino do curso de Serviço Social e com o perfil profissional dos formandos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. 50, 1996, p. 143 – 171

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. O ensino do trabalho profissional no currículo do curso de serviço social da UFSC: fundamentos, construção, implementação e avaliação. **Temporális**. 8, jul – dez 2004, p. 123 – 132.

Lei nº. 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação

Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Decreto nº. 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamentação das instituições de ensino superior:

Parecer CNE/CES nº 583, de 4 de abril de 2001.

Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação:

Parecer CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997. Parecer CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003. Aprova Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação e propõe a revogação do ato homologatório do Parecer CNE/CES 146/2002.

Parecer CNE/CES nº 136, de 4 de junho de 2003.

Esclarecimentos sobre o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

Lei nº 9.131, de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação, dispõe sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação quando tratou das competências deste órgão na letra "c" do parágrafo 2º de seu art. 9º. - Parecer CNE/CES nº 776/1997.

Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES n.º 1.363, de 12 de dezembro de 2001

Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL Resolução que institui nº 273/93 de 13 de março de 1993

Lei nº 8.662/93 que Regulamenta a Profissão.

<http://www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm>

<http://www.edulei.ufsc.br/>

<http://www.reitoria.ufsc.br/preg/> (DCNs)

Anexos

Anexo 01 – Matriz Curricular

Anexo 02 – Ementas e Bibliografia

Anexo 03 – Regulamento de Estágio

Anexo 04 – Diretrizes de Trabalho de Conclusão de Curso

Anexo 05 – Regimento Interno de Pesquisa

Anexo 06 – Regulamento de Extensão (Versão Preliminar)

Anexo 07 – Avaliação do Curso Serviço Social: SINAES (Atualização 10/12/2009)

Anexo 08 - Estágios (Atualização 10/12/2009)

Anexo 09 – Egressos (Atualização 10/12/2009)

Anexo 10 – Articulação Ensino – Pesquisa – Extensão (Atualização 10/12/2009)

Anexo 11 – Disciplina Optativa : LIBRAS (Atualização 10/12/2009)

Anexo 12 - Regulamentação/Orientação Órgãos de Classe (Atualização 10/12/2009)

ANEXO 1: Matriz Curricular

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
(DIURNO E NOTURNO)
(IMPLANTAÇÃO TOTAL EM 1999.1)
ALTERAÇÃO – 2006.2
CRIAÇÃO DO CURSO**

DECRETO - 45063 DE 19/12/58 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RECONHECIMENTO DO CURSO

DECRETO - 50868 DE 27/06/61 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PUBLICADO NO D.O.U. DE 29/06/61

PERÍODO DE CONCLUSÃO

PRAZO MÍNIMO - 8 SEMESTRES

PRAZO MÁXIMO - 14 SEMESTRES

CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA: 3240

CARGA HORÁRIA OPTATIVA: 216 (alunos com matrícula a partir de 99.1, inclusive)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3240

1ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5101	SERVIÇO SOCIAL E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL Equiv. DSS 5102	72	-
DSS 5110	INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL Equiv. DSS 5104	72	-
DSS 5605	SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL Equiv. DSS 5601	36	-
FIL 5195	TEORIA DO CONHECIMENTO E FILOSOFIA DA CIÊNCIA Equiv. FIL 5191 ou FIL 5192	54	-
HST 5222	HISTÓRIA GERAL DO BRASIL Equiv. HST 5212	36	-
SPO 5150	TEORIA SOCIOLOGICA Equiv. CSO 5129 ou CSO 5142	72	-

2ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5123	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL Equiv. DSS 5105 ou DSS 5121	72	-
DSS 5125	SERVIÇO SOCIAL E PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO Equiv. DSS 5103	72	-
DSS 5130	SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS Equiv. DSS 5602 ou DSS 5611 ou DSS 5612	72	-
SPO 5212	POLÍTICA SOCIAL E FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA, ECONOMIA BRASILEIRA Equiv. CSO 5211 ou CSO 5129	72	-
SPO 5236	CIÊNCIA POLÍTICA Equiv. CSO 5235 ou CSO 5129	72	-

3ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
ANT 5315	ANTROPOLOGIA SOCIAL I Equiv. ANT 5309	72	-
CNM 5124	ECONOMIA POLÍTICA Equiv. CNM 5113 ou CNM 5115 ou CNM 5123	36	-
DSS 5124	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: PADRÕES ATUAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL Equiv. DSS 5122	72	DSS 5123
DSS 5165	INTRODUÇÃO A PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL Equiv. DSS 5131 ou DSS 5620	36	-
DSS 5321	ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DSS 5320 ou DSS 5319	*72	-
PSI 5122	PSICOLOGIA I Equiv. PSI 5102 ou PSI 5111	72	-

4ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
ANT 5316 5315	ANTROPOLOGIA SOCIAL II Equiv. ANT 5309	72	ANT
DSS 5135	SERVIÇO SOCIAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITOS Equiv. DSS 5109 ou DSS 5134	72	-
DSS 5166	PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE DIREITO Equiv. DSS 5503 ou DSS 5623	72	DSS 5165
DSS 5332	ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL Equiv. DSS 5309 ou DSS 5331	72	-
DSS 5705	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES I Equiv. CIN 5109 ou DSS 5701 ou DSS 5702	*36	-
PSI 5123	PSICOLOGIA II Equiv. PSI 5103 ou PSI 5104	72	PSI 5122

5ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5136	SERVIÇO SOCIAL: INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES Equiv. DSS 5108 ou DSS 5133	72	-
DSS 5144	SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: SAÚDE Equiv. DSS 5111 ou DSS 5141	72	DSS 5124
DSS 5145	SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: PREVIDÊNCIA Equiv. DSS 5112 ou DSS 5142	72	DSS 5124
DSS 5150	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE Equiv. DSS 5115 ou DSS 5108	72	DSS 5124
DSS 5167	PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES Equiv. DSS 5502 ou DSS 5622	72	DSS 5165

6ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5137	SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIAS E SEGMENTOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	72	-
	Equiv. DSS 5107 ou DSS 5132		
DSS 5146	PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I	72	-
	Equiv. DSS 5116		
DSS 5148	SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL	72	DSS 5124
	Equiv. DSS 5109 ou DSS 5143		
DSS 5168	PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL: FAMÍLIAS E SEGMENTOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	72	DSS 5165
	Equiv. DSS 5501 ou DSS 5621		
DSS 5333	PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL	72	-
	Equiv. DSS 5115 ou DSS 5108		

7ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5631	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	306	todas as disc. até a 6ª fase, inclusive
	Equiv. DSS 5628 ou DSS 5629		
DSS 5126(*)	SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	36	-
	DSS 5628 ou DSS 5629 ou DSS 5641		

8ª FASE

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DIR 5973	DIREITO E CIDADANIA	72	-
	Equiv. DIR 5954 ou DIR 5971		
DSS 5169 e	PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL:		DSS5631
	ANÁLISE E AVALIAÇÃO	72	DSS 5126
	Equiv. DSS 5627 ou DSS 5623		
DSS 5330 e	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	72	DSS 5631
	Equiv. DSS 5329		
DSS 5632 disc.	ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	144	DSS 5126 todas as
	Equiv. DSS 5628 ou DSS 5629		Até a 6ª
fase, DSS 5127	SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	36	inclusive.
	DSS 5628 ou DSS 5629 ou DSS 5642		
DSS 5706	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES II	*36	-

DSS 5800	Equiv. DSS 5331 ou DSS 5604 ou DSS 5703 ou DSS 5704 TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL Equiv. DSS 5328	72	-
----------	---	----	---

OBS: Fica facultado ao aluno a possibilidade de cursar as disciplinas DSS 5632 e DSS 5127 na 7ª fase.

Obs:

*Portaria nº 122/PREG/2006 de 8 de junho de 2006, Art 5º, - Alterar, no currículo 99.1 do Curso de graduação em Serviço Social (diurno e noturno), a carga horária das seguintes disciplinas:

DSS 5321 – Ética Profissional e Serviço Social, de 36 h/a. p/ 72 h/a;

DSS 5705 – Seminários Temáticos e Atividades Complementares I, de 72 h/a. p /36 h/a;

DSS 5706 – Seminários Temáticos e Atividades Complementares II, de 72 h/a. p /36 h/a;

*Portaria nº 162/PREG/2006 de 13 de julho de 2006, Art.1º. Altera a carga horária da disciplina DSS 5330, de 36 h/a p/72 h/a.

- As alterações curriculares entram em vigor no segundo período letivo de 2006.

DISCIPLINAS OPTATIVAS
CARGA MÍNIMA OBRIGATÓRIA

1) Para alunos com matrícula a partir de 99.1, inclusive: 216 horas-aula, das quais 72 horas devem ser do rol abaixo, e as demais 144 horas podem ser de livre escolha dentre as oferecidas pela UFSC, obedecidos os pré-requisitos.

2) Para alunos com matrícula até 98.2, inclusive: 162 horas-aula de livre escolha dentre as disciplinas oferecidas pela UFSC, obedecidos os pré-requisitos.

CÓDIGO REQ.	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-
DSS 5119	ATIVIDADES COMPLEMENTARES EM SERVIÇO SOCIAL	36	-
DSS 5120	SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS	72	-
DSS 5152	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS SOCIAIS	72	-
DSS 5153	DIREITOS HUMANOS E ÉTICA	72	-
DSS 5154	DIREITOS SOCIAIS, CONTROLE SOCIAL E SERVIÇOS SOCIAIS	72	-
DSS 5155	FAMÍLIAS, REDES E POLÍTICA SOCIAL	72	-
DSS 5156	FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E CONTROLE SOCIAL	72	-
DSS 5157	INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E SOCIEDADE	72	-
DSS 5158	REFORMA DO ESTADO E SERVIÇOS SOCIAIS	72	-
DSS 5159	SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL	72	-
DSS 5160	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL	72	-
DSS 5161	SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO	72	-
DSS 5325	PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	36	-
DSS 5326	INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO	36	-
DSS 5651	SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO CURRICULAR (Não Obrigatório) I	36	Todas as
disciplinas		até a 4ª	fase-sugestão,
inclusive.			
DSS 5652	SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ESTÁGIO Curricular (NÃO Obrigatório) II	36	DSS 5651
DSS 5661	ESTÁGIO CURRICULAR (Não Obrigatório) I	225	Todas as
disciplinas			
até a 4ª fase-sugestão, inclusive.			
DSS 5662	ESTÁGIO CURRICULAR (Não Obrigatório) II	225	DSS 5651 e DSS
5661			
DSS 5663	ESTÁGIO CURRICULAR (Não Obrigatório) III	225	DSS 5652
DSS 5710	ATIVIDADES EXTRACLASSE: MONITORIA	72	-
DSS 5711	SEMINÁRIO TEMÁTICO EM SERVIÇO SOCIAL I	72	-
DSS 5712	SEMINÁRIO TEMÁTICO EM SERVIÇO SOCIAL II	72	-
DSS 5801	INTERCÂMBIO EM SERVIÇO SOCIAL I	00	Resolução 007/Cun/99, de 30/3/99.
DSS 5802	INTERCÂMBIO EM SERVIÇO SOCIAL II	00	DSS 5801
FIL 5196	ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA E ÉTICA		
	Equiv. FIL 5193 ou FIL 5194	54	-
SPO 5151	PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS, CULTURAIS E ECONÔMICOS NA REGIÃO SUL E EM SANTA CATARINA	72	-
	Equiv. CSO 5143		

Julho /2006.

ANEXO 2 : Ementas e Bibliografia

1ª Fase

Nome da disciplina: DSS 5101 Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil

Carga horária: 72 horas

EMENTA: A primeira reforma do Estado brasileiro e a inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial. A concentração de renda, da propriedade, do poder e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As expressões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos. A segunda reforma do Estado brasileiro e a acentuação das desigualdades.

Bibliografia Básica

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. São Paulo: Antídoto, 1978. CapXVII: "O Materialismo Histórico", pp. 257-279.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política. Uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

EATON, John. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Zahar . 1965. Capítulos 1, 2, 3, 4, 5 (p. 13-114) e cap. 9 (p.205-229).

IANNI, Octávio. "A questão Social". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. (1), Jan/Mar., São Paulo: Seade, 1991, p. 2-10

MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Ática, 1988. p. 23-58.

PEREIRA, Potyara A P. "A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais". In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo I, Brasília, 1999, p.47-58.

TELLES, Vera. "Questão social: afinal do que se trata?". In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, n. 4, 1996.

ABREU, Aroldo Batista. "As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil". In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo I. Brasília: CEAD, 1999, p. 33-43.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de sociologia, São Paulo: Ática, 2000. Verbetes "Estado", pp. 209-214.

SOUZA, C. e CARVALHO, I.M.M. "Reforma do Estado, descentralização e desigualdade". In: *Lua Nova*, 48, São Paulo, CEDEC, 1999, p.187-212.

Bibliografia Complementar

BARAN Paul e SWEEZY Paul. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DOWBOR, Ladislau. *O que é capital*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Difel, 1982.

OHLWEILER, Otto Alcides. *Materialismo histórico e crise contemporânea*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PERRAULT, Gilles. (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CASTEL, Robert e WANDERLEY, Luiz E. e BELFIORE, Mariangela. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDCU, 1997.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CEQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. *O serviço social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. 1991, p. 2-10

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980

SINGER, Paul. O capitalismo no Brasil. In: *O capitalismo*. São Paulo: Moderna, 1987 p. 66-86.

SPOSATI, Aldaíza. "Globalização da economia e processos de exclusão social". In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo I, Brasília, CEADE, 1999, p. 59-76.

ANTUNES, Ricardo. "Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho". In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo I. Brasília: Cead, 1999, p. 18-31.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle". In: *Lua Nova*, 45, São Paulo, CEDEC, 1998, p.49-95.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995

HARVEY David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994. Cap. 9: Do fordismo à acumulação flexível, p. 135-162.

LESBAUPIN, Ivo. (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LIPIETZ, Alain. Audácia: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. Campinas: Ensaio, 1990.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998. Cap.1: Os anos 30 e a nova forma do estado, p. 21-87.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX, Rio de Janeiro: Zahar, 1996. Verbetes "Estado", pp.257 – 262.

RAMPINELLI, W. e OURIQUES, N. *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado, para que democracia?* Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. "Crise, reforma do Estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e a profissão". Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/>. Acesso em: 24 de agosto de 2002.

SOARES, Laura Tavares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2000.

TOUSSAINT, Eric. A bolsa ou a vida. A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos.

Nome da disciplina: DSS 5110 Introdução ao Serviço Social
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: A constituição e desenvolvimento da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho. A inserção e especificidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Determinantes objetivos do trabalho profissional no âmbito da reprodução social. Elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social. Regulamentação da profissão.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO; Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. In: *Boletín Electrónico Surá*. Costa Rica : Escuela de Trabajo Social/Universidad de Costa Rica, No. 107, Junio, 2005.

FALEIROS, Vicente de P. Acerca do objeto do Serviço Social. In: *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo : Cortez, 1997, p. 27-41.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei 8.662/93. 3ª. ed. Brasília, 1997.

CFESS. Atribuições privativas do Assistente Social. Brasília : CFESS, 2002.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*. São Paulo: Cortez, n. 07, 1998.

Os documentos podem ser acessados via eletrônica nos seguintes endereços:

CFESS: <http://www.cfess.org.br/>

CADERNOS de Comunicações dos Congressos Brasileiros de Serviço Social (2001/2004).

Obs.: Os textos serão colocados a partir dos interesses levantados na turma ao final da Unidade II.

TCC: Trabalhos de Conclusão de Curso, elaborados por acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSC. Os temas e títulos serão definidos a partir dos interesses levantados na turma ao final da Unidade II.

DOCUMENTO ABEPSS/CEDEPSS (nov. 1005). Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 50, 1996, p. 143-171.

Bibliografia Complementar

COSTA, Lucia Cortes da. Keynes – uma análise social da teoria da demanda efetiva. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo : Cortez, n. 59, março, 1999, p. 165-190.

IAMAMOTO; Marilda V. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília : CFESS/ABEPSS/CEAd/UnB, 1999.

IAMAMOTO; Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza : CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO; Marilda V. O Serviço Social na divisão do trabalho. In: *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 3 ed. São Paulo : Cortez, 1995, p. 87-112.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo : Cortez, 1989.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). In: *Cadernos ABESS: Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social*. São Paulo : Cortez, n. 8, p. 33-76.

BONETTI, Dilseia A. et.al. (org.). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova praxis*. São Paulo/Brasília : Cortez/CFESS, 1996.

ABEPSS: http://www.servicosocial.ufpe.br/abepss/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

ENESSO: <http://www.enessomess.hpg.ig.com.br/>

CFESS: <http://www.cfess.org.br/> CRESS-SC: <http://www.cress-sc.org.br/>

CBAS: <http://www.cress-mg.org.br/cbas.htm>

Organizações Internacionais:

- dos profissionais de Serviço Social: <http://www.ifsw.org/home>

- das escolas de Serviço Social a nível mundial: <http://www.iassw-aiets.org/> e na América Latina: é a ALAETS (cujo endereço eletrônico está indisponível).

Nome da disciplina: DSS 5605 Serviço Social e realidade Social

Carga horária: 36 horas

Ementa: “As expressões da realidade econômica, política, social e cultural brasileira.”

Bibliografia Básica

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 9-18; 90- 108;

DUARTE JUNIOR, João Francisco. “Cai na Real”. In. *O Que é Realidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p.7- 16.

_____. *A realidade científica*. In: *O que é realidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 89-101.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 170-176.

_____. *O que é Ideologia*. 38ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos, n.13, p.7-31.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando – introdução à filosofia. São Paulo. Moderna, 2 ed. **p.11-18; p.34-39.**

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação e Serviço Social e Política Social**, módulo 02. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999, p. 75-86.

IANNI, Octavio. A questão social. In: **São Paulo e Perspectiva**, vol. 5. n.1. São Paulo: SEADE, 1991.

FALCÃO, Maria do Carmo. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática Social. In. **Cotidiano: conhecimento de crítica.** São Paulo: Cortez, 1989, p.13-50.

* Unidade complementada com a coleta e análise de artigos de Jornais e Revistas Informativas que abordem situações da Questão Social, e da análise do filme: Cronicamente Inviável.

Bibliografia Complementar

HELLER, Agnes. O Quotidiano e a História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo, Editora Ática, 1991.

MARX, K. ENGELS, F.A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004 (Coleção Obra Prima de cada autor)

LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Unidade complementada com observações de campo, tendo como finalidade aprofundar os estudos das duas primeiras unidades; serão realizadas TRÊS observações de campo de espaços públicos diversos (Mercado Público, Shopping's, Praça XV, Rodoviária, Jurerê Internacional, Hospital Universitário, áreas periféricas, outros) e a análise dos filmes: Cidade de Deus, Central do Brasil

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, Robert et alii. Desigualdade e A Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997, p.49 – 159.

MARTINS, José de Souza. Exclusão Social e Desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997, p.39-47

NETTO, José Paulo. Cinco Notas da “Questão Social”. Temporalis, nº 3, 2001, p. 41-49

REVISTA TEORIA E POLÍTICA. Müller, Wilson Luiz. Filosofia e Ação Política. Nº 12 – São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 125 - 144.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. ESTADO DE SANTA CATARINA. Atlas de Exclusão Social do Estado de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa.

Nome da disciplina: FIL 5195 Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência

Carga horária: 54 horas

Ementa: Aspectos da história da ciência. Conhecimento científico e ordinário (senso comum [doxa] e episteme [conhecimento]). Ciência formal e empírica. A linguagem científica. O método científico: formulação, hipóteses, leis e teorias. Tipos de explicações científicas. Os problemas existentes nos fundamentos da ciência.

Bibliografia Básica

Chalmers, A. F., *O que e ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

Lakatos, I., *O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica* in Lakatos, I. E Musgrave, A. (orgs.), *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, São Paulo: Cultrix, Editora da USP, 1979, pp. 109 a 243.

Kuhn, T., *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Bibliografia Complementar

Brecht, B. (1938-1939), *Vida de Galileu* in *Bertold Brecht: teatro completo em 12 volumes*, V. 6, pp. 51-171, Paz e Terra S.A., 1991.

Bunge, M., *Ética y Ciencia*. Buenos Aires, Siglo Viente, 1972.

Chalmers, A. F., *A fabricação da ciência*. São Paulo, UNESP, 1994.
 Chauí, M., *Convite a Filosofia*, Editora Ática, 1999.
 da Costa, N. C. A., *O Conhecimento Científico*, Discurso Editorial, 1997
 Dutra, L. H. de A., *Verdade e investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento*, E.P.U., 2001
 _____ *Introdução a teoria da ciência*, Ed. da UFSC, 2003.
The Stanford Encyclopedia of Philosophy – vários artigos
 Lacey, H., *Valores e atividade científica*, Discurso Editorial, 1998.
 Morgenbesser, S. (org.), *Filosofia da ciência*, Editora da USP (Cultrix), 1975. Vários artigos.
 Peduzzi, L. O. Q., *As concepções espontâneas, a resolução de problemas e a história e filosofia da ciência em um curso de Mecânica – Livro 2; força e movimento: de Thales a Galileu*, Tese de doutoramento em educação: ensino de ciências naturais, UFSC, 1998.
 Platão, *Teeteto*. Ed. Os Pensadores
 Popper, K., *A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (ed. Os Pensadores).
 Popper, K., *A Lógica da pesquisa científica*, Cultrix, São Paulo, 1993, 9ªed.
 Russell, B., *Os Problemas da Filosofia*, Arménio Amado Ed, Coimbra, 1959.
 Toraldo di Francia, G., *The investigation of the physical world*, Cambridge University Press, 1981.
 Toraldo di Francia, G. e Dalla Chiara, M. L., *Confinés: introducción a la filosofía de la ciencia*, Editorial Crítica, 2001.

Nome da disciplina: HST 5222 História Geral do Brasil
--

Carga horária: 36 horas

Ementa:

- A formação sócio-histórica, econômica e política do Brasil (1500-1945).

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Ana Cristina. "Um império, um reino, e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil". In:
 JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2005, p. 235-270.
 CÂNDIDO, Antônio. "Letras e idéias no período colonial". In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985, p. 89-107.
 CARVALHO, José Murilo de. "Introdução"; "A elite política nacional: definições". In: *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: EdUnb, 1981, p. 15-22; p. 41-49.
 CARVALHO, José Murilo de. "Introdução"; "Utopias republicanas". In: *A formação das almas: o imaginário político da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 9-15; p.17-33.
 CARVALHO, José Murilo de. "Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro". In: *Forças armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 102-117.
 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881". In: CEZAR, Marcos Freitas. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 57-72.
 HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor. "Cidade e indústria. Regime de fábrica e operários urbanos". In: *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ª ed. São Paulo: Atica, 1991, p. 121-159.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Fronteiras da Europa". In:
Raízes do Brasil. 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 3-11.
 LARA, Silvia Hunold. "Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa". In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.
 SEVCENKO, Nicolau. "A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque". In: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 25-77.
 TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bibliografia Complementar:

- ARAÚJO, Hermes Reis de. "Técnica, trabalho e natureza nasociedade escravista". In: Revista Brasileira de História, v. 18, nº 35. São Paulo: Anpuh/Humanitas, 1998, p. 287-305.
- AZEVEDO, Célia Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOSCHI, Caio C. O barroco mineiro: artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CÂNDIDO, Antônio. "A revolução de 1930 e a cultura". In: Novos Estudos, vol. 2, nº 4, abril de 1984.
- CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. "O Rio de Janeiro e a república". In: Revista Brasileira de História. v. 5, nº 8/9. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set. 1984/abr. 1985, p. 139-195.
- CARONE, Edgar. A República Velha (instituições e classes sociais). 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1972.
- COELHO, Edmundo Campos. As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. São Paulo: Record, 1999.
- COSTA Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 2ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HILL, Pascoe Grenfell. Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, CAMPOS, Pedro Moacyr, FAUSTO, Boris (Dir.). História geral da civilização brasileira. 4ª ed., 11 vols. São Paulo: Difel, 1985.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). Brasil em Perspectiva. 11ªed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- NOVAIS, Fernando A. (coord.). História da vida privada no Brasil. 4 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.
- POMMER, León, A guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense. São Paulo: Global, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: UNESP, 1999.
- SCHWARCZ, Lília. As barbas do imperador. D. Pedro, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nome da disciplina: SPO 5150 Teoria Sociológica
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: Teoria sociológica, matrizes clássicas do pensamento sociológico. Concepção do homem, sociedade, valores e história. O fato social em Durkheim, a teoria compreensiva de Weber e Schutz. A questão social e as necessidades sociais em Marx, Gramsci e Agness Heller.

Bibliografia Básica

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis, ed Vozes, 1986, cap.1: p 9 a 34, capítulo 2: Página. 35 a 64.
- MILLS, W, A .**A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1965, cap 1, pág. 9 a 32.
- MARTINS, Carlos Benedito : **O que é sociologia**. São Paulo: brasiliense, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Uma breve porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- _____. **Sociologia**; tradução Sandra Regina Netz.- 6.ed.- Porto Alegre: Artmed, 2005. 600p
- DURKHEIM, Émile. (1978-1917). “Vida Obra”. In: GIANNOTTI, J. A (org), **Durkheim**, abril cultural. Coleção os pensadores, 1978. p-6-10
- DURKHEIM, Émile. Sociologia. RODRIGUES, Albertino José (org), 2º ed, São Paulo: Ática, 1981.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo : Ed. Nacional, 1978.
- SALDANHA, Nelson. Porque ler Max Weber Hoje. In: O Estado de São Paulo de 11/12/1983. p.8.
- WEBER, (1864-1920). Vida e obra. In: TRAGTENBERG, Maurício (org). **Textos selecionados de Max Weber**. Abril Cultural. Coleção os pensadores. 1980. p- 6 a 24
- WEBER, Max. **Ciência e política - Duas vocações**. São Paulo: cultrix, 1993. (seminário)
- WEBER, Max . **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992. (seminário)
- MARX, (1818-1883). Vida e Obra in: In: GIANNOTTI, J. A (org), **Karl Marx. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. SP, abril cultural, coleção Os Pensadores, 1978, p-5 a 24.
- MARX, Karl, 1818-1883. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Cap. I
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. BH: editora UFMG, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMONATTO, Ivete. Gramsci sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social – Florianópolis, Ed da UFSC; SP: Cortez, 1995. p-21-84.
- SIMONATTO, Ivete. Revista Quadrimestral de Serviço Social, Ano XIV, nº 43, dez/1993. A Concepção Hegemônica de Gramsci, p-108-124.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Modernity, Postmodernity or Capitalism. In: Capitalism and the information Age**, New York: Monthly Review Press, 1998. (tradução livre de Patrícia Torriglia e Maria Célia M, de Moraes, agosto de 1998, PPGE/UFSC. P-1-25.
- TOURAINE, Alain. *Los Movimientos Sociales*. Nº III. **Podremos Vivir Juntos? La discusión pendiente el destino del hombre un la aldea global**. Buenos Aires: EFE. Fondo de cultura economica. (ano?)
- BOURDIEU, Pierre. *Goûts de classe et styles de vie. Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, nº 5, out, 1976. “Gostos de Classes Estilos de vida” In: Pierre Boudieu: Sociologia. SP, Ed. Ática, 1983, pág 83 a 121.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: O poder Simbólico, Lisboa, Difil, 1989, capítulo II, 17-58

2ª fase

Nome da disciplina: DSS 5123 - Serviço Social e Política Social: Modelos de Proteção Social

Carga horária: 72 horas

Ementa: Fundamentos teóricos da Política Social. Os direitos sociais. Modelos de Proteção Social. Determinações econômicas das políticas sociais. Reprodução e gestão da força de trabalho. A constituição e gestão do fundo público. A Política Social e o Serviço Social. A questão social e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social entre as décadas de 30 e 80 - a ação do Serviço Social. O papel do Estado e dos sujeitos políticos na formulação das políticas sociais públicas e privadas.

Bibliografia Básica

ABRANCHES, Sérgio H. Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática In: **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p.9-16.

BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 53, ano XVIII, março 1997. São Paulo: Cortez, 1997, p. 9-45.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987, pp. 9-12.

Bibliografia Complementar

ABRANCHES, Sérgio H. Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática In: *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pp.9-32.

ANDRADE, Vera Regina P. de. *Cidadania : do direito aos direitos*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

BONAVIDES, Paulo. A Teoria dos Direitos Fundamentais. IN: *Curso de Direito Constitucional*. 7^a. ed. Santa Catarina: Malheiros Editores, 1999.

GERSCHMAN, Silvia. Sobre a Formulação de Políticas Sociais. In: *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1989, pp. 119- 137.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de. Cidadania e novos direitos. In: OLIVEIRA JÚNIOR José Alcebíades de, (org.). **O novo em direito e política**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, pp. 191-200.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. IN: CEAD: São Paulo, 1999.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Avaliação de Políticas Sociais: concepção e modelos analíticos. IN: *Serviço Social e Sociedade*, no.53, ano XVIII, março, 1997, pp. 74-79.

VIEIRA E. As Políticas Sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. IN: *Serviço Social e Sociedade*, ano XVIII, no.53, março, 1997, p.67-73.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, no. 6, ANPOCS, p.13-60.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do *Welfare State*. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 56, Ano XIX, março de 1998. São Paulo: Cortez, 1998, p. 60-76.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987, pp. 13-63.

COSTA, Lúcia Cortes da. Keynes - uma análise social da teoria da demanda efetiva. IN: *Serviço Social e Sociedade*, no. 59. Ano XX, março, 1999.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo. - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas . IN: *Revista USP*. São Paulo: EDUSP, no. 24 pp. 86-101.

FALEIROS, Vicente de P. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997, Cap.XI.

FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos. Seguridade Social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p.p.59-196.

HENRIQUE, Wilnês & Draibe Sônia. “Welfare State”, Crise e Gestão da Crise: Um balanço da literatura internacional. IN: *RBCS*, no.6, vol.3, fev. 1988, pp.53-78.

PEREIRA, Potyara A . P. *A Política Social no Contexto da Seguridade Social e do Welfare State: a particularidade da Assistência Social* . São Paulo: Cortez, no.56, pp.60-65.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987, pp. 64-89.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993. Capítulo I: Políticas sociais e assistenciais: estratégias contraditórias de gestão estatal, da pobreza das classes subalternas, p. 35-59.

RAICHELIS, Rachel. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 147-162.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1982.

MONTANO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudança na sua base de sustentação funcional-ocupacional .IN: *Serviço Social e Sociedade*, ano XVIII, no.53, março 1997, p. 102-125.

MELO, Marcus André B. C. A formação de Políticas Públicas e a transição democrática: O Caso da Política Social. IN: *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.33, no.3, 1990, pp.443- 454.

OLIVEIRA, Heloísa M. J. *Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social*. 2^a. ed. Florianópolis: UFSC, 1996

PEREIRA, POTYARA A . Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro In: *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo:Cortez, 2000, Cap. VII.

PINHEIRO, Vinícius. Modelos de desenvolvimento e Política Social na América Latina em uma perspectiva Histórica. IN: *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*,Rio de Janeiro:IPEA, no.12, jun/dez de 1995,pp.63-88.

QUIROGA, Ana Maria. Mudanças no perfil das clientelas do Serviço Social. IN: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-RIO. Vol.4, no.4, ano III, 1999.

VIANA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *Trabalho e Proteção Social: velhos problemas e novas estratégias no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Economia Industrial , Série Textos para Discussão, n. 345, setembro de 1995.pp.5-18.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos sociais em questão.IN: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo:Cortez, ano XIII, no.40, dez. 1992, pp.141-156.

YASBECK, Carmelita. Classes subalternas e Assistência Social. São Paulo:Cortez, 1997, Cap. I ,pp.35-59.

Nome da disciplina: DSS 5125 – Serviço Social e Pensamento Contemporâneo

Carga horária: 72 horas

Ementa: O Serviço Social e o debate contemporâneo referente à concepção de sociedade, valores, história e instituição. A questão social na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

SPOSATI, Aldaísa. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. In: Programa de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: 2002, módulo I , CEFESS / ABEPSS / CEAD /UNB, p.61-76

VALLA, Victor Vincent. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, V. & STOTZ, E. N. & ALGEBAILI, E.B. **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, ENSP & Contraponto. P. 33-52

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e Capitalismo. In: In: VALLA, V. & STOTZ, E. N. & ALGEBAILI, E.B. **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, ENSP & Contraponto. P. 53-72

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

IAMAMOTTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis** N° 3. Brasília, ABEPSS, 2004. P. 9-32

YAZBEK, Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil. In: **Temporalis** N° 3. Brasília, ABEPSS, 2004. P. 33-39

PEREIRA, Potyara A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In: **Temporalis** N° 3. Brasília, ABEPSS, 2004. P. 51-61

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2001. P. 11-41

Nome da disciplina: DSS 5130 – Serviço Social: Fundamentos Históricos e teóricos metodológico

Carga horária: 72 horas

Ementa: Emergência e institucionalização do Serviço Social como profissão nos diferentes contextos históricos e sociais. A institucionalização do Serviço Social no Brasil, demandas societárias e respostas profissionais entre as décadas de 30 a 90. As construções teórico-metodológicas do período.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992, p.17-39. Debate em sala.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo, Cortez/Celats, 1982, p.169-220. Trabalho avaliativo com questões dirigidas.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 164-246. Trabalho com questões dirigidas.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 84, São Paulo: Cortez, 2005, p.5-20.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em debate. In: **Cadernos ABESS**, n. 3. São Paulo: Cortez, p.99-104.

PAULA, João Antonio. A atualidade do marxismo. In: **Cadernos ABESS**, n. 4. São Paulo: Cortez, 1991, p.64-75.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria. Incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo Cortez/Ufsc Florianópolis: 2004, p.38-92. Trabalho com questões dirigidas.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, 50 São Paulo: Cortez, 1996, p.87-132. Debate em sala.

MACIEL, Marina. Tendências atuais da função pedagógica do Assistente Social na sociedade brasileira. In: **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 163-205. Trabalho com questões dirigidas.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Mod. 4, Brasília: Cead, 2000, p.19-34. Debate em sala.

Bibliografia Complementar

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ALMEIDA, A. A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ANDER-EGG, E. et al. **Del ajuste a la transformación: apuntes para la historia del trabajo social**. Buenos Aires: Ecro, 1975.

BARTLET H. M. **A base do Serviço Social**. São Paulo: Pioneira, 1979.

BASTOS, M. Durvalina. Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos. **Serviço Social e Sociedade**, nº27. São Paulo: Cortez, 1988, p.5-22.

CAPALBO, C. Correntes filosóficas contemporâneas e suas implicações no trabalho do serviço social. In: **CBCISS**, Rio de Janeiro: v. 12, n. 147, 1991.

CARVALHO, A. M. P. **A questão da transformação e o trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1983.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1986.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. Documento de Araxá. In: **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: v. 3, n. 4, 1967.

———. Documento de Teresópolis: metodologia do serviço social. In: **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: n. 4. Suplemento, 1970.

———. Documento do Sumaré. In: **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: n. 4. Suplemento, 1980.

COUTINHO, C. N. Gramsci: **um estudo sobre seu pensamento político**. Edição atualizada e revisada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ENCONTRO SOBRE SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE LATINO AMERICANA, Porto Alegre. **Anais**. São Paulo: Cortez, 1983.

ENCUENTRO NACIONAL DE CAPACITACIÓN. **Acción Crítica**, Lima: CELATS, n. 6, dez. 1979.

FALEIROS, V. P. **Trabajo social: ideología y método**. Buenos Aires: Ecro. 1972.

———. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 8, n. 24, ago. 1987.

—————. A questão da metodologia em serviço social: reproduzir e representar-se. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

—————. “Serviço Social: questões presentes para o futuro”. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUIMARÃES, S. J. A questão do assistente social enquanto intelectual. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 4, n. 26, abr. 1987.

HAMILTON G. **Teoria e prática do Serviço Social de Casos**. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

HOBSBAWM, E. J. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 11, 1989.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

KAMEYAMA, N. Concepção de teoria e metodologia. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KONOPKA, G. **Trabalho de Serviço Social com Grupos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LOWI, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LOWI, M. A crítica romântica da civilização capitalista e sua relação com a cultura católica. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº28, São Paulo: Cortez, 1988, p.127-154.

LOPES, J. B. **Objeto e especificidade do serviço social: o pensamento latino-americano**. São Paulo: Cortez, 1979.

MACIEL, M. e CARDOSO, F. G. Metodologia do serviço social: a práxis como base conceitual. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

MARTINELLI, M. L. Alianças e consenso no serviço social: algumas reflexões à luz da perspectiva gramsciana. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 7, n. 22, dez. 1986.

———. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1988.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

———. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 5, ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOTA, A. E. “As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social”. In: **O social em questão**. Rio de Janeiro: PUC, vol1., n.1, 1997.

NETTO, J. P. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em serviço social. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

———. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991a.

———. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

———. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 30. São Paulo: Cortez, 1989.

NISBET, R. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

O SERVIÇO SOCIAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS: movimentos populares e alternativas de políticas sociais. **V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo: Cortez, 1987.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RICHMOND, M. **Diagnóstico Social**. Lisboa: Instituto Superior de Higiene, Dr. Ricardo Jorge, 1950.

SANTOS, L. L. **Textos de serviço social**. São Paulo: Cortez, 1985.

———. El movimiento de reconceptualización: dez anos despues. In: ALAYON, N. et. al. **Desafio del serviço social**. Buenos Aires: Humanitas, 1976.

SERRA, R. M. **A prática institucionalizada do serviço social: determinações e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 1982.

SERVIÇO SOCIAL: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. **IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA E SILVA, Ozanira M. O Serviço Social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 44, São Paulo: Cortez, 1994, p.85-113.

SILVA, M. G. **Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1982.

TONET, I. A crise das Ciências Sociais. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 41. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O pluralismo metodológico: um falso caminho. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 48. São Paulo: Cortez, 1995.

VERDES-LEROUX, J. Trabalhador social. **Prática. Hábitos. Ethos. Formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

Nome da disciplina: SPO 5212 – Política Social e Formação Sócio-Histórica, Econômico Brasileira
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: Instauração e colapso do Estado Novo. Urbanização, industrialização e surgimento dos novos sujeitos políticos. O nacionalismo, o desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. O período pós-64. A transição democrática. O neoliberalismo. Particularidades históricas regionais.

Bibliografia Básica

CARDOSO, Fernando Henrique, “Dos governos militares a Prudente – Campos Sales”. In.: FAUSTO, Boris; História geral da civilização brasileira. 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, [Tomo III, 1º. Volume, “estrutura de poder e economia (1889-1930). 1977, pp. 13-50.

Bibliografia Complementar

IGLESIAS, Francisco. Momentos Democráticos na Trajetória Brasileira. In: JAGUARIBE, Helio (org.), Brasil, Sociedade Democrática. Rio de Janeiro, José Olympo Ed., 1985, pp. 125-221.

.Leal, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil). 3ª. ed., SP:Editora Alfa-Omega, 1976.

a) Cap. Primeiro: Indicações sobre a estrutura e o progresso do “coronelismo”, pp. 19- 57.

b) Cap. Sétimo: Considerações finais, pp. 251- 258.

Queiroz, Maria Isaura Pereira de. , Cap. III – O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In.: FAUSTO, Boris; História geral da civilização brasileira. 2ª. ed. São Paulo: DIFEL, [Tomo III, 1º. Volume, “estrutura de poder e economia (1889-1930). 1977., pp. 153- 190].

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil: (desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. 237p

- Primeira Parte: da política dos estados aos partidos políticos nacionais. A prática do regime federativo, pp. 11-16.

- Cap. I, A Política dos estados, pp. 17-31;

- Cap.II, Mudança e continuidade sob Vargas: Um nota, pp. 32-39;

- Cap.III, A Extensão da cidadanias às classes trabalhadoras e as transformações do eleitorado brasileiro, pp. 40- 68;

- Cap. IV, A formação dos partidos políticos nacionais, pp. 69-93.

SCHIMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil (1945-2000).RJ: Zahar Ed., 2000.

b) A era Vargas e o desenvolvimento populista

.MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 23-76.

DREIFUSS, Renè Armand. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981:

- Cap. I _ A formação do populismo, pp. 21- 48.

- Cap. II. A ascendência econômica do capital multinacional e associado, pp. 49- 70;

- Cap. IV. A crise do populismo, pp. 125- 160.

ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. Estado e Oposição no Brasil (1964- 1984).

Petrópolis, Vozes, 1984:

- Introdução: Dependência e o Estado de Segurança Nacional, pp. 19- 30;

- Cap.I – A doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento, pp. 33- 51;

- Cap. V: Liberalização, oposição e crise de Estado: o Ato Institucional nº. 5 (1967-1968).

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981,

- DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814p.
- DREIFUSS, René Armand. O jogo da direita na Nova Republica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989:
- À guisa de prefácio, pp. 9- 23.
 - Introdução, pp. 25- 45.
- JAGUARIBE, Helio (Org.) Brasil, Reforma ou Caos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989:
- Cap. I. Introdução, pp. 17-49;
 - Cap. II. O Estado social da nação, pp. 53- 93.
- Buarque, Cristovam. O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. RJ:Paz e Terra, 1991, pp.15-66.
- FIORI, Jose Luis. Os moedeiros falsos. 4. ed Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 11-21 e 23-31. Petras, James; Veltmeyer, Henry. *Brasil de Cardoso: a desapropriação do país*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2001.
- Rubim, Antonio Albino Canelas (Org.). Eleições presidenciais em 2002 no Brasil – ensaios sobre mídia, cultura e política. SP: Hacker, 2004.
- Carreirão, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. Fpolis:RJ: Ed.da UFSC:Ed. FGV, 2002.
- Fontana, Remy. Lula e as esquerdas no poder. [Artigo, Tese de doutorado/Inglaterra, 2003].
- CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993. 244p
- CARDOSO, Fernando Henrique. A Arte da Política: a história que vivi. SP: Civilização Brasileira, 2006, 697p.
- Alves, Maria Helena Moreira.. Estado e Oposição no Brasil (1964- 1984).. SP: Ática, 1977.
- Conti, Mário Sérgio. Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Da Matta, Roberto.. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- Fonseca, Francisco C. Pinto da. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. SP:Editora Hucitec, 2005.
- Furtado, Celso. O Capitalismo Global. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- Gomes, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. Porto alegre: Movimento, 1978.
- Jaguaribe, Helio (Org.) Brasil, Reforma ou Caos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Jornal Nacional: a notícia faz história. RJ: Jorge Zahar Ed., 2004.
- Lisboa, Teresa Kleba. A luta dos sem terra no Oeste catarinense. Fpolis: Ed.da UFSC, 1988.
- Lamounier, Bolivar & Figueiredo, Rubens. A era FHC : um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, 692p.
- Mantega, Guido. A Economia Política Brasileira. Petrópolis(RJ): Vozes, 1985
- Markun, Paulo. O Sapo e o Príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo. RJ:Objetiva, 2004.
- Martins, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- _____. A Reforma Agrária e os limites da Democracia na “Nova República”. SP:Hucitec, 1986.
- _____. A militarização da questão agrária no Brasil: (Terra e poder: o problema da Terra na crise política). Petrópolis(RJ):Vozes, 1985.
- Miguel, Luís Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.
- Mota, Carlos Guilherme (Org). Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1980.
- O Neoliberalismo: ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. Cadernos Dívida Externa, nº. 3, 1993.
- Rampinelli, Waldir e Ouriques, Nildo (Orgs.). 1999. Os 500 Anos: A Conquista Interminável. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Rossiaud, Jean & Scherer-Warren, Ilse. A democratização inacabável: as memórias do futuro. Petrópolis{RJ}: Vozes, 2000.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Comunicação, espaço público e eleições presidenciais”, in.:IV Encontro de C. Sociais do Nordeste, dezembro de 1989, pp. 7 -21.

Skidmore, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)/ de Castelo a Tancredo (1964-1985). SP:Paz e Terra, 1988.
Soares, Luiz E; MVBill; Athayde, Celso. Cabeça de Porco. SP:Objetiva, 2005.
Souza, Percival. Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo. SP: Labortexto, 2002.

Nome da disciplina: SPO 5236 – Ciência Política

Carga horária: 72 horas

Ementa: 1) Familiarizar os alunos com alguns dos principais temas e conceitos da Ciência Política;
2) Apresentar de forma introdutória, alguns dos principais pensadores políticos modernos, contextualizando seu pensamento no período de formação e consolidação do Estado moderno;
3) Abordar alguns temas significativos da Ciência Política contemporânea, relacionados mais diretamente com os debates sobre as mudanças políticas.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto e outros (1986): *Dicionário de Política*. Verbetes “Política”. Brasília : Editora UnB.
FINLEY, Moses (1994): “El nacimiento de la política”; in Abdala e outros, *Manual de Ciencia Política*. Fundación de cultura Universitaria, p 30/3.

Unidade 2:

SADEK, Maria Tereza (1991): “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù”. In WEFFORT, Francisco (org.) *Os Clássicos da Política*. Vol. 1. São Paulo : Ática. pp. 11/24.

RIBEIRO, Renato Janine (1991): “Hobbes: o medo e a esperança.” In WEFFORT, Francisco (org.) *Os Clássicos da Política*. Vol. 1. São Paulo : Ática. pp. 51/77.

MELLO, Leonel Itaussú (1991): “John Locke e o Individualismo Liberal.” In WEFFORT, Francisco (org.) *Os Clássicos da Política*. Vol. 1. São Paulo : Ática. pp. 79/89.

NASCIMENTO, Milton Meira do (1991): “Rousseau: da servidão à liberdade.” In WEFFORT, Francisco (org.) *Os Clássicos da Política*. Vol. 1. São Paulo : Ática. pp.187/200 e 214/223.

BOBBIO, Norberto (2003): “Ética e política.” in SANTILLÁN, José F. (org.): *Norberto Bobbio: O filósofo e a política*. Rio de Janeiro : Contraponto; pp 157/178.

MACPHERSON, C. B. (1991): *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios*. São Paulo : Paz e Terra; pp 13/35.

HELD, David (1987): “O que Democracia Deveria Significar Hoje?”; in HELD, D; *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte : Editora Paidéia; pp 241/270.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto (1996): *Igualdade e Liberdade*. Rio de Janeiro : Ediouro.

BOBBIO, Norberto (1980): *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília : UnB.

BOBBIO, Norberto (2003): “Mudança Política.” in SANTILLÁN, José F. (org.): *Norberto Bobbio: O filósofo e a política*. Rio de Janeiro : Contraponto; pp 385/407.

DAHL, Robert A (2001): *Sobre a Democracia*. Brasília : UnB.

DARNTON, Robert & DUHAMEL, Olivier (2001): *Democracia*. Rio de Janeiro : Record.

CHEVALLIER, Jean-Jacques (1982): *História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro : Zahar Editores. Tomo 1 e 2

MINOGUE, Kenneth (1996): *Política: o essencial*. Lisboa : Gradiva.

TOUCHARD, Jean (1970): *História das Idéias Políticas*. Lisboa : Europa-América. Vol 3 e 4.

Período: 3ª fase

Nome da disciplina: ANT 5315 – Antropologia Social I

Carga horária: 72 horas

Ementa: Esta disciplina é uma introdução aos conceitos básicos que orientam a reflexão antropológica. No decorrer do curso serão vistos conceitos tais como etnocentrismo, relativismo cultural, noções de cultura, e estrutura social. Trabalhando sobre as temáticas de família, gênero, identidade, e saúde, o curso busca contribuir para a formação de profissionais capazes de adequar suas práticas e intervenções às especificidades culturais de grupos sociais determinados.

Bibliografia Básica

Minner, Horace. 1956. "O ritual do corpo entre os Sonacirema." Tradução manuscrita de "Body ritual among the Nacirema", *American Anthropologist*. v.58: 503-7.; (2) Cardoso de Oliveira, Roberto. 1998. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever." In *O Trabalho do Antropólogo*. SP: Editora Unesp, pp.17-35.

Velho, Gilberto. 1987. "Observando o familiar." In *Individualismo e Cultura*. RJ: Jorge Zahar Editor, pp. 121-132.

Laraia, Roque. 1989. "Como opera a cultura." In *Cultura: Um Conceito Antropológico*. RJ: Jorger Zahar Editor.

Levi-Strauss, Claude. 1980. "Raça e História". In *Levi-Strauss. Coleção Os Pensadores*. SP: Abril Cultural.

Unidade III- Fundamentos do social: Reciprocidade, parentesco e gênero

Heretier, Françoise. 1989. "Família." In *Enciclopédia Einaudi. Parentesco*. Vol. 20. Portugal: Imprensa Nacional, pp. 81-94.

Grossi, Miriam. "Gênero e Parentesco: Famílias gays e lésbicas no Brasil." *Cadernos Pagu* (21): 261-280.

Marcelin, Louis. 1999. "A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano." *Mana* 5(2): 31-60.

Unidade IV – Corpo, Saúde e Doença

Langdon, E. Jean. (1994) "Representações de Doença e Itinerário Terapêutico dos Siona da Amazônia Colombiana." In Ricardo V. Santos e Carlos E. A. Coimbra Jr. (orgs.), *Saúde e Povos Indígenas*. RJ: Editora Fiocruz, pp.115-141.

Nome da disciplina: CNM 5124 – Economia Política

Carga horária: 36 horas

Ementa: Raízes e postulados das Propostas Clássica, Neoclássica e Keynesiana. A crise da Economia Política e a emergência do Socialismo. As mudanças de paradigma neste século e as lutas pelo progresso social em nossa época.

Bibliografia Básica:

HUNT, E. K. "História do pensamento econômico". Capítulos 1,2 e 3

SMITH, Adam. "A riqueza das nações". Primeiros capítulos

MORAES, Reginaldo Corrêa. "Liberalismo e neoliberalismo – uma introdução comparativa"

HUNT, E.K. "História do pensamento econômico". Cap. 4 e 5

COUTINHO, Maurício C. "Lições de Economia Política Clássica" Cap. 5

CARCANHOLO, Marcelo Dias. "A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx"

HUNT, E.K. "História do Pensamento Econômico". Cap. 9

MARX, Karl. "O capital". Volume 1

HUNT, E. K. "História do pensamento Econômico". Cap 6, 8, 10 e 11.

DELFAUD, Pierre. "As teorias econômicas". Capítulo II – Abordagens microeconômicas pelo equilíbrio.

RAMOS, Carlos. "O modelo Clássico".

HUNT, "História do pensamento Econômico". Cap. 15

DELFAUD, Pierre. "As teorias econômicas". Cap. III. Abordagens dinâmicas pelo desequilíbrio.

OLIVEIRA, Francisco. "O surgimento do anti-valor". Pág. 19 a 32.

RIBEIRO, Valéria. "As mudanças na relação Estado-sociedade e o avanço do Terceiro Setor".

HARVEY, David. "A condição pós-moderna". Parte III. Capítulo 7, 8, 9, 10, 11

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'".

FIORI, José Luis. "Em busca do dissenso perdido" - Reforma ou sucata? O dilema estratégico do setor público brasileiro p. 97.

SOARES, Laura Tavares. “Ajuste liberal e desajuste social na América Latina”.

MONTAÑO, Carlos. “Terceiro Setor e a questão social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social”. Introdução p.14 e Cap. 2 p. 179

FUKUYAMA, Francis. “O fim da história e o último homem”.

KURZ, Robert. “O colapso da modernização”.

Nome da disciplina: DSS 5124 – Serviço Social e Política Social: Padrões Atuais de Proteção Social

Carga horária: 72 horas

Ementa: Seguridade Social – formato jurídico institucional e financeiro. Atores sociais e as políticas sociais. Controle Social – protagonismo da sociedade civil e o do Estado. Emergência de novos padrões de atendimento de proteção social na América Latina e no Brasil. Modelos de Avaliação de Política Social

Bibliografia Básica

FIORI, José Luis. Sobre o Consenso de Washington. Rio de Janeiro. In: Textos para Discussão, Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, no. 324, fev. 1995, 40p.

SOTO, Silvia Fernández. El concepto de pobreza em la teoria marxista . In: Serviço Social e Sociedade, no. 73, ano XXIV, mar/2003, p. 5-22. (17p..)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Título VII – Da Ordem Social, Capítulo II da Seguridade Social (art. 194-204).

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: Brasília: CFESS/UNB, Programa de Capacitação Continuada, mod. III,2002, pp. 42-56.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. A dialética Estado /Sociedade e a Construção da Seguridade Pública. Cadernos ABONG. Políticas de Assistência Social: Uma trajetória de avanços e desafios. no.. 30, Brasília, nov/2002, pp. 13 a 54. (41p)

VIAN, José Carlos Garcia de Mello, BOEIRA, Carlos. Orçamento e fundo: fundo dos direitos da criança e do adolescente. 3ª. Ed. ,Brasília: Focus Gráfica Editora, 2002, 64 p.

RAICHELIS, Rachel. Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998, pp. 147-162. (15p.)

OLIVEIRA, Maria Heloísa. Avaliação de Políticas Sociais. In: Curso de Formação Profissional: um projeto de atualização. Módulo II. Florianópolis: CRESS 12ª. Região, 1998 ,pp.53-70. (17p)

CARVALHO, Denise Bontempo Birche de . Criança e Adolescente In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III. Brasília: CEAD/UNB, 2000, pp. 182-199.(17p.)

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos – Habitação. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III. Brasília: CEAD/UNB, 2000, pp. 247-259.(12p.)

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo CARVALHO, Denise Bontempo Birche de . Idoso In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III. Brasília: CEAD/UNB, 2000, pp. 200-213.

ROY, Lise. Políticas Setoriais – Pessoa Portadora de Deficiência In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III. Brasília: CEAD/UNB, 2000, pp. 214-227.(13p.)

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. Coleção Questões da Nossa Época, no. 78 . São Paulo: Cortez, 2000 ,pp.71-107. (36p.)

NOGUEIRA, Vera Maria. Fundamentos e Tendências dos Atuais Sistemas de Proteção Social. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação Doutorado em Enfermagem/UFSC, Cap. I, 2000 (mimeo).

Nome da disciplina: DSS 5165 – Introdução ao Processo de trabalho no Serviço Social
--

Carga horária: 36 horas

Ementa: A categoria trabalho. Os elementos constitutivos do processo de trabalho. O setor de serviços. Elementos constitutivos dos processos de trabalho no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

Lei 8.662 – regulamenta a profissão

YAZBECK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. IN: *Cadernos de capacitação. Brasília: CFESS/CEAD/UNB*

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. IN: *Cadernos de capacitação. Brasília: CFESS/CEAD/UNB*

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS/CE, Debate n.º 6, 1997.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. IN: *Cadernos de capacitação. Brasília: CFESS/CEAD/UNB*

BARBOSA, Rosângela et alli. A categoria Processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 58, p.109-130. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. A questão Social. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Jan. Mar. 1991, vol. 05, n.º 01, p. 02-10.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão Social no Brasil e Serviço Social. IN: *Cadernos de capacitação. Brasília: CFESS/CEAD/UNB*

Obs.: Outros textos complementares serão utilizados no decorrer da disciplina.

Nome da disciplina: DSS 5321 – Ética Profissional do Serviço Social
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: A ética como referência das profissões liberais. Processo de constituição do ethos profissional. Os códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros fundamentos: conteúdos e significado político. Os conselhos de Fiscalização do exercício profissional. As questões éticas atuais e o cotidiano profissional.

Bibliografia Básica

ROITMAN, Ari (org). **O desafio ético**. Rio de Janeiro, Garamond, 200 (31-47/77-89)

CHAUI, Marilene. **Convite a filosofia**. Rio de Janeiro, Ática, 1994 (334-339)

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**. São Paulo, Cortez. 2001 (42-97).

PAIVA, Beatriz & SALES Mione. **A nova Ética Profissional: Práxis e princípios**. In: BONETTI, Dilséa, SILVA, Marlise, SALLES, Mione & GONELLI, Vália, M. M. (org). **Serviço Social e Ética (Um convite a uma nova práxis)**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 174-208.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

Bibliografia Complementar

Konder, Leandro. **O futuro da filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992

PINSKY, Jaime. **12 faces do Preconceito**. São Paulo, contexto, 1999.

BARROCO, Lúcia. **Ética e Sociedade**. Brasília, CFESS, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo. **Ética e Sociabilidade**. Rio de Janeiro, Loyola, 1993.

Nome da disciplina: PSI 5122 – Psicologia I
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: A psicologia e sua diversidade: breve contextualização. Aspectos psicológicos e sociais da primeira infância, adolescência, idade adulta e velhice. Relação entre profissional e usuário dos serviços sociais.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B. et alli. **Psicologias** – Uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1988.

CAPRA, F. **O Tao da Física** – Um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

DAMÁSIO, A. R. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DESCARTES, R. **Meditações**. In: **René Descartes**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. In: **Obras Completas** – vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II** – O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HERRNSTEIN, J. R. e BORING, E. G. **Textos Básicos de História da Psicologia**. São Paulo: EDUSP, 1971.

JUNG, C. G. **Memórias, Sonhos, Reflexões**. 17. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

MORENO, J. L. **Fundamentos do Psicodrama**. São Paulo: Summus, 1983.

NERI, A. L. **Qualidade de vida e idade madura**. São Paulo: Papirus, 1993.

PERLS, F. **A Abordagem Gestáltica e Testemunha Ocular da Terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

REICH, W. **A Função do Orgasmo**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SKINNER, B. F. **O Mito da Liberdade**. São Paulo: Summus, sd.

SPINOZA, B. Ética. In: **Espinosa** – Col. Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

4ª Fase

Nome da disciplina: ANT 5316 – Antropologia Social II

Carga horária: 72 horas

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo aprofundar os conhecimentos de Antropologia Cultural para alunos da 4ª Fase do Curso de Serviço Social que já conhecem os principais paradigmas teóricos da disciplina.

Bibliografia Básica

FONSECA, Claudia – Os caminhos da Adoção, São Paulo, Editora Cortez, 1996.

FONSECA, Claudia – Cavalo amarrado também pasta in RBCS n.

HEILBORN, Maria Luiza e alii – Antropologia e Feminismo in Perspectivas Antropológicas da Mulher numero 1, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza e Bila Sorj – Estudos de Gênero no Brasil in O que ler na Ciência Social Brasileira (1970/1995) Sociologia, volume 2, São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza – Ser e estar homossexual in Sexualidades Brasileiras.

Apresentação e debate do filme Carandiru com a Profa Dra Carmen Silvia Rial.

A Profa Miriam Grossi estará ausente devido à representação no Conselho Técnico Científico da CAPES.

A chamada será feita pela monitora, assim como auxílio aos alun@s.

Leitura recomendada: Romance de Drauzio Varella – Estação Carandiru, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1999.

DA MATTA, Roberto. Capítulo 3 – O trabalho de campo. Ler o item 2 - O Trabalho de Campo como rito de passagem in Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social, Petrópolis, Editora Vozes, 1981, pp 150 à 173.

LEMGRUBER, Lenita. Pesquisando em Prisão Feminina in Gilberto Velho (org) O Desafio da Cidade, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, pp 143 a 156.

ZALUAR, Alba. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva in A Máquina e a Revolta, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, p 9 a 63.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana, Rio de Janeiro, Zahar editora, 1975, Capítulo 2 – O Prédio, pp 29 a 56.

SILVA, Vagner Gonçalves. O antropólogo e sua magia, São Paulo, EDUSP, 2000. Capítulos “Os frágeis fios de Ariadne” pp 58 a 66 e “Observando Alice observando” pp 80 a 88.

KUSCHNIR, Karina. Rituais de Comensalidade na Política in Beatriz Herédia e alii (org) Como se Fazem Eleições no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 2002, pp 243 a 268.

Atividades a serem desenvolvidas em casa: Fichamento individual de um dos textos lidos em aula.

Livros para serem lidos durante a semana para a elaboração de objeto de pesquisa:

GOLDBERG, Miriam. A arte de Pesquisar, Rio de Janeiro, 1999.

VICTORA, Ceres e alii. Pesquisa Qualitativa em Saúde, Porto Alegre, Tomo editorial, 2000.

Nome da disciplina: DSS 5135 – Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos

Carga horária: 72 horas

Ementa: A intervenção do Serviço Social junto aos Movimentos Sociais e Conselhos de Direito, objetivos e procedimentos de intervenção. Instrumentos técnicos operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação da ação profissional e seus resultados. Conselhos e mecanismos de controle social.

Bibliografia Básica:

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 83-112.
- BARBOSA Rosângela Nair e outros. A categoria “processo de trabalho” do Assistente Social. In: *Serviço Social e Sociedade* (58):109-130, São Paulo:Cortez, 1998.
- LESSA, Sérgio. Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005, p.17-35.
- GUERRA, Yolanda. O potencial do Ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para debate. In: *Revista Katalysis* v.8 n.2 jul/dez. 2005, p. 147-154. Florianópolis SC.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, A de P. (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-233.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.) *O Serviço Social e o popular*. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995. p. 128-152.
- SILVEIRA, Ricardo Jesus. O que é movimento social. In: TOMAZI, Nelson Dácio (org). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual Editora. 1993, p.208-221.
- KRISCHKE, Paulo. Associação de moradores: mudanças e continuidades. In: *Aprendendo a democracia na América Latina*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 131-160.
- ZALUAR, Alba. Os vizinhos e os outros: organizações populares. In: *A máquina e a revolta*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000. p. 173-213.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria - ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SAWAIA, Bader. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 115-134
- TORO A., José Bernardo y WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério da Justiça, 1997
- CORREIA, Maria Valéria Costa. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 47-79 e 221-231.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da Razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.367-381.
- _____. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez: 2002. p. 202-230.
- ALVAREZ, Sonia E. e outros (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 15-48.
- ALVES, Francielle Lopes. Participação e gestão democrática das políticas públicas: a inserção e os desafios do assistente social nos conselhos de saúde. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 65-71 [dissertação de mestrado].
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sóciopolítica*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-29
- GUERRA, Iolanda. *Instrumentalidade no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995. p.140 - 152.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 50-60.
- MACHADO. Roberto. Introdução - por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. VII – XXIII.
- SPOSATI, Aldaíza. Conhecimento da verdade e o exercício do poder. In: MARTINELLI, Maria Lúcia e outros (org.). *O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez: Educ, 1995. p. 66-77.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 2.ed. São Paulo: Cortez: 2003. p. 414-507.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Os sujeitos sociais em questão. In: *Serviço Social e Sociedade* (40): 141-156, São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, José de Souza. O sujeito oculto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Ainda a ser sugerida ao longo do semestre, conforme o desenvolvimento da disciplina.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade* (52): 24-47, São Paulo: Cortez, 1996.

Cadernos ABEPSS n.07. São Paulo: Cortez, nov.1997. p. 27-46.

CRESS/SC. *Serviço Social e Processo de Trabalho*. Módulo I. Florianópolis: CRESS/SC, 1998.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e serviço social. In: *Cadernos CEAD*, Módulo 2. Reprodução Social e Serviço Social. Brasília: UnB, 1999. p. 153-166.

LESSA, Sergio. Serviço Social, trabalho e reprodução. In: *Serviço Social e movimento social*. V.1, n. 2. São Luiz: EDUFMA, jul.dez. 2000. p. 7-29.

LESSA, Sérgio. A centralidade da categoria ontológica do trabalho. In: *Serviço Social e Sociedade* (52): 07-23, São Paulo: Cortez, 1996.

Revista *Katalysis* v.8 n.2 jul/dez. 2005, p. 147-154. Florianópolis: UFSC.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento de bairro: de frente para o estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.

AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez: Maranhão: Edufma, 1995. p. 29-69.

FERRARO, Alceu R. y RIBEIRO, Marlene. *Movimentos sociais: revolução e reação*. Pelotas: Educual, 1999.

KATÁLYSIS. *Organização Social*. Vol. I. Florianópolis, Junho de 1997.

PEREIRA, William César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001, p. 79-137 (cap.II)

RIBEIRO, Edaléa Maria. *Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 57-68.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 61-81.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos Movimentos Sociais*. 3º capítulo. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo, Cortez, 1993, p. 127-167.

ZALUAR, Alba y ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais. In: *Serviço Social e Sociedade* (44): 141-154, São Paulo: Cortez, 1994.

AGUIAR, A. G. de. *Serviço Social e Filosofia*. São Paulo: Cortez: Piracicaba: UNIMEP, 3.ed, 1985. p. 67-109.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Os movimentos sociais e a constituição de um espaço público no Brasil: reivindicação e construção da “participação popular”. *POLIS. Papers*. São Paulo, nov.1998.

CASTRO, Manoel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 126- 172.

CHAIU, Marilena. *Cultura e democracia*. 4. ed. São Paulo/ Cortez, 1989. p. 137-162.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DANTAS, José Lucena. *Serviço Social para o Desenvolvimento: ensaio de sistematização de um modelo*. Brasília: Fundação do Serviço Social, 1973. Mimeo.

_____. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. *Caderno ABESS* (4): 37-63, São Paulo: Cortez, 1991.

DAL PRA. K.R.D. As ações profissionais do Serviço Social no Centro de Saúde do Saco Grande e da consolidação do SUS. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2003. (dissertação de mestrado)

FURLANETTO, C.A. O acesso a medicamentos no âmbito do SUS: demanda para o Serviço Social. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2004.

HELLMANN, Michaela. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 11-106.

MAGALHÃES, Leila Vello. *Metodologia do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 59-64 e p. 99-130.

RAICHELLIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 25-44.

SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982. p.107-150.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. p. 43-77.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. Movimentos sociais: gênese e enfoques conceituais. In: Revista *Kairós*. São Paulo: Educ, 2001. v.4, n.2, p. 13-38.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Os anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.91 -102;

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 343-370.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do DC*. São Paulo: Cortez, 1993.

Nome da disciplina: DSS 5166 – Processo de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: A intervenção junto aos movimentos sociais e Conselhos de Direito. A construção de objetivos e procedimentos de intervenção. A construção e o uso de instrumentos técnicos operativos. A documentação profissional. Construção de indicadores da situação, da ação profissional e seus resultados. A ação junto a conselhos; mecanismos de controle social.

Bibliografia Básica:

ALVES, Francielle Lopes. **Participação e gestão democrática das políticas públicas:** a inserção e os desafios do trabalho do Assistente Social nos Conselhos de Saúde. Florianópolis: UFSC, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Caderno de Leis organizado pelo CRESS/SC

BRAVO, Maria Inês Souza y MATOS, Maurílio Castro de. [org.]. **Assessoria, Consultora & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. São Paulo, Contexto, 2005.

COSTA, Teresa Hilda B. S.; LIMA, Rochelly Euzébio de. Questão Urbana e Serviço Social. In: Revista **Serviço Social e Sociedade** nº79. São Paulo: Cortez. Ano XXV, 2004. p.162-171.

FALKEMBACH, Elza Maria. Diário de campo um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**. Vol. 7, Editora Unijuí.

JOOS, Marylin e PEREIRA, Silvia do Valle. [et.all.]. **Assessoria**. Porto Alegre: Da Casa, 1998.

OLIVEIRA, Isabel Cristina. E. de. **Estatuto da cidade:** para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15. São Paulo: Editora UNESP, 1988. p. 17-35.

PADA/Residentes. **Relatório de territorialização do Bairro Saco Grande**. Florianópolis, 2004/2005. Projeto RDA / DSS

Relatório das oficinas de territorialização elaborado pelos Residentes.

Relatórios Finais da Disciplina DSS 5166 - turmas 2005.1, 2005.2, 2006.1 e 2006.2.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social. São Paulo, Ed. Atlas, 1999. p. 258-264.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** 56, ano XIX, mar.1998. p. 114-134.

VASCONCELOS,

WEFFORT, Madalena Freire e Outros. Educando o Olhar da Observação. In: CAMARGO, Fátima y MARTINS, Miriam. Série **Seminários**. Observação, registro, reflexão e instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico. 2 ed. 1996.

ZALUAR, Alba Maria. Introdução. In: A máquina e a revolta. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 2000.

Nome da disciplina: DSS 5332 – Administração em Serviço Social

Carga horária: 72 horas

Ementa: Introdução ao pensamento administrativo. As diferentes formas de organização. As propostas alternativas formais para as organizações de serviços sociais. A ação do Serviço Social na gestão das organizações de serviços sociais no setor público e privado.

Bibliografia Básica

ZANELLI, José Carlos et ali **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. I (p. 34 -62); 1

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC. 1999 p. 19-29. 7

CESAR Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições e competências e condição de trabalho profissional. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-145; 6

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983, cap. 11 (p. 275 – 296) 4

GIL, Antonio Carlos. **Administração de recursos humanos. Um enfoque profissional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 13 -19; 2

KARSCH, Úrsula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987, cap. 1 (p. 25 – 36); 5

NETO, Francisco Paulo de Melo, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. cap. 1, 2 (p.1 – 25); 8

NETO, Francisco Paulo de Melo, FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. cap. 11 (p.173 – 187); 9

ZANELLI, José Carlos et ali **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. II (p. 63 – 90); 3

DRUCK, Graça. A “ cultura da qualidade” nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p. 57 -72; 11

GIL, Antonio Carlos. **Administração de recursos humanos. Um enfoque profissional**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 21-31; 10

FREIRE, Lucia Maria de Barros Freire. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: **A nova fábrica de consensos**. Ana Elizabete Mota (Org.). São Paulo: Cortez, 1998. p.179 – 194; 12

LIMA, Telma Cristiane Sasso de Lima. **O Serviço Social e a intervenção profissional**. texto elaborado a partir das discussões presentes no TCC e junto ao Núcleo de Estudos Coordenado pela Profª Regina Célia Tamasso Miotto – DSS/CSE/UFSC, 23/11/2004. 13

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, Idalberto. Antecedentes históricos da administração In: **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. p. 21-32.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Enfoque prescritivo: o movimento da administração científica. In: **Teoria geral da administração: uma introdução**. São Paulo: Pioneira, 1979. p. 2-31.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Enfoques explicativos: o behaviorismo. In: **Teoria geral da administração: uma introdução**. São Paulo: Pioneira, 1979. p. 35-51.

TRAGTENBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez: 2002.

MULLER, Adriana . a utilização dos indicadores de responsabilidade social corporativa e sua relação com os stakeholders. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção).

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”: Estado e terceiro setor em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n.º 59, ano XX. Mar. 1999. p. 47-79

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 58, ano XIX, nov. 1998. p. 24-40

SINGER, Paul. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, Elizabeth de Melo: RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC. p. 31-54. 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

Nome da disciplina: DSS 5705 – Seminários Temáticos e atividades Complementares

Carga horária: 72 horas

DSS 5705 - Seminários Temáticos e atividades Complementares I

EMENTA: Regulamentado pela Resolução n.º 001/CCSS de 25 de março de 1999. A referida resolução em seu artigo primeiro define que tipo de atividades serão consideradas como atividades complementares.

Nome da disciplina: PSI 5123 – Psicologia II

Carga horária: 72 horas

Ementa: Categorias fundamentais da Psicologia Social: indivíduo, cultura e personalidade, identidade, consciência e alienação. O grupo e sua dinâmica: a comunicação e seus problemas.

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História da Sexualidade 1 – A vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade 2 – O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LANCETTI, Antonio. Loucura metódica. In: **SaúdeLoucura n.º 2**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. Clínica grupal com psicóticos. In: **SaúdeLoucura n.º 4**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LANE, Silvia T. M. **O que é Psicologia Social**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. e CODO, Wanderley (orgs.). **Psicologia Social – O homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIZOT, Jacques. **O Círculo dos Fogos – Feitos e ditos dos índios yanomami**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PELBART, Peter Pál. **A Vertigem por um Fio – Políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. Uma concepção da psiquiatria: psiquiatria dinâmica e social. In: **SaúdeLoucura n.º 4**, op. cit.

PROST, Antoine e VINCENT, Gerard. **História da Vida Privada 5 – Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

REICH, Wilhelm. **A Função do Orgasmo**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

5ª Fase

Nome da disciplina: DSS 5136 – Serviço Social: Instituições e Organizações

Carga horária: 72 horas

Ementa: O uso de instrumentos técnico-operativos. A documentação profissional. Indicadores de situação, da ação profissional e seus resultados. Assessoria, consultoria e supervisão de programas e projetos sociais. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.

Bibliografia Básica

MOTA, Ana Elisabete & Amaral, Angela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social In A nova fábrica de consensos. SP, Cortez, 1998, p23-44. (21 pp.)

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 81, ano XXVI, março 2005, Cortez, São Paulo, p. 82 -101.(19pp.)

MONTÃO, Carlos Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo:Cortez, n.59, 1999.(32pp.)

CNAS. RESOLUÇÃO N.º 177, DE 10 DE AGOSTO DE 2000 .PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL EM 24/08/2000

BRASIL, Lei 9790: sua história, concepção e diferenças. Ministério da Justiça In: http://www.mj.gov.br/snj/oscip_historico.htm Acesso em: 14/8/2003.(13pp.)

MARTINS, Paulo. Qual a diferença entre organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público?Disponível na Internet: http://www.rits.org.br/legislação_teste/download/lg_out99.zip. Acesso em: 05/12/2001 (3 pp.)

KAMEYANA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: **Cadernos CEAD-CFESS**, vol. 4, Brasília:CEAD-UNB,1999, p. 197-213 (16pp.)

PAZ, Rosângela. As ONGs e o Trabalho do Assistente Social In: **Cadernos CEAD/ CFESS** vol.2, Brasília:CEAD-Unb, 1999, p. 193-202 (12pp.)

MUCCHIELLI, ROGER. A Condução de Reuniões. Trad. Jeanne M. C. Pucheu/rev. Luís Lorenzo Rivera. São Paulo:Martins Fontes, 1980. p.85-128.(43pp.)

VALARELLI, Leandro. Indicadores de resultados de projetos sociais. Disponível na Internet: http://www.rits.org.br/gestao_teste/download/tema_junho2002.zip. Acesso em novembro de 2002 (7 pp.)

IANNINI, Pedro Paulo. Cliente & Consultor. Uma parceria para o desenvolvimento organizacional. Rio de Janeiro:EDUFF, 1996.(60pp.)

BARBOSA, Carmen F.; MELO, Luis Gonzaga de. A Assessoria e o Serviço Social – As possibilidades e os limites de uma atividade considerada liberal.Goiânia.In: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Caderno de Comunicações, vol.2 julho /98, p.135-137.(2pp.)

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação Teoria/Prática : O Processo de assessoria /consultoria e o Serviço Social. In: IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Caderno de Comunicações, vol.2 julho /98, p.138-142.(4pp.)

GUERRA, Yolanda. O Ensino da Prática no Novo Currículo: Elementos para o debate Palestra proferida na Oficina Regional da ABEPSS – Região Sul I realizada em Florianópolis-SC, em 3 e 4 de maio de 2002.(17pp.)

CARDOSO DE MELO . Ana Inês et alii. Na corda bamba do trabalho precarizado : a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: A nova fábrica de consensos. São Paulo:Cortez,1998, p. 195-203 .(7pp.)

Bibliografia Complementar

MENEGASSO, M. Ester. Organizações e Serviço Social In: Revista Katalysis, vol.5,no.2, 2002, Florianópolis: Ed.UFSC,Depto.Serviço Social,P.P.GSS. p.107-114. (7 pp.)

ALBUQUERQUE, J. A. G. Instituição e Poder. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CANGUILHEN, G. O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

GONCALVES, WAGNER. Parecer sobre Terceirização e Parcerias na Saúde Pública. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/temas/WAGTERC.htm>. Acesso em agosto de 2002 (17pp.)

MARTINELLI, Maria Lucia. Notas sobre instituição.São Paulo, PUC/SP,mimeo,[1980].

MONTÃO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social. São Paulo:Cortez,2002.

PAZ, Rosângela. As ONGs e o Trabalho do Assistente Social In: **Cadernos CEAD/CFESS**, vol.2, Brasília:CEAD-Unb, 1999, p. 193-202 (12pp.)

OLIVEIRA, Mariângela. O trabalho em equipe.In:Guia de Gestão para quem dirige entidades sociais. São Paulo,:ABRINQ,2002.Cap.3. (13pp.)

.REIS, Liliane. Como melhorar o trabalho em equipe. Disponível na Internet: http://www.rits.org.br/gestao_teste/download/tema_mar2000.zip . Acesso em julho de 2002 (2 pp.)

.KAYANO, Jorge & CALDAS, Eduardo Lima. Indicadores para o diálogo. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001. (16 pp.)

. NETTO, José Paulo . A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova. In: Serviço Social e Sociedade. N. 79, ano XXV, Especial, 2004. (p.05-26)

ADULIS, Dalberto. Como planejar a avaliação de um projeto social? Disponível em: www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_ultimos_meses.cfm. Acesso: agosto de 2002. (4 pp.)

ADULIS, Dalberto. Marketing social: Usos e Abusos .Disponível na Internet: www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmes_ultimos_meses.cfm. Acesso em julho de 2003. (4 pp.)

AMADO , Guilles, & GUITTET, André. A Dinâmica da comunicação nos grupos. Ribeiro, Analucia T.(trad.)2ª.ed. Rio de Janeiro.Zahar,1982.p.11-39.

ANDRADE, Suely Gregori. Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista e as transformações do mundo do trabalho In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1. Brasília:CEAD,1999,p.17-31.

BARBOSA, Rosângela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade , no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.

COSTA, Maria Dalva H. da & LIMA, Rita de Lourdes de. Processo de Trabalho e Serviço Social: uma análise da inserção do trabalho do assistente social no interior de processos coletivos de trabalho em serviços sociais públicos, filantrópicos e privados localizados no Município de Natal (RN). IN: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 376-381.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas In Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo, Educ; IEE, 1999. p.31- 42 .

FALCONER, Andres. A Promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. http://www.fas.harvard.edu/~drclas/programs/PASCA/pdfs/spanish/Chile%201999/Identidad/Andr=s_Falconer.pdf. Acesso em junho de 2003 (20 pp.).

FRITZEN, Silvino José. Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo. Petrópolis: Vozes, 1998

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensão históricas, teórico e ético-políticas. Fortaleza: CRESS/CE, Debate no. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: Cadernos CEAD-CFESS, vol.1, Brasília: CEAD-UNB, 1999, P. 11-128 (17pp.).

IANINI, Pedro Paulo. *Cliente & Consultor. Uma parceria para o desenvolvimento organizacional*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996, 63p.

IANINI, Pedro Paulo. *Consultor & Cliente . Uma parceria para o desenvolvimento organizacional*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1996, 108pp.

IANNI, Octavio. A questão Social. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: jan./Mar.1991, vol. 5 no.1. p. 02-10.

KLIKSBERG, Bernardo. Gerenciamento Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras. In: Pobreza: uma questão inadiável - novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994. p. 127-146.

LANDIM, Leilah. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional /UFRJ. Rio de Janeiro.1993. p.16 – 31.

LIMA, Katia & PERALES, Márcia. Crise, Mudanças organizacionais e processo de trabalho do Assistente social IN: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 366-375.

LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. Um novo fazer profissional. IN: CADERNOS DE CAPACITAÇÃO . CFESS:Brasília, 2000.p. 112-124.

Jurema Alves Pereira da. O papel da entrevista na prática do Serviço Social . IN: EM PAUTA- Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. No. 6, Rio de Janeiro:UERJ, 1995, p. 51-58.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico Editora, 1985.

REIS, Liliana. Avaliação de projetos como instrumento de gestão. Disponível na Internet: [www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_tmasant_nov99.cfm]. Acesso em junho de 2002 (5 pp.)

SARMENTO, H. R. de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. IN: CADERNOS DE CAPA-CITAÇÃO. CRESS: Brasília, 2000. p. 197-110.

TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, n.32, set. nov., 1998.

TENÓRIO, Fernando G. (org). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TENÓRIO, Fernando. Gestão Social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TRINDADE, ROSA Lúcia Prêdes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. IN: Anais do VII ENPES - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000. p.391-398.

Yozo, Ronaldo Yudi K. 100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1996.

ZIMERMANN, David E. Como trabalhar com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

Nome da disciplina: DSS 5144 – Serviço Social e Seguridade Social: Saúde

Carga horária: 72 horas

Ementa: O Estado brasileiro e a política de saúde. A discussão da reforma sanitária. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gerenciamento e controle social. A consolidação do Sistema Único de Saúde, impasses e perspectivas, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área da saúde. A prática profissional do assistente social na esfera da saúde pública e privada. A particularidade dos segmentos especiais e grupos específicos.

Bibliografia Básica:

KRÜGER, T. R. “De que saúde se trata?”. In. *Os fundamentos ideó-políticos das Conferências Nacionais de Saúde*. Recife: PGSS/UFPE, 2005, Tese de Doutorado, p. 69-72.

FOUCAULT, M. “O nascimento da medicina social” e “O nascimento do hospital”. In. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro Graal, 1993, p. 79-111.

KRÜGER, T. R. “As condições histórico-sociais dos serviços de saúde no Brasil”. In. *Os fundamentos ideó-políticos das Conferências Nacionais de Saúde*. Recife: PGSS/UFPE, 2005, Tese de Doutorado, p. 30-67.

CEPOR. *História das políticas de saúde no Brasil*. São Paulo: Prefeitura, 1992 (vídeo).

KRÜGER, T. R. “O caminho até o SUS”. In. *Os fundamentos ideó-políticos das Conferências Nacionais de Saúde*. Recife: PGSS/UFPE, 2005, Tese de Doutorado, p. 72-99.

BRAVO, M. I. Políticas brasileiras de Seguridade Social: Saúde. In. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 3. Brasília: UNB-CEAD, 2000., p. 103-116.

BRAVO, M. I. “A saúde na década de 1990”. In. *Capacitação para conselheiros de saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: UERJ-DEPERXT-NAPE, 2001a.

_____. “Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos”. In. *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez, 2001b.

CARVALHO, G. “A inconstitucional administração pós-constitucionais do SUS através de normas operacionais”. In. *Revista Ciência & saúde coletiva*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2001, vol. 6, n. 2.

GOULART, F. Eculpindo o SUS a golpes de portaria... considerações sobre as NOBs. In *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: ABRASCO, v. 6, n.2, 2001, p. 292-298.

BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: Ed UERJ.

MATOS, M. C. O debate do Serviço Social na saúde nos anos de 1990. In. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez. N. 74, jul./2003, p. 84-117.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA FILHO, N. “Qual o sentido do termo saúde?”. In. *Cadernos de saúde Pública*. Rio de Janeiro: Fiocruz e ENSP, v. 16, n. 2, abr./jun. 2000.
- AROUCA, A. S. S. “Saúde e democracia”. *Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde*, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.
- BERLINGUER, G. *Medicina e política*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. et. Al. *Reforma sanitária: Itália e Brasil*. São Paulo: HUCITEC/CEBES, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.080 de 19 de set. de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e da outras providências.
- BRASIL. Lei n. 8.142 de 28 de dez. de 1990. Dispõe sobre a participação na comunidade na gestão no Sistema Único de Saúde - SUS - e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar denúncias de irregularidades na prestação de serviços por empresas e Instituições privadas de Planos de Saúde*. Brasília: Câmara Federal, nov./2003.
- BRASIL. *Relatório Final da 12ª. Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.
- BRASIL. *Portaria 399/GM de 22 de fevereiro de 2006*. Divulga o pacto pela saúde 2006.
- COSTA, M. D. H. “O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In. *Revista serviço Social & sociedade*. São Paulo: Cortes, n. 62, 2000, p. 35-72.
- ESCOREL. S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- GERSCHMAN, S. *A Democracia Inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- NOGUEIRA, V. M. R. O direito à saúde na reforma do estado brasileiro: construindo uma nova agenda. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado. 2002.
- RODRIGUES NETO, E. *Saúde: promessas e limites da Constituição*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

Nome da disciplina: DSS 5145

Serviço Social e Seguridade Social: Previdência

Carga horária: 72 horas

Ementa: O Estado Brasileiro e a construção do Sistema Previdenciário Público. A previdência social pública – estruturação, operacionalização, benefícios, financiamento, gerenciamento e controle social. A relação providenciária pública e privada. Atuais tendências previdenciárias. A prática profissional do Assistente Social no setor previdenciário. A particularidade dos segmentos especiais. O direito do trabalhador.

Bibliografia Básica:

- CARTAXO, Ana Maria Baima. Análise da Política Previdenciária Brasileira na conjuntura Nacional – da Velha República ao Estado Autoritário. *Serviço Social e Sociedade*, n. 40, 1992, p. 58-80.
- _____. Estratégias de sobrevivência: a previdência e o Serviço Social. Capítulo II, Editora Cortez: São Paulo, 1995, p. 57-65.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. BRASÍLIA, Senado Federal, 1988.
- Previdência Social Legislação Completa e Atualizada Leis n.º 8212 e 8213/91. Decreto n.º 3048 de 1999. Fundação ANFIP de Estudos de Seguridade Social. Brasília. 2002.
- VIEIRA, Evaldo. Democracia, Estado e Política Social. São Paulo, Cortez, 1992, p.76-98.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A reforma da Previdência Social**. In Governo Lula – da esperança a realidade. São Paulo: Xamã. 2004, p.63-84.
- DUARTE, Adriana. **O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado?**. *Serviço Social e Sociedade*, n. 73, 2003, p. 120-141.

MOTA, Ana Elizabeth. **Seguridade Social: Serviço Social e Sociedade**. São Paulo Cortez, ano XVII nº 50 abril de 1996, p. 191 - 195.

MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo Cortez, 1995 Capítulo III e IV.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, PEC, 40, 2003.

_____, EC 41, 2004.

TEIXEIRA, Andréia Maria de Paula. **Reforma e Contra-reforma da Previdência Social**

No Brasil de hoje. In Revista Katálysis. Florianópolis. Ed. UFSC, nº 5, 2001. p. 49-62.

CANCELLA, Adriana. et al. **Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social**, Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional de Seguro Social, Brasília, 1994, p.32.

CARTAXO, Ana Maria B. **Sessenta anos do Serviço Social Previdenciário –Resgate Histórico**. 16p.

CFESS. II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social. Porto Alegre, 2000 p. 143 - 147.

_____. Carta de Maceió, 2000.

_____. Cartade Curitiba, 2004.

SALVADOR, Evilásio e BOSCHETTI, Ivanete, **A reforma da Previdência Social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho**: Serviço Social e Sociedade, nº 70, ano XX, julho 2000, p. 114-137.

Bibliografia Complementar

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1982, Capítulo 6.

FLEURY, Sônia. **Estado sem Cidadãos**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994. Capítulo V, p.153 a 174.

OLIVEIRA, Jaime; TEIXEIRA, Sônia. In **Previdência Social: 60 anos de história de Previdência no Brasil**. Ed Vozes. 1985.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: LEGISLAÇÃO COMPLETA E ATUALIZADA. Decreto nº 3048 de 03/05/1949 regulamento da previdência social. RPS. Fundação ANFIP de estudos de seguridade social. Brasília. 2002

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Previdência Social: um direito a ser conquistado**. Brasília, Editora gráfica Agnus, 1977 Capítulo I e II.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Wenewck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: Estratégias de bem – estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, Ed. Revan 1998, capítulo IV.

GURGEL, Iola. Do Estado de bem estar a incerteza. In Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Cortez Editora, nº 5, 1999. p. 13-18.

SOARES, Laura Tavares. **A reforma da previdência social**. In Governo Lula – decifrando o enigma. São Paulo: Viramundo, 2004.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Um novo fazer profissional**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social; Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo 04 O trabalho do A.S. e as Políticas Sociais. CFESS/ABEPSS/CEAS/NED-UnB, p. 113 – 124.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Cidadania, globalização e previdência social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 68, ano XXII, nov, 2001, p 5 – 15

DSS 5150 – Serviço Social e política de atenção a criança e ao Adolescente

Carga horária: 72 horas

Ementa: Construção histórica da criança e do adolescente. Proteção social para criança e adolescente. Reordenamento jurídico - institucional. Desafios catarinenses. Mecanismos de operacionalização do ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Bibliografia Básica:

PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Ursula, 1995.

PRIORE, Mary.(org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

BRASIL. Lei no. 8069 de 13 de julho de 1990 - dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei 8.742 de 07/12/93.

SOUZA, Marli P. Crianças e adolescentes: absoluta prioridade? Revista **Katalysis**. Florianópolis, n.2, 1992, p.41-48.

SILVA, Maria Ozanira S. **A Política Social Brasileira no Século XXI: redirecionamento rumo aos programas de transferência de renda**. In: Novos Paradigmas da Política Social. 1 ed. Brasília: UNB, 2002- Brasil.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO - JUVENIL. 2ª ed. Brasília: SEDH/DCA, 2001. 59 p.

Bibliografia Complementar

LIMA, L. VENÂNCIO, R. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In:PRIORE, M.(org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LONDONO, F. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MARCÍLIO, M.L. Amas de leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista. In RIZZINI, I. (org.) **Olhares sobre a criança no Brasil - Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Amais, 1997.

MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, M. (org.). **História social da infância no Brasil**

MATTOSO, K. O filho da escrava. In: PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MELLO E SOUZA, L. O Senado da Câmara e as crianças expostas. In PRIORE, M. (org.) **História da Criança no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1991.

MOREIRA LEITE, M. O óbvio e o contraditório da roda. In: PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PASSETTI, E. O menor no Brasil Republicano. In: **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, M. P. **A publicização da violência de pais contra filhos**: um estudo das implicações da denúncia. São Paulo, 2000. 210p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social, PUC/SP.

ANDRADE, J. E. **Conselhos tutelares**: cem ou sem caminhos?. São Paulo, 1997. 166p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC/SP.

PEREIRA, R. **Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente**: do alternativo ao alterativo. São Paulo, 1998. 154p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC/SP.

SPOSATI, A. Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a LOAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.46, dez.95/jan/96. p.8-16.

DAHLKE, A. **Programa Liberdade Assistida em Florianópolis**. TCC, 1999.

FERNANDES, V.M. **O adolescente infrator e a liberdade assistida**. Rio, CBCISS, 1998

GREGORI, M. F. **Viração**: meninos e meninas nas ruas. 2000.

Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. São Paulo: IEE/PUC

SOUZA, M.P. Crianças e adolescentes: absoluta prioridade? Revista **Katalysis**. Fpolis, n.2, 1992, p.41-48.

SILVA, R. **Os filhos do governo**. São Paulo, Atica, 1997.

TEIXEIRA, M.L. **Liberdade assistida**: uma questão em aberto. São Paulo: IEE/PUC, 1994.

Nome da disciplina: DSS 5167 – Processos de trabalho no Serviço Social em Instituições e Organizações

Carga horária: 72 horas

Ementa: A (re) construção dos objetos de intervenção nos processos organizacionais . A construção e o uso dos instrumentos técnico-operativos . A documentação profissional. Construção de indicadores da situação , da ação profissional e seus resultados. As parcerias e a terceirização nos processos de atenção social no plano público e privado.

Bibliografia Básica

MARTINELLI, Maria Lucia. Notas sobre instituição. São Paulo:PUC, mimeo, [1990]

_____.Análise de Conjuntura. Breves Notas Introdutórias, São Paulo, mimeo[1999], 6p.

WEISSHAUPT, Jean Robert. As atividades como processo de apropriação. In: As funções sócio-institucionais do Serviço Social. São Paulo:Cortez, 1998, p.78-105.

COSTA, Maria Dalva H. da & LIMA, Rita de Lourdes de. Processo de Trabalho e Serviço Social: uma análise da inserção do trabalho do assistente social no interior de processos coletivos de trabalho em serviços sociais públicos, filantrópicos e privados localizados no Município de Natal (RN). In: Anais do VII ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 376-381.

CFESS. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão.Brasília: CFESS,2002, 50p.

_____.Código de Ética Profissional. Brasília :CFESS,1993.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de Campo:um instrumento de reflexão. In: Revista Contexto/Educação, vol.7, Editora Uniji-RS, p.19-25.

MOSCOVICI, Felá.Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 7ª.ed.Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, p.5-18.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Manual para Educadores de Adolescentes de Comunidades Populares. Mosteiro São Bento, Bahia, 1996,p.77

MARTINELLI, Rosana & Nilsson, Vera. Roteiro para a elaboração da Análise Institucional. Florianópolis, UFSC/Depto.Serviço Social , 2002, mimeo(material para fins didáticos).

MILITÃO, Rose & Albigenor. SOS. Dinâmica de Grupo, Rio de Janeiro: Quality Mark, 1999,38pgs.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Rosângela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** , no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.

DA SILVA, Jurema Alves Pereira. O papel de entrevista na prática do Serviço social. In: Em Pauta, Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no.6, novembro, 1995, p.51-58.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social. São Paulo:Cortez, 2001,p.13-54.

VIGIL, José Ignácio Lópex . A entrevista. São Paulo:Edições Paulinas/ALER, 1987,43pgs.

AMADO , Guilles, & GUITTET, André. **A Dinâmica da comunicação nos grupos**.Ribeiro, Analucia T.(trad.)2ª.ed. Rio de Janeiro.Zahar,1982.p.11-39.

ANDRADE, Suely Gregori. **Teoria e prática de dinâmica de grupo: jogos e exercícios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

BARBOSA, Rosângela et alii. A categoria Processo de Trabalho e o Trabalho do Assistente Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** , no. 58, São Paulo, 1998. p. 109-130.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo**. Petrópolis: Vozes, 1998

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensão históricas, teórico e ético-políticas**. Fortaleza:CRESS/CE, Debate no. 6, 1997.

IANNI, Octavio. A questão Social. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: jan./Mar.1991, vol. 5 no.1. p. 02-10.

- LIMA, Katia & PERALES, Márcia. Crise, Mudanças organizacionais e processo de trabalho do Assistente social IN: **Anais do VII ENPESS** - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000, p. 366-375.
- LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. Um novo fazer profissional. IN: **CADERNOS DE CAPACITAÇÃO** . CFESS:Brasília, 2000.p. 112-124.
- MILITÃO, Rose & Albigenor. **SOS. Dinâmica de Grupo**, Rio de Janeiro:Quality Mark, 1999.
- MINICUCCI, Agostinho. **Técnica de Trabalho de Grupo** .São Paulo: Atlas, 1997
- MUCCHIEELI, ROGER. **A Condução de Reuniões**. Trad. Jeanne M. C. Pucheu/rev. Luís Lorenzo Rivera. São Paulo:Martins Fontes, 1980.
- MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico Editora, 1985.
- RIVIERO, Leandra Pérez. La documentación específica en trabajo social: la historia, la ficha y el informe social . In: Cuadernos de Trabajo Social, Madrid: Escuela Universitaria de Trabajo Social/Universidad Complutense de Madrid. , 2000, p. 75-90.
- SARMENTO,H. R. de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. . IN: **CADERNOS DE CAPACITAÇÃO** . CRESS:Brasília, 2000.p. 197-110.
- TRINDADE, ROSA Lúcia Prêdes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. IN: **Anais do VII ENPESS** - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000 ,p.391-398.
- ZIMERMAN, David E. **Como trabalhar com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977
- Yozo, Ronaldo Yudi K. **100 jogos para grupos**: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Ágora, 1996
- Autogestão**
- GUIMARÃES, Valeska Nahas & at alii. Democracia Industrial e Autogestão: A visão histórica. IN: 1º. Internacional Workshop: Modelo de Autogestão nas Empresas Experiências Autogestionárias no Brasil e no mundo.,[1998], 13p.
- Assessoria:**
- IXCongresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e Projeto Ético Político Profissional. Goiânia/GO, jul/98,vol.2, Caderno de Comunicações. Pgs.82-87; 135-141.
- Consultoria :**
- TURNER, Arthur H. Consultoria é mais do que dar conselho. In: Análise e Conjuntura, Minas Gerais: Fundação João Pinheiro, vol.4, n.1,jan/abril, 1989.p-5-15.
- ONGs.**
- PINTO LEAL, Maria Lucia. Organizações não Governamentais (ONGs) : Aspectos conceituais. In: As estratégias das ONGs nba Inclusão da Exploração Sexual Comercial das Crianças e Adolescentes na Agenda do Governo. Projeto de Qualificação de Doutorado Seviço Social PUC/SP, 1999 ,10p.
- Responsabilidade Social**
- BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. São Paulo:USP/Faculdade de Economia Administração e Contabilidade/Departamento de Administração, Tese de Doutorado, 2001.
- Governança Institucional**
- PAULA DA SILVA, Antonio Luiz de. Governança Institucional: Um estudo do Papel e da Operação dos Conselhos das Organizações da Sociedade Civil no contexto brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Dissertação de Mestrado, 2001.
- ARENDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, cap.II p.31- 88.
- SPOSATI, Aldaisa. O privado porém público na responsabilidade social das empresas . São Paulo: PUC, mimeo, [1999] 11pp.
- Gonçalves, Luiz Estevam Lopes. Marketing Social: a ótica , a ética e sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, Departamento de Ensino/Curso de Administração Pública, Dissertação de Mestrado, 1991.

SEVERO, E. Antunes. Marketing Social – Uma maneira diferente de ver e fazer as coisas. In: Projeto Comunidade de Aprendizagem, Florianópolis: UFSC/Departamento de Ciências da Administração /Núcleo de Capacitação para Gestores de Organizações do Terceiro Setor, 17p.agosto de 1999.

SERVA, Maurício. O Estado e as ONGS: uma parceira complexa. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 31(6), nov/dez, 1997, p.41-54.

SERAFIM, Rosário. Tecnologias, trabalho em rede e cooperação para o Serviço Social . In: Revista Intervenção Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa/Beja., no.25/26, novembro 2002, semestral.

FONTANELLA, Denise et alii. O lado (des)humano da terceirização. O impacto da terceirização nas empresas, nas pessoas e como administrá-lo. Salvador: Casa de Qualidade Editora, 1985.

Dossier Voluntariado Social – Perspectivas e Prática. In: Revista Intervenção Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa/Beja., no.25/26, novembro 2002, semestral, p. 85- 185.

6ª Fase

Nome da disciplina: DSS 5137 – Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis

Carga horária: 72 horas

Ementa: Família: inter-relações entre o público e o privado. Relações de gênero e gerações. A construção da identidade dos sujeitos sociais nas relações de classe, etnia, gênero e gerações. Pressupostos teóricos para o trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Trabalho com famílias. Trabalho com grupos. Trabalho com indivíduos. Trabalho com redes.

Bibliografia Básica

AFONSO, L.(org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2003.

ARIÉS, P. Da família medieval à família moderna. In: **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981, p.225-274.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2005, p.60-76.

BLANES, D. Formulação de indicadores de acompanhamento e avaliação de políticas sócio-assistenciais. In: ACOSTA, A. R.; Vitale, M. A. (org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, p.231-239.

CANEVACI, M. (org.). **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARTER. B.; MCCOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Uma estrutura para terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 7-27.

CARVALHO, M do C. B. de. A priorização da política social. In: KALOUSTIAN, S. (org.) **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2005, p.93-108

CARVALHO, M do C. B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005, p.267-274.

CERVENY, C. M. de O. ; BERTHOUD, C. M. E. et al. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p.11-30; 47-132.

COSTA, J. F. Homens e mulheres. In: COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.215-274.

DONZELOT, J. O governo através das famílias. In: DONZELOT, J. **As polícias das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.49-89.

FONSECA, C. Aliados e rivais na família. In: FONSECA, C. **Família, fofoca e honra – etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: UFRS Editora, 2004, p.53-88.

GONZALES, R.S. **Saiba como dizer não à violência. Orientações para defesa dos direitos da criança e do adolescente**. Porto Alegre: Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 1995.

GUIMARÃES, R. F. Famílias: uma experiência em grupo. In: **Serviço Social & Sociedade, n. 71**, São Paulo: Cortez, 2002, p.165-179.

JORDAN, W. Famílias centrífugas e famílias integrativas. In: JORDAN, W. **O assistente social nas situações de famílias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, 0.31-49.

LEVI-STRAUSS, C. A família. In: SHAPIRO, H. L. **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956, p.108-133.

LIMA, E. A família em questão. In: **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, 2006, p.17-43.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: ARTMED, 1999, p.9-69.

Nome da disciplina: DSS 5148 – Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social Vulneráveis
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: O Estado brasileiro e a Assistência Social. A compreensão da Assistência Social e o paradigma do direito. A política de Assistência Social: modelos, financiamento, operacionalização, gestão e controle social. A prática profissional do assistente social na estruturação e implementação da política de Assistência Social. A particularidade de segmentos especiais. As estratégias de proteção social ao trabalho informal.

Bibliografia Básica

COUTO, Berenice Rojas (2004) **O direito Social e a Assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez (pp. 139-182)

SPOSATI, Aldaíza (2005). **A menina LOAS**. Um Processo de Construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2ª edição.

BRASIL, (1993) **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei 8742, 8 de dezembro de 1993.

PEREIRA.-PEREIRA. Potyara (2000), **Necessidades Sociais e Mínimos Sociais**. São Paulo, Cortez. (pp. 28-86)

GOMES, Ana Lúcia (2001), *O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites*. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.68, São Paulo: Cortez, novembro. (pp. 111-139).

MARTINS, Valdete de Barros; PAIVA, Beatriz Augusto (2003), *A Implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula*. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 73, São Paulo: Cortez, março. (pp. 46-74).

RODRIGUES, Fernanda (1999), **Assistência Social e as Políticas Sociais em Portugal** Lisboa: ISScoop -Dep Editorial/CPIHTS. (pp.60-107)

BRASIL, (2004) **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome.

FALEIROS, Vicente de Paula (1995), **Estratégias do Serviço Social**. São Paulo, Cortez. (pp. 43-123)

YASBECK, Maria Carmelita (2001), **Classes Subalternas e Assistência Social**, São Paulo, Cortez. (pp. 83-161).

BRASIL, (2004) **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome.

FALEIROS, Vicente de Paula (1995), **Estratégias do Serviço Social**. São Paulo, Cortez. (pp. 43-123)

YASBECK, Maria Carmelita (2001), **Classes Subalternas e Assistência Social**, São Paulo, Cortez. (pp. 83-161).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATTINI, Odária (org.) (1998) **Assistência Social: constitucionalização, representação, práticas**, São Paulo, Veras Editora.

BOSCHETTI, Ivanete (Coord.) (2003), **Avaliação dos Dez anos de Implementação da Lei Orgânica da Assistência Social: o Olhar dos conselhos Estaduais, Municipais, e do Distrito Federal**. GESST/Ser/UNB--MAS/CNAS, Brasília, dezembro.

BOSCHETTI, Ivanete (2001) **Assistência Social no Brasil: um direito entre a originalidade e o conservadorismo**. Brasília, DF:GESST/SERIUnB, 2001, p. 50-70.

OLIVEIRA, Heloisa Ma J. (1996) **Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social**.

2aed. Florianópolis/SC: EDUFSC.

_____. (2004), **Cultura Política e Assistência Social: uma Análise das Orientações dos Gestores Estaduais**. São Paulo, Cortez.

OLIVEIRA, Heloisa M.J. e TAPAJÓS, Luziele M.S (1999) *O processo de descentralização da política de Assistência Social em Santa Catarina: realidade e análise preliminar*. In: **A caminho da cidadania: 5 anos de LOAS -Lei Orgânica da Assistência Social**. Florianópolis: Ed. OAB/SC, ,p.15-30.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Paulo E. (2001), *O financiamento da política de assistência social em perspectiva*. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.68, São Paulo: Cortez, novembro, p. 83-110.

PEREIRA, Potyara A.P. **A Política Social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da Assistência Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 56, março de 1998, p. 60-76.

SILVA, Mª Ozanira, YASBECK, Mª Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. *A Política Social no Séc. Xxi. A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda*.

SPOSATI, Aldaíza (1997). **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução na consciência da cidadania**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 55, novembro, p. 9-38

STEIN, Rosa Helena (1997). *A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias*. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez. ano XVIII, n.54, julho, p.75-95.

TAPAJÓS, Luziele Maria (2003), *Informação social: caminho para a compreensão e acção na esfera da exclusão social*. In: RODRIGUES, Fernanda (Coord.). **Acção social da área da exclusão social**, Lisboa: Universidade Aberta, p. 72-91.

Nome da disciplina: DSS 5146 – Pesquisa em Serviço Social

Carga horária: 72 horas

Ementa: Natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico-metodológico. A pesquisa social: planejamento, execução e expressão de resultados. A pesquisa social e o Serviço Social.

Bibliografia Básica:

LOWI, M. “A ideologia positivista de Comte até nossos dias”; “Max Weber: a ciência livre de julgamentos de valor” e “Ideologia e Ciência segundo Marx”. In. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994, p. 22-49, 100-115.

MINAYO, M. C. “O positivismo sociológico, O funcionalismo, A sociologia compreensiva e O marxismo”. In. *O desafio do conhecimento*. 7ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ ABRASCO, 2000, p. 39-88.

RICHARDSON, R. J. e Colab. *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. 3ª. São Paulo, Atlas, 1999. p. 32-54.

RICHARDSON, R. J. e Colab. *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. 3ª. São Paulo, Atlas, 1999, p. 18-22.

MARSIGLIA, R. M. G. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In. *Capacitação em Serviço Social e política Social*. Módulo 5. Brasília: CFESS/CEAD/UnB, 2001, p.18-43.

MINAYO, M. C. “Quantitativo versus qualitativo, subjetivo versus objetivo. Fase exploratória da pesquisa”. In. *O desafio do conhecimento*. 7ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ ABRASCO, 2000, p. 28-36, 89-99.

CHIZZOTTI, A. “A determinação do problema, a Organização da pesquisa, Da pesquisa qualitativa”. In. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 39-47 e 77 - 88.

KERLINGER, F. N. “Problemas, hipóteses e variáveis”. In. *Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980, p.33-50, 347-362. (texto resenhado).

GIL, A. C. “Formulação do problema”. In. *Métodos e técnicas em Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 49-55.

RICHARDSON, R. J. e Colab. “Roteiro de um projeto de pesquisa”. In. *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. 3ª. São Paulo, Atlas, 1999, p. 55-69.

MARSIGLIA, R. M. G. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In. *Capacitação em Serviço Social e política Social*. Módulo 5. Brasília: CFESS/CEAD/UnB, 2001, p.18-43.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas em Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 56-74.

RICHARDSON, R. J. e Colab. "Questionário, entrevista, análise de conteúdo, pesquisa, histórica, observação". In. *Pesquisa Social. Métodos e técnicas*. 3ª. São Paulo, Atlas, 1999, p. 189-264.

MARSIGLIA, R. M. G. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In. *Capacitação em Serviço Social e política Social*. Módulo 5. Brasília: CFESS/CEAD/UnB, 2001, p.18-43.

MINAYO, M. C. "Fase de trabalho de campo e fase de tratamento do material". In. *O desafio do conhecimento*. 7ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ ABRASCO, 2000, p. 99-172..

CHIZZOTTI, A. "Coleta de dados quantitativos e Coleta de dados qualitativos". In. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 51-68, 89-108.

GIL, A. C. "Relatório de pesquisa". In. *Métodos e técnicas em Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 187-202.

CARDOSO, F. G. "A pesquisa na formação profissional do assistente social". In caderno ABESS, n. 08. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis, Editora UFSC, 1998.

BRUYNE, P. et all. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. RJ, Francisco Alves, 1977.

HAGUETTI, T.M.F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1990.

LUNA, Sergio Vasconcelos. *Planejamento de Pesquisa, uma introdução*. SP, EDUC, 1996..

MINAYO, M.C. (Org.) *Pesquisa Social*, Petrópolis, Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Vera M. R. *Textos de Apoio para a disciplina de Pesquisa Social I*, 1995, Florianópolis, UFSC, mimeo.

Nome da disciplina: DSS 5168 – Processos de Trabalho no Serviço Social: Famílias e Segmentos Sociais

Carga horária: 72 horas

Ementa: A (re)construção de objetos de intervenção nas abordagens familiares, grupais, individuais e coletivas. Instrumentos para estudo e trabalho com famílias e segmentos sociais vulneráveis: entrevista, observação, visitas domiciliares, estudo e parecer social, encaminhamento, documentação. Processos interventivos com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Inter-relações sócio-institucionais.

Bibliografia Básica:

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**. Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE Editora, 2003.

ARAÚJO, Rosângela de; KRÜGER, Liara Lopes; BRUNO, Denise Duarte. O trabalho de perícia social. In: **Logos** – Revista de divulgação científica, ano 6, n. 1, Canoas: ULBRA, 1994, p.20-25.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Estudo Social. Fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (org.) **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. São Paulo: Cortez, 2005, p.9-51.

KISNERMAN, Natálio. **Temas de Serviço Social**. Tradução de Margarida L. Pizante. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976. p. 21-29

MIOTO, Regina. C. T. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 67**. Especial, Temas Sócio-Jurídicos. São Paulo: Cortez, 2001. p. 145-157

MOREIRA, Marinete Cordeiro; ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo de. O parecer social. Um instrumento de viabilização de direitos (relato de uma experiência). In: **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2005, p.53-67.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social?** Um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense. Vislumbrando melhores serviços. Florianópolis: Editora Insular, 2005, p.21-49, p.65-67, p.71-156.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano e formação alternativa na área da saúde.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003

Nome da disciplina: DSS 5333 – Planejamento em Serviço Social
--

Carga horária: 72 horas

Ementa: Introdução ao Planejamento. O Planejamento institucional e das ações profissionais. Modelos de planejamento. Programas e projetos institucionais: elaboração, implementação e instrumentos de avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais e projetos sociais.

Bibliografia Básica:

MATUS, Carlos. O planejamento como um problema entre os homens. In: **Política, planejamento e governo.** Brasília, IPEA, 1993, p.09-16.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil. (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

BARBOSA, Mário C. **Planejamento e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 3ª ed., 1990, p.01-34.

BAPTISTA, Veras Myrian. A racionalidade do planejamento. In: **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras Editora, 2000, p.13-24.

BAPTISTA, Veras Myrian. O planejamento como processo técnico-político. In: **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras Editora, 2000, p. 27-121.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.17-54.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Execução e avaliação de políticas e programas sociais.* In: **Capacitação CFESS/ABEPSS/ -Unb. Capacitação em Serviço Social e Política Social – Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, módulo 04.** Brasília: CEAD/NED – Universidade de Brasília, 2000, p. 67-78.

OLIVEIRA H. M. J. Avaliação de Programas Sociais In: OLIVEIRA H. M. J. e NOGUEIRA, V. M. R. **Formação Profissional: um projeto de atualização.** Florianópolis: Caderno de texto n. 4. CRESS 12º Região, 1998, p.49-70.

COORDENAÇÃO. **Recomendações para elaboração do Projeto de Intervenção.** Curso de Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 5, CEAD, 2000, p. 47-54.

Bibliografia Complementar:

BIERRENBACH, M. I. S. **Política e planejamento social. Brasil: 1956-1978.** São Paulo, Cortez, 1982.

CARVALHO, H. M. **Introdução à teoria do planejamento.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, M.C.B. Avaliação de projetos sociais. **Treinamento de gestores sociais.** Capacitação Solidária. Brasília, 1988.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CORNELY, S. **Planejamento participativo.** Rio de Janeiro: CBCISS, 1988.

FRITSCH, R. **Planejamento Estratégico: um instrumento de intervenção.** Porto Alegre: Dacasa, 1996.

KOWARICK, L. **Estratégias do planejamento social no Brasil.** São Paulo: CEBRAP, Cadernos Cebrap 2, 1975.

LUCK, Heloísa. **Metodologia de projetos: Uma ferramenta de planejamento e gestão.** 3ª edição, Ed: Vozes, 2003, Petrópolis, RJ.

MARINO Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais.** Pedagogia social - Instituto Ayrton Senna, 1998.

MELO RICO, E. (Org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortes, 1998.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas:** Atlas, 1993.

7ª Fase

Nome da disciplina: DSS 5631 – Estágio Curricular Obrigatório I

Carga horária: 306 horas

Ementa:

Nome da disciplina: DSS 5126 – Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I

Carga horária: 36 horas

Ementa: Compreensão do espaço sócio ocupacional – campo de estágio. Supervisão da inserção do estudante nos diferentes processos de trabalho. Orientação da dinâmica de discussão, reflexão, problematização e apropriação da experiência de estágio. Orientação da elaboração de documentos pertinentes à formação profissional.

Bibliografia Básica

BRASIL, CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional do assistente social**. 1993/1994.

BARBOSA, Mário da Costa. A práxis do Serviço Social nas instituições. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº34, dez, 1990.

BURIOLLA, Marta Alice F. **Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo, Cortez, 1994.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. A instrumentalidade na intervenção do Assistente Social. In **Caderno UFF - Niterói**. Faculdade de Serviço Social, nº 1. Rio de Janeiro, 1995.

CRUZ, Cláudio. Diário de Campo – Fundamental Instrumento de Avaliação para Supervisão em Estágio Profissional. In **Caderno Textos de Serviço Social**, Unama, Belém, v.4, nº5, p.50-64, out, 1998.

FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo e Pessoal. Centro de Estudos e Coordenação de Bolsas e Estágios. **Manual de orientação para o supervisor de estágios**. São Paulo, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva, O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº80, nov, 2004.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Repensando os instrumentais em Serviço Social In: **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém/PA: UFPA, 2005.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos Notas sobre o projeto ético –político do Serviço social In: **Coletânea de Leis** – Cress 6ª Região –MG, 2004.

8ª Fase

Nome da disciplina: DIR 5973 – Direito e Cidadania

Carga horária: 72 horas

Ementa: Estudos dos fundamentos históricos e desenvolvimento histórico da construção dos Direitos Humanos. Análise da Cidadania enquanto fenômeno jurídico. A Cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da Cidadania. Neo-liberalismo e Cidadania. Pluralismo, Tolerância e Cidadania.

Bibliografia Básica

ALEXY, R. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madrid: CEC, 1998.

AZAMBUJA, D. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Globo, 1975.

BELO, Manoel Alexandre Cavalcante. *Os Grupos de Pressão e sua influência no processo de desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

BERCIS, Pierre. *Guide des droits de l'homme: La conquête des libertés*. Pris: Hachette Education, Francia, 1993.

BONAVIDES, P. *Ciência Política*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA FILHO, M. *Comentários à Constituição Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1998.

GUSMÃO, P. D. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

MAX & EDIS. *Manual de Direito Público & Privado*. São Paulo: RT, 2001

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. *Significado de Democracia*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1982.

SILVA, J. A. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: RT, 2002.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, José Carlos Vieira. *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*. Coimbra: Almedina, 1987.

BARBI, Lety Maria. *A Transparência da Administração Pública Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BARBOSA RAMOS, Paulo Roberto. *O Controle Concentrado de Constitucionalidade das Leis na Ordem Jurídica Brasileira Pós-88: Para uma análise de sua filosofia e de suas dimensões jurídico-políticas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BARROSO, Pêrsio Henrique. *Constituinte e Constituição: Participação Popular e Eficácia Constitucional (1987-1997)*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

BERNI, Maurício Battista. *Interpretação no Direito Tributário: Análises a partir do pedágio*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. Rio de Janeiro: IBB, 1980, pp.191-192.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. *Do Direito Social aos Interesses Transindividuais*. Tese. (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

BONAMIGO, Rita Hofer. *Cidadania: Considerações e Possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil: outorgada em 25 de março de 1824*. Disponível em: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol8/h_280_03.html>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 22 de fevereiro de 1891*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: decretada em 10 de novembro de 1937*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 24 de janeiro de 1967 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 e as alterações feitas pelas Emendas de nºs 2 a 27*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio>>. Acesso em: 22 mar. 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federal de 1988*. Organizada por Juarez de Oliveira e Ana Cláudia Ferreira de Oliveira. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2001.

BRUNING, Raulino Jacó. *O Controle dos Atos Administrativos pelo Ministério Público*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. *O Diálogo Democrático: Alain Torraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CADEMARTORI, Sérgio. *Estado de Direito e Legitimidade: Uma Abordagem Garantista*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

CADERMATORI, Sergio. *As Dimensões Jurídico-Políticas do Segredo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1996.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *O Controle Penal nos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CAVALCANTI, Lúgia Maria da Silva. *A Concepção de Democracia em Claude Lefort*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *O Direito e os Direitos: Uma introdução à Análise do Direito Contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

COELHO, Edihermes Marques. *Apontamentos para uma Idéia de Sistema Constitucional (A partir do Pensamento Sistemático de Claus-Wilhelm Canaris)*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

CORREA, Darcísio. *Cosntiruição: Pacto de Não-Rupturat*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

COSTA, Nelmo de Souza. *Legalidade Tributária e Prática Fiscal*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de Liberdades Públicas*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

YOKOHAMA, Alessandro Otavio. *A Eficácia como Condição de Validade da Norma Jurídica em Kelsen*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

DALLA-ROSA, Luiz Virgílio. *O Direito com Garantia: Pressupostos de uma teoria constitucional*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DITTRICHT, Karin Regina. *A Questão dos Limites dos Direitos Fundamentais no âmbito do Direito Constitucional de Conflitos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

DOBROWOLSKI, Samantha Chantal. *Justificação Jurídica e Sociedade na Visão de Aulis Aarnio*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

DOBROWOLSKI, Sílvio. O Poder Judiciário e a Constituição. *Revista Sequência*, 35, 1997, pp. 31-41.

DOBROWOSKI, Sílvio. *O Pluralismo e o Controle dos Poderes do Estado*. Tese. (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

GANDINI, Jean Jacques. *Les droits de l'homme*. Paris: Libris, 1998,.

GONÇALVES, Herbert da Silva. *O Princípio da Proporcionalidade como Instrumento de Interpretação dos Direitos Fundamentais a partir da Constituição Federal de 1988*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

GUIMARÃES, Affonso Paulo. *O Direito Natural e o Estado de Direito*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1992.

KELLER, Arno Arnoldo. *O Descumprimento dos Direitos Sociais Constitucionais*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MEDEIROS, Osmar Fernando de. *O (In)devido Processo Penal frente a Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

MELLO, Orlando Ferreira de. *Direito Penal Especial: Exame Crítico do Ordenamento Jurídico e da Prestação Jurisdicional*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MESQUITA, Rogério Garcia. *Weber e Habermas: Diagnóstico da modernidade orientação para o agir*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Coimbra, 1993.

MOLL, Luiza Helena Malta. *Direito Administrativo: Relações Sociais e Espaços Políticos*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

MORAIS DA ROSA, Alexandre. *A Nulidade Parcial sem Redução do Texto como Instrumento Garantista*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades. *Da Noção de Consciência Coletiva em Questões de Política e Legitimidade no Direito*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1984.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades. *Fundamentos de Teoria Jurídica em Norberto Bobbio*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de. *A Atividade Jurisdicional sob o enfoque garantista..* Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PEREIRA DE ANDRADE, Vera Regina. *O Discurso da Cidadania: das Limitações do Jurídico às Potencialidades do Político*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

PEREIRA DE FAVERO, Elisa Regina. *Reforma Constitucional: A Questão do Equilíbrio entre a Estabilidade e a Necessidade de Evolução das Constituições Rígidas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

PIZZOLATI, Rômulo. *O Controle Judicial do Mérito da Atividade Administrativa*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SCHÄFER, João Gilberto. *Restrições a Direitos Fundamentais*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA GOUVEA, Henny Mary Hildebrand da. *A Interpretação do Direito*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2000.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. *A Constituição, a Assembléia Constituinte e o Congresso Nacional*. São Paulo: Saraiva, 1986.

TOURRAINE, Alain. *Como sair do liberalismo?* Lisboa: Terramar, 1999.

UNITED STATES OF AMERICA. Constitution (1787). The Constitution of the United States of America. Disponível em: <<http://www.house.gov/Constitution/Constitution.html>>. Acesso em: 17 mar. 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico: O Espaço de Práticas Sociais Participativas*. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992, Vols. 1 e 2.

Carga horária: 72 horas

Ementa: Análise e Avaliação coletiva dos processos de trabalho desenvolvidos pelos acadêmicos no estágio curricular obrigatório.

Bibliografia Básica

Código de Ética Profissional.

Lei 8.662 de 07.06/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social.

Diretrizes Curriculares da ABEPSS, 1996.

CFESS – Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão. Fev. 2002.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 79, Ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 43-71.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 57-71.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas. In: *Anais do IX ENPSS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.10. Processos sócio-assistenciais.

MERHY, Emerson E. Em busca do tempo perdido: a micro-política do trabalho vivo em saúde. In : MERHY, E.E. & ONOCKO, R.(org) *praxis en Salud: un desafio para lo publico*. Buenos Aires: Lugar Editorial, São Paulo: Hucitec. 1997.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In: *Temporalis*. Ano II, n. 4. ABEPSS, 2001.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria questão social em debate*. São Paulo, Cortez. 2004.

TEMPORALIS. *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2 ed. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia 2004. (Artigos Iamamoto, Yazbek, Netto, Potyara).

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização. In: BOGUS, Lucia; YASBECK, Carmelita; WANDERLEY, Mariângela (org.). *Desigualdade e a Questão Social*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 1997. p.49-159.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: *Capacitação em Serviço Social e políticas sociais – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CFESS – ABEPSS – CEAD – UnB, módulo 1, 1997. p. 111-128.

PEREIRA, Potyara P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: *Capacitação em Serviço Social e políticas sociais: módulo 01*. Brasília: UnB, 1999.

Bibliografia Complementar

ARCOVERDE, Ana Cristina B. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 02*. Brasília: CEAD, 1999. p. 74-85.

BARROCO, Maria Lucia Silva. A Inscrição da Ética e dos Direitos Humanos no Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade* 79, ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 27-42.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. In: *Serviço Social e Sociedade* 62. São Paulo: Cortez: 2000, mar/2000, p. 35-72.

FERREIRA, Maria Emilia. Construindo uma atitude investigativa. In: *Anais do IX ENPSS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.13. Exercício profissional e pesquisa.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 04*. Brasília: UnB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O cenário atual e suas incidências na questão social. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 112-123.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. In: *Serviço Social e Sociedade* 79, ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 5-26.

SALES, Mione A. Questão Social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*: módulo 02. Brasília: CEAD, 1999.

SCHWARTZ, Edna; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A exclusão social - a desigualdade do século XX. *Ser Social e Serviço Social*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, n. 6, jan/jun. 2000, p. 133-168.

STEIN, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *Ser Social e Serviço Social*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, n. 6, jan/jun. 2000, p. 48-58.

SOUZA, Rosany Barcellos de; AZEREDO, Verônica Gonçalves. O Assistente Social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In: *Serviço Social e Sociedade* 80, ano XXV, São Paulo: Cortez, nov/2004, p. 48-58.

PRAZERES, Elieinez Rodriguez, LOUREIRO, Ari de Souza, SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Serviço Social e a participação popular: concepções e estratégias na gestão dos serviços sociais. In: *Anais do IX ENPSS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.11. Gestão e avaliação de programas, projetos e serviços sociais.

Nome da disciplina: DSS 5330 – Trabalho de Conclusão de Curso

Carga horária: 72 horas

Ementa: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) atendendo as exigências de trabalho científico.

Bibliografia Básica

ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre: Globo, 1980. 223p.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1981. 116p.

FLICK, Uwe. Uma introdução a pesquisa qualitativa. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 2ed. São Paulo: Atlas, 1985.

NORMAS da ABNT. Disponíveis no site da Biblioteca Central da UFSC: <http://www.bu.ufsc.br>

TRIVINOS, Augusto N. Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Nome da disciplina: DSS 5632 – Estágio Curricular Obrigatório II

Carga horária: 144 horas

Ementa:

Nome da disciplina: DSS 5127 – Supervisão Pedagógica de estágio Curricular Obrigatório II

Carga horária: 36 horas

Ementa: Orientação do processo de discussão, reflexão, problematização e apropriação da experiência profissional. Supervisão da elaboração do relatório final de estágio.

Bibliografia Básica

BRASIL, CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional do assistente social**. 1993/1994.

BARBOSA, Mário da Costa. A práxis do Serviço Social nas instituições. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº34, dez, 1990.

BURIOLLA, Marta Alice F. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo, Cortez, 1994.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. A instrumentalidade na intervenção do Assistente Social. In **Caderno UFF** - Niterói. Faculdade de Serviço Social, nº 1. Rio de Janeiro, 1995.

CRUZ, Cláudio. Diário de Campo – Fundamental Instrumento de Avaliação para Supervisão em Estágio Profissional. In **Caderno Textos de Serviço Social**, Unama, Belém, v.4, nº5, p.50-64, out, 1998.

FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo e Pessoal. Centro de Estudos e Coordenação de Bolsas e Estágios. **Manual de orientação para o supervisor de estágios**. São Paulo, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva, O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº80, nov, 2004.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos, Notas sobre o projeto ético –político do Serviço social In: **Coletânea de Leis – Cress 6ª Região –MG**, 2004.

Nome da disciplina: DSS 5706 – Seminários Temáticos e atividades Complementares II

Carga horária: 36 horas

Ementa:

Nome da disciplina: DSS 5800 – Tópicos Especiais em Serviço Social

Carga horária: 72 horas

Ementa: Discussão de questões emergente no Serviço Social, de forma a complementar a formação do aluno concluinte, em especial aquelas que orientam o trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

ABREU, Mariana Maciel. **A dimensão pedagógica do serviço social:** bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. Serviço Social e Sociedade 79, ano XXIV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 43 - 71.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **A inscrição da Ética e Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social.** Serviço Social e Sociedade 79, ano XXIV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 27 – 42.

FERREIRA, Maria Emilia. Construindo uma atitude investigativa. In.: **Anais do IX ENPESS**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.13. Exercício profissional e pesquisa.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas. In.: **Anais do IX ENPESS**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.10. processos sócio-assistenciais.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira:** o serviço social posto à prova. Serviço Social e Sociedade 79, ano XXIV, São Paulo: Cortez, 2004, p. 5-26.

PEREIRA, Maria Alice. **A democracia representativa:** avanços e desafios – Um estudo na Comissão de Políticas Sociais do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 2004 (Cap. I, p.35 –42 e Cap. III, p. 89 – 103).

PRAZERES, Elieinez Rodriguez; LOUREIRO, Ari de Souza; SARMENTO, Hélder Boska Moraes. O Serviço Social e a participação popular: concepções e estratégias na gestão dos serviços sociais. In.: **Anais do IX ENPESS**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo temático 2.11. Gestão e avaliação de programas, projetos e serviços sociais.

RAICHELIS, R. **Assistência Social e esfera Pública:** os conselhos no exercício do controle social. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, nº56, março de 1998, pp. 77-96.

SOUZA, Rosany Barcellos de e AZEREDO. Verônica Gonçalves. O Assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. In.: **Serviço Social e Sociedade 80**, ano XXV, São Paulo: Cortez, nov/2004, p. 48-58.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. IN.: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: UNICAMP/Paz e Terra, 2002, pp. 47 – 56 [CAP. III].

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Estatuto Do Conjunto CFESS/CRESS**. Resolução CFESS nº469/2005. 13 de maio de 2005.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 12 REGIÃO. **Regimento Interno do CRESS 12ª Região Santa Catarina**. Julho de 2005.

10º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Comunicação Oral: A Organização Política dos (as) assistentes Sociais e a Construção do Projeto Ético-Político**. RAMOS, S.R. [UERN/UFPE]. Programação Caderno de Resumos. Realização CFESS; CRESS 7ª R; ABEPSS; ENESSO, 2001.

_____. **Comunicação Oral: Projeto: Ética em Movimento** – O realizado na 1ª Etapa de Multiplicação pelo CRESS 12ª. GELBER, L.M.L. Programação Caderno de Resumos. Realização CFESS; CRESS 7ª R; ABEPSS; ENESSO, 2001.

_____. **Comunicação Oral: Mobilização Política dos assistentes Sociais: um desafio para os CRESS**. MASCENA, F.R. & NÓBREGA, M. B. da. Programação Caderno de Resumos. Realização CFESS; CRESS 7ª R; ABEPSS; ENESSO, 2001.

ANEXO 3 : Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

REGULAMENTO DE ESTÁGIO - CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - Dispõe sobre a concepção, estrutura administrativa, estrutura acadêmico-pedagógica, coordenação e regularização dos campos, da concessão de bolsas, relativas aos estágios do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Art. 2º - O estágio curricular em Serviço Social, para efeito acadêmico-pedagógico, consiste nas atividades de aprendizagem profissional que se desenvolvem a partir da inserção do aluno em espaços socioinstitucionais nos quais se exerce o Serviço Social.

CAPÍTULO II

DOS ESTÁGIOS

Art. 3º - Os estágios classificam-se em:

- I. Obrigatórios;
- II. Não-obrigatórios.

§ 1º - O estágio obrigatório constitui-se em disciplina do currículo pleno do Curso de Serviço Social dentre as indicadas nos incisos I, II e III do art. 15 da Resolução nº. 17/CUn/97.

§ 2º - O estágio não-obrigatório constitui-se em atividade complementar, na forma de disciplina optativa, à formação acadêmico-profissional do aluno.

Art. 4º - O estágio tem como finalidade contribuir para:

a capacitação crítico-analítica necessária ao processo de formação no que diz respeito especialmente ao deciframento das particularidades socioinstitucionais e à elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional;

- I. o desenvolvimento de postura investigativa como inerente à sistematização teórico-prática do exercício profissional, em relação à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional;
- II. a construção da síntese entre as dimensões operativas, investigativas e ético-políticas da ação profissional, reveladora da unidade entre teoria e prática no Serviço Social;
- III. a potencialização da articulação entre ensino – pesquisa – extensão, no processo de formação profissional.
- IV. a articulação entre a UFSC, a comunidade, os movimentos sociais, as organizações públicas, privadas e/ou não-governamentais;
- V. a produção de subsídios para avaliação do projeto político-pedagógico do Curso de Serviço Social.

Art. 5º - A regularização do estágio junto ao Curso de Serviço Social far-se-á através dos seguintes documentos:

- I. Termo de Convênio entre a instituição campo de estágio e a UFSC;
- II. Termo de Compromisso de Estágio (TCE), devidamente assinado pelo representante legal da instituição campo de estágio; pelo coordenador de estágio do Curso de Serviço Social da UFSC e pelo aluno-estagiário;
- III. Programa de Atividades de Estágio (PAE), devidamente assinado pelo assistente social supervisor de campo, pelo coordenador de estágio do curso e pelo aluno-estagiário.

Art. 6º - As atividades previstas no art. 1º, para que sejam consideradas estágio, deverão atender os seguintes requisitos:

- I. Vinculação a organizações credenciadas pela UFSC, como unidade de estágio;
- II. Vinculação a um Programa de Atividades na área de Serviço Social;
- III. Apresentação dos documentos pertinentes à formalização do estágio: Termo de Convênio, Termo de Compromisso de Estágio, Programa de Atividades de Estágio (PAE) e seguro contra acidentes;
- IV. Orientação local por assistente social, supervisor de campo, vinculado à unidade de estágio;
- V. Supervisão pedagógica garantida pelo curso.

Art. 7º - O estágio poderá ser realizado nas modalidades do Programa de Mobilidade Estudantil ou de Intercâmbio, conforme normas e procedimentos previstos pela UFSC (Resolução nº 009/CUn/1998).

CAPÍTULO III DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 8º - Constituem campos de estágio as organizações de direito público ou privado credenciadas pela UFSC, incluindo-se a própria UFSC.

Art. 9º - As instituições mencionadas no artigo anterior, setores ou unidades da UFSC, para se constituírem como campos de estágios em Serviço Social, deverão atender as seguintes exigências:

- I. Dispor de assistente social regularmente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social, que se responsabilizará pelo acompanhamento e supervisão direta do estagiário no local onde o estágio será realizado;
- II. Desenvolver planos, programas e/ou projetos de intervenção relacionados às áreas de atuação do Serviço Social;
- III. Apresentar proposta para atividades de estágio;
- IV. Oferecer e garantir condições indispensáveis à aprendizagem do aluno-estagiário relacionadas ao espaço físico, tempo e disponibilidade do profissional de Serviço Social para a supervisão,
- V. Possibilitar ao profissional, que assumirá a supervisão de campo, as condições para o exercício das responsabilidades inerentes à supervisão, bem como o entrosamento com o Curso de Serviço Social da UFSC,
- VI. Estar conveniada à UFSC como unidade de estágio.

§ único: O credenciamento dos campos de estágio deverá ser objeto de apreciação pela Coordenadoria de Estágios do Curso de Serviço Social que procederá a avaliação de acordo com critérios estabelecidos por este regulamento, em consonância com o projeto político-pedagógico do Curso de Serviço Social.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 10 - A coordenação dos estágios no âmbito do Curso de Serviço Social da UFSC efetivar-se-á através dos seguintes órgãos:

- I. Coordenadoria de Curso;
- II. Coordenadoria de Estágios;
- III. Colegiado de Estágios.

Art. 11 - A Coordenadoria de Estágios do Curso de Serviço Social é o setor de coordenação, articulação pedagógica, administração e avaliação do estágio curricular.

Art. 12 - A estrutura da Coordenadoria de Estágios é composta pelo coordenador de estágio e pelos professores supervisores de estágio.

Art. 13 - Compete à Coordenadoria de Estágio:

- I. Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relativas ao estágio no âmbito do Curso de Serviço Social da UFSC;
- II. Analisar as propostas de estágio formuladas pelos diferentes espaços ocupacionais e realizar os trâmites necessários para o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos campos de estágio;
- III. Promover encontros sistemáticos de análise e avaliação com os professores supervisores pedagógicos de estágio;
- IV. Propor avaliações periódicas com professores do Departamento de Serviço Social (DSS) para refletir sobre as questões teórico-práticas do Serviço Social, bem como sobre o desenvolvimento das disciplinas afetas ao estágio curricular;
- V. Providenciar o encaminhamento dos acadêmicos aos respectivos campos de estágio, munidos da documentação do Departamento de Estágios da UFSC e da Coordenadoria de Estágios do Curso de Serviço Social;

Art. 14 - Responderá pela coordenação de estágio um(a) professor(a) lotado(a) junto ao Departamento de Serviço Social da UFSC, eleito(a) em reunião do Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 15 - O coordenador de estágio exercerá sua função por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais dois anos, sendo que, para tal, ser-lhe-á atribuída a carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 16 - Compete ao coordenador de estágios:

- I. Organizar e operacionalizar os procedimentos administrativos e implementar as deliberações acadêmico-pedagógicas do estágio, em cada semestre letivo, com o Colegiado de Estágios;
- II. Articular ações de ensino e extensão voltada à formação continuada do supervisor de campo;
- III. Realizar sistematicamente reuniões administrativas e/ou pedagógicas com professores supervisores;
- IV. Participar de reuniões e representar os interesses da Coordenadoria de Estágio nos Órgãos Colegiado do Curso e do Departamento de Serviço Social da UFSC, bem como os dos Estágios;
- V. Tomar as providências referentes à concessão das Bolsas de Estágio oferecidas pela UFSC;
- VI. Encaminhar ao Departamento de Serviço Social as notas relativas ao Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório;
- VII. Apresentar anualmente relatório de gestão da Coordenadoria de Estágios;
- VIII. Coordenar as reuniões do Fórum de Supervisão de Estágio do DSS;
- IX. Conduzir o processo de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos campos de estágio.

Art. 17 - Compete ao professor supervisor:

- I. Acompanhar e orientar as atividades de estágios, articulando o eixo ensino, pesquisa e extensão;
- II. Desencadear o processo de reflexão teórico-prática do Serviço Social desenvolvido no estágio;
- III. Analisar e avaliar a documentação técnica elaborada pelo estagiário;

- IV. Orientar a elaboração dos relatórios e demais instrumentos de monitoramento e de avaliação;
- V. Avaliar o processo de ensino e aprendizagem do estagiário conforme artigos 31 e 32 deste Regulamento;
- VI. Apresentar avaliação do desempenho do estagiário à Coordenadoria de Estágios.

Art. 18 – Compete ao servidor técnico administrativo:

- I. Viabilizar as condições técnico-administrativas para consecução dos objetivos acadêmicos pedagógicos do estágio curricular;
- II. Contribuir e apoiar o coordenador de estágio na efetivação de suas competências previstas no art. 13 deste Regulamento e encaminhar as providências referentes à organização e realização do Fórum de Supervisão de Estágio.

Art. 19 – O Colegiado de Estágios, órgão consultivo e assessor será integrado:

- I. Pelo coordenador de estágio do DSS, como seu presidente;
- II. Por um supervisor pedagógico de estágio obrigatório;
- III. Por um supervisor pedagógico de estágio não-obrigatório;
- IV. Por um representante discente em estágio;
- V. Por um supervisor de campo.

§ 1º: Os representantes discentes e supervisores de campo e respectivos suplentes serão eleitos no início de cada semestre letivo pelo Fórum de Supervisão de Estágio.

§ 2º: A vigência do mandato dos estudantes e supervisores de campo do colegiado será de no máximo 01 (um) ano.

Art. 20 - Compete ao Colegiado de Estágios do DSS:

- I. Assessorar, discutir e planejar as atividades de estágio no Curso de Serviço Social.
- II. Responsabilizar-se, juntamente com o coordenador de estágio, pelo planejamento e coordenação do Fórum de Supervisão de Estágio do DSS.
- III. Analisar e dar pareceres em situações omissas neste Regulamento.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ACADÊMICO-PEDAGÓGICA

Art. 21 - O estágio curricular obrigatório estrutura-se no Curso de Serviço Social da UFSC da seguinte forma:

- I. A disciplina Estágio Curricular Obrigatório I – DSS 5631 (306 horas) deverá ser cursada concomitantemente à disciplina Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I – DSS 5126 (36 horas/aula), cumpridos os pré-requisitos estabelecidos na grade curricular;
- II. A disciplina Estágio Curricular Obrigatório II – DSS 5632 (144 horas) deverá ser cursada concomitantemente à disciplina Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório II – DSS 5127 (36 horas/aula), cumpridos os pré-requisitos estabelecidos na grade curricular

§ Único: As matrículas nas disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório e Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório deverão ser realizadas na mesma turma.

Art. 22 - O estágio curricular não-obrigatório obedecerá aos seguintes requisitos:

- I. Realizar-se-á a partir da 5ª. fase, cumpridos os pré-requisitos estabelecidos na grade curricular.
- II. Estará condicionado à matrícula nas disciplinas de Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular (não-obrigatório) I - DSS 5651 e Estágio Curricular (não-obrigatório) I – DSS 5661, quando se tratar da primeira experiência de estágio não-obrigatório;
- III. Estará condicionado à matrícula nas disciplinas de Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular (não-obrigatório) II – DSS 5652 e Estágio Curricular (não-obrigatório) II – DSS 5662, quando se tratar da continuidade do estágio não-obrigatório I ou de uma segunda experiência de estágio nesta modalidade.

Art. 23 – A aprovação da realização dos estágios obrigatório e não-obrigatório e a conseqüente efetivação da matrícula nas disciplinas mencionadas nos artigos 21 e 22 deste Regulamento estarão condicionadas aos seguintes requisitos:

- I. O estágio não poderá exceder a 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais;
- II. A carga horária/dia do estágio deverá ser compatibilizada com o número de créditos em disciplinas (matriculados no semestre do estágio) exigidos pelo curso, não excedendo a carga horária de 8 (oito) horas/dia.

Art. 24 – A supervisão pedagógica de estágio não-obrigatório dos alunos participantes dos Programas de Mobilidade Estudantil e de Intercâmbio ficará sob a responsabilidade da instituição universitária receptora.

CAPÍTULO VI

DA SUPERVISÃO DE CAMPO

Art. 25 - Compete ao supervisor de campo:

- I. Supervisionar sistematicamente o aluno estagiário sob sua responsabilidade, realizando no mínimo uma reunião de supervisão por semana;
- II. Orientar a elaboração do plano de estágio a ser desenvolvido pelo estagiário, no que tange à especificidade do campo da prática;
- III. Acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no âmbito do campo de estágio;
- IV. Instrumentalizar o estagiário para o deciframento da realidade institucional e social, bem como para a formulação, execução e avaliação de propostas de intervenção;
- V. Avaliar o desempenho do estagiário e encaminhar ao supervisor pedagógico o relatório com a respectiva carga horária, ao final do semestre letivo ou quando solicitado pela Coordenadoria de Estágio do curso;
- VI. Participar do Fórum de Supervisão de Estágio e demais atividades relativas ao estágio supervisionado, programadas pelo Departamento de Serviço Social.

CAPÍTULO VII

DO ESTAGIÁRIO

Art. 26 - Compete ao estagiário:

- I. Providenciar a documentação necessária conforme o art. 5º. ;
- II. Solicitar à Coordenadoria de Estágio o seu encaminhamento ao campo de estágio, mediante comprovante de matrícula;
- III. Comprometer-se com seu processo de formação profissional, realizando suas atividades com assiduidade e responsabilidade;
- IV. Cumprir as exigências acadêmico-pedagógicas previstas no curso, referentes ao estágio;
- V. Comunicar a Coordenadoria de Estágio irregularidades ou impedimentos que venham prejudicar o processo de aprendizagem da sua formação profissional;
- VI. Comunicar a Coordenadoria de Estágio mudanças e alterações quanto a supervisores e campos de estágio;
- VII. Dar ciência ao supervisor de campo da produção escrita acerca do campo de estágio;
- VIII. Participar do Fórum de Supervisão de Estágio.

CAPÍTULO VIII

DO FÓRUM DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 27 – O Fórum de Supervisão de Estágio (FSE) constitui-se em encontros periódicos de reflexão sobre o estágio supervisionado relativos ao processo de formação profissional.

Art. 28 – O FSE é composto pelos alunos-estagiários e respectivos supervisores de campo, supervisores pedagógicos, coordenador de estágio, monitores das disciplinas de Supervisão Pedagógica de Estágio, demais docentes do Curso de Serviço Social da UFSC, representante(s) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS - 12ª. Região) e representante(s) do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS).

Art. 29 - O FSE se reunirá ordinariamente duas vezes por semestre.

Art.30 - As reuniões do FSE serão planejadas, convocadas e coordenadas pelo Colegiado de Estágios do DSS, com o apoio administrativo da Coordenadoria de Estágios.

CAPÍTULO IX

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 31 - São critérios de avaliação do estagiário:

- I. A produção escrita referente ao estágio (plano de estágio, diário de campo e relatórios);
- II. O desempenho das atividades previstas (compromisso com a sistematização técnica e com o registro das informações, assiduidade, rigor teórico-metodológico);
- III. O desenvolvimento da postura profissional (observação e conduta conforme Código de Ética Profissional do Assistente Social e demais referências político-legais da profissão);
- IV. A concretização de atitude crítico-analítica (produção de sistematização teórico-metodológica e elaboração do relatório final).

Art. 32 - Será aprovado o estagiário que obtiver a média igual ou superior a 6 (seis) na avaliação final e tiver cumprido a carga horária prevista no Currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPÍTULO X

DAS BOLSAS DE ESTÁGIO CONCEDIDAS PELA UFSC:

Art. 33 – As Bolsas Estágio serão destinadas a:

- I. Estudantes com IAA igual ou superior a 6,0 (seis);
- II. Estudantes matriculados nas disciplinas de Supervisão Pedagógica de Estágio Obrigatório I (DSS 5126) e Estágio Curricular Obrigatório I (DSS 5631) e/ou Supervisão Pedagógica de Estágio Obrigatório II (DSS 5127) e Estágio Curricular Obrigatório II (DSS 5632).

Art. 34 – Para a alocação das Bolsas Estágio, o Colegiado de Curso constituirá semestralmente a Comissão de Seleção de Bolsas, composta por um professor supervisor pedagógico e por um representante do corpo discente, que, juntamente ao coordenador de estágio, coordenará e deliberará sobre o processo de seleção de bolsas.

Art. 35 - O processo seletivo será unificado e normatizado por edital específico para este fim, com ampla divulgação junto aos estudantes de Serviço Social.

§ 1º. A alocação das bolsas será condicionada à análise das propostas de estágio, que deverão ser apresentadas previamente à Coordenadoria de Estágios do Curso de Serviço Social.

§ 2º. Os campos de estágio se responsabilizarão pela seleção dos candidatos à Bolsa

§ 3º. As datas e horários da seleção não poderão ser coincidentes, de forma a favorecer que o estudante possa se inscrever em mais de um campo de estágio simultaneamente.

§ 4º. Os campos de estágio contemplados com Bolsas, ao final do processo seletivo, encaminharão, à Comissão de Seleção de Bolsas, relatório circunstanciado do processo seletivo, com a relação dos candidatos aprovados por ordem de classificação.

§ 5º. A Comissão de Seleção de Bolsas homologará os resultados da seleção e publicará o resultado final.

Art. 36 – O estudante contemplado com Bolsa Estágio oferecida pela UFSC perceberá uma bolsa mensal, no valor fixado pelo órgão competente, não podendo acumulá-la com bolsa concedida por outro órgão público.

§ Único: A Bolsa Estágio da Universidade Federal de Santa Catarina terá duração máxima de 12 (doze) meses.

Art. 37 - O cancelamento da Bolsa Estágio será feito pelo coordenador de estágio mediante justificativa e avaliação do supervisor de campo e/ou supervisor pedagógico e do próprio estudante bolsista.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 38 – Os casos omissos no presente Regulamento serão analisados pelo Colegiado de Estágio e levados à apreciação do Colegiado de Curso de Serviço Social.

Art. 39 – Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação nos Colegiados de Departamento e de Curso de Serviço Social, e será aplicado aos alunos matriculados nas disciplinas Estágio Curricular e Supervisão Curricular a partir do semestre 2008.1.

Florianópolis, 06 de novembro de 2007.

ANEXO 4: DIRETRIZES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETRIZES DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme as Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social, Documento ABEPSS, 1996, o Trabalho de Conclusão de Curso “é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso”.

Segundo o documento referido, este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico, técnico-operativo, e ético-político. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas.

São com estas referências que apresentamos as Diretrizes de TCC do DSS.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DO CONCEITO

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência parcial do Curso de Serviço Social da UFSC para obtenção do bacharelado em Serviço Social.

Parágrafo Único – O TCC é uma monografia resultado de investigação, fruto de reflexão crítica sobre temática específica.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. São objetivos do TCC possibilitar ao aluno:

Aprofundar teoricamente questões presentes no trabalho profissional a partir da conjuntura relacionando-as ao projeto político, econômico e social vigente;

Contribuir para o desenvolvimento e a ampliação da produção científica na área do Serviço Social

Sistematizar e produzir conhecimentos no âmbito da profissão, especialmente das linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

DA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 3º. O TCC, atividade que integra o currículo obrigatório do Curso de Serviço Social da UFSC, deverá versar sobre tema relevante para o campo profissional. É atividade acadêmica fundamental para a integralização do curso. Para atingir os objetivos propostos, é destinado um semestre para execução do TCC.

Art. 4º. O TCC será realizado individualmente.

Art. 5º. O TCC deverá ter o mínimo de 50 páginas e ser apresentado dentro das normas metodológicas das comunicações científicas conforme o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT), de acordo com os princípios do Código de Ética do Assistente Social e da Lei dos Direitos Autorais.

Art. 6º. Os Trabalhos de Conclusão de Curso que envolvem pesquisa com seres humanos deverão atender a legislação vigente.

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO

Art. 7º. A avaliação do TCC será realizada por uma Banca Examinadora composta pelo Professor Orientador na condição de Presidente e 02 (dois) membros examinadores. Estes serão: 01 professor do DSS e 01 profissional com nível universitário, com no mínimo dois anos de formação, exceto supervisor de campo, na banca de seu supervisionado, que domine o tema tratado. Estes deverão ser indicados pelo professor orientador sendo que a proposta de constituição da Banca deverá ser aprovada pela Comissão de Análise de Bancas.

Art.8º. Não deverá ser membro da Banca, examinadores que possuam parentesco, até o nível de 2º. Grau, com o aluno graduando.

Art. 9º. A avaliação do TCC será efetuada com base no trabalho escrito, na exposição e defesa oral. Para avaliação do trabalho escrito cada membro da Banca Examinadora deverá receber uma cópia, com 10 dias de antecedência à realização da defesa do TCC. A cópia irá acompanhada do ofício que conterá as orientações para a avaliação.

Art. 10º. A exposição oral do trabalho deverá ser feita pelo aluno perante a Banca Examinadora por um tempo aproximado de 30 minutos.

Art. 11º. Após a apresentação os membros da Banca Examinadora terão no máximo 15 minutos para os comentários a respeito do trabalho e arguição do acadêmico, tendo este tempo igual para realizar suas respostas e comentários.

Art. 12º. Após a exposição, arguição a Banca Examinadora, atribuirá a nota final ao aluno.

Art. 13º. A nota do TCC será atribuída ao trabalho apresentado para a Banca. A nota mínima para aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso é 6,0 (seis).

Parágrafo 1º: o aluno que não defender o trabalho no semestre no qual está matriculado será reprovado resguardadas as excepcionalidades.

Art.14º. As sessões das Bancas Examinadoras terão caráter público e duração de até duas horas.

Art.15º. Após a sessão de defesa será lavrada ata, que será lida e assinada pelos membros da Banca e pelo acadêmico examinado.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16º. O TCC terá uma instância específica de administração, sendo que a sua coordenação ficará a cargo de um professor do DSS.

Art. 17º. A orientação do TCC será realizada por um professor do DSS que terá carga horária conforme estabelecido no Plano Departamental, sendo que o processo de orientação deverá ser registrado em formulário próprio.

Parágrafo 1º. O Professor Orientador será definido juntamente com o Professor Coordenador de TCC.

Parágrafo 2º. O número máximo de TCC por orientador será de 03 (três) trabalhos por semestre, sendo que qualquer excepcionalidade deverá ser submetida ao Colegiado do Departamento de Serviço Social.

Art. 18º. Será composta uma equipe-tarefa com a participação da Secretaria do DSS, para a realização dos serviços administrativos referentes ao TCC, no início de cada semestre, e ao final do mesmo.

6. DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19º. Compete ao coordenador do TCC:

- a) Coordenar o processo de definição dos professores orientadores dos TCC's a cada semestre, com aprovação do Colegiado do DSS
- b) Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e/ou acadêmicos matriculados na disciplina de TCC
- c) Criar e coordenar a Comissão de Análise e aprovação das bancas de defesa do TCC, semestralmente
- d) Coordenar a sistemática organizativa da realização das defesas dos TCC, incluindo a equipe-tarefa da Secretaria do DSS com esta finalidade.
- e) Proceder a avaliações e solicitar ao DSS providências no sentido de garantir o disposto neste regulamento
- f) Expedir, receber e encaminhar toda a documentação referente à realização do TCC no âmbito do DSS
- g) Zelar pela observância do cumprimento destas Diretrizes e de seus critérios.
- h) Intermediar e autorizar a troca de orientador, ouvidas as partes envolvidas.

Art. 20º. Compete ao Professor Orientador:

- a) Agendar e registrar as reuniões sistemáticas de orientação totalizando 18 horas semestrais.
- b) Aprovar o projeto de TCC do aluno orientando
- c) Acompanhar o Trabalho em todas as suas etapas
- d) Indicar os membros convidados da Banca de TCC a ser aprovada pela Comissão Responsável.
- e) Participar da Banca de TCC na condição de Presidente.
- f) Comunicar ao Coordenador do TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do trabalho

Art. 21º. Compete ao orientando:

- a) Frequentar e participar das reuniões convocadas pelo coordenador de TCC e das reuniões sistemáticas de orientação, devendo estas totalizar 18 horas no semestre. A falta não justificada do aluno à orientação não lhe garante o direito à reposição
- b) Elaborar o Projeto de TCC.
- c) Elaborar o TCC a partir do projeto aprovado pelo professor orientador.
- d) Entregar ao Professor Coordenador do TCC 03 (três) exemplares no prazo estabelecido pelo Colegiado do DSS, e de acordo com as normas da ABNT vigentes, para a realização das Bancas de Defesa de TCC.
- e) Comparecer perante a Banca Examinadora para a apresentação do trabalho oral.
- f) Após a aprovação do TCC pela Banca Examinadora, entregar ao Professor coordenador e/ou equipe- tarefa, 02 exemplares encadernados e um disquete/CD com o conteúdo do TCC.
- g) Comunicar ao Coordenador do TCC toda e qualquer situação que possa comprometer, de alguma forma, o processo de elaboração, bem como, a conclusão do trabalho

Art. 22º. Compete à equipe-tarefa:

- a) Organizar e oficializar a distribuição dos alunos orientandos e outros procedimentos necessários quando do início do semestre letivo e final do semestre letivo.
- b) Confirmar os participantes das Bancas Examinadoras
- c) Elaborar cronograma de defesa das Bancas Examinadoras
- d) Providenciar infra-estrutura para a realização das Defesas dos TCC (espaço físico e marcação de horários)

- e) Preparar a documentação(ofício e critérios de avaliação do TCC) para envio aos Examinadores convidados, bem como certificado de participação
- f) Receber e enviar 03 cópias do TCC para Banca Examinadora.
- g) Receber e enviar 02 cópias finais do TCC, encadernadas, modelo oficial, para o Arquivo do Departamento de Serviço Social e para os Campos de Estágio, quando pertinente, e à Biblioteca Setorial
- h) Compete à Comissão de Análise e Aprovação das Bancas, o recebimento das propostas de composição de bancas, e encaminhamento à equipe tarefa para divulgação e operacionalização.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23º. Todos os dispositivos expostos nesta resolução passam a vigorar a partir de sua aprovação pelo Colegiado do DSS.

Art. 24º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do DSS, consideradas em sua integridade.
Florianópolis, 02 de agosto de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PLANILHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL-DEFESA DE TCC

Nome do aluno(a):.....

Título do Trabalho:

Professor(a) orientador(a):

1º. Examinador:.....

2º.Examinador :

ITENS PARA AVALIAÇÃO ESCRITA	NOTA (0,0 a 1,0 PARA CADA ITEM)
Redação, clareza , objetividade e coerência interna do Trabalho	
Articulação teórico-metodológica e trato adequado dos dados	
Adequação e atualidade da bibliografia	
Observância dos princípios éticos que orientam a profissão	
Linguagem técnico científica clara e adequada sequência lógica	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	

Observações.....
.....
.....

Data

Avaliador:

ITENS PARA AVALIAÇÃO ORAL	NOTA (0 a 1,0 PARA CADA ITEM)
Ccontextualização do tema e a definição clara do problema na exposição	
Forma de apresentação do trabalho(competência discursiva e habilidade de comunicação	
Domínio do conteúdo da monografia e a segurança na exposição	
Segurança e domínio dos conteúdos(capacidade argumentativa)	
Coerência entre o que foi apresentado e o que está efetivamente escrito na monografia (análise e síntese do trabalho)	
NOTA PARCIAL = soma das notas dos itens acima	

Observações.....
.....
.....

Data

Avaliador

NOTA FINAL: Soma das duas notas parciais = _____

Destaca-se como fundamental uma avaliação criteriosa e rigorosa do trabalho acadêmico e a arguição, conforme exigências de um trabalho monográfico.

Departamento de Serviço Social

ANEXO 5:

REGIMENTO INTERNO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Regimento Interno de Pesquisa do DSS

DISPÕE SOBRE A PROPOSIÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Departamento de Serviço Social, em conformidade com a Resolução nº 009/CUn/2006, de 13 de junho de 2006 estabelece o seguinte Regimento de Pesquisa.

Capítulo I. Da organização da pesquisa no DSS

Art. 1º A proposição, registro, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa do DSS seguirá o estabelecido na Res. 009/CUn/2006 que dispõe sobre a proposição, o acompanhamento e a avaliação das atividades de pesquisa da UFSC.

Art. 2º As atividades de pesquisa do DSS são desenvolvidas por professores, pesquisadores, técnicos administrativos e alunos de graduação e pós-graduação preferencialmente vinculados a grupos de pesquisa departamentais, interdepartamentais ou interinstitucionais

Art. 3º Os grupos de pesquisa do DSS serão organizados de acordo com as normas definidas pelo CNPq e deverão necessariamente estar registrados no Diretório de Grupos do CNPq.

§ 1º Os grupos de pesquisa deverão ter um funcionamento regular, baseado em plano de atividades aprovado no início de cada ano letivo, envolvendo o conjunto de seus integrantes. Suas atividades deverão ser regularmente atualizadas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

§ 2º Os grupos de pesquisa realizarão suas atividades através de projetos individuais ou coletivos vinculados às linhas de pesquisa definidas pelos grupos.

Art. 4º Os projetos de pesquisa responderão aos seguintes procedimentos gerais.

1. Os projetos de pesquisa serão apresentados primeiramente no grupo de pesquisa ao qual o pesquisador estiver vinculado que deverá aprovar o projeto em primeira instância. Em caso do pesquisador não pertencer a nenhum grupo de pesquisa deverá encaminhar seu projeto diretamente à Coordenadoria de Pesquisa.

2. Os projetos de pesquisa aprovados pelos grupos serão encaminhados à Coordenação de Pesquisa que deverá emitir parecer – baseado na prévia aprovação do grupo de pesquisa – que será submetido ao Colegiado do DSS. No parecer do Coordenador de Pesquisa deve constar o número de horas de dedicação semanal máximo possível para os pesquisadores envolvidos nos projetos.

3. Nos casos dos projetos de pesquisadores não vinculados a nenhum grupo de pesquisa a Coordenadoria de Pesquisa poderá recorrer a uma Comissão formada por três professores-pesquisadores, sendo pelo menos um do DSS ou externos, para que esta emita parecer sobre o projeto que será submetido diretamente ao Colegiado do DSS.

4. A chefia do DSS terá prazo máximo de 45 dias para a aprovação eletrônica do projeto a partir da data de sua aprovação pelo colegiado do DSS

5. A duração dos Projetos poderá ser de 1 a 3 anos.

Capítulo II. Do acompanhamento e avaliação dos resultados da pesquisa no DSS.

Art. 5º Os relatórios finais devem ser encaminhados à Coordenadoria de Pesquisa até 30 dias após o término previsto do projeto de pesquisa. Os relatórios finais consistem em um relatório técnico-científico completo, centrados nos *resultados da pesquisa*, notadamente na produção científica e técnica decorrente da mesma.

Os relatórios parciais devem ser encaminhados à Coordenação de Pesquisa até 30 dias antes da elaboração do PAD correspondente ao 1º semestre do ano subsequente, mesmo para os projetos iniciados no segundo semestre do mesmo ano.

§ 1º Os relatórios finais deverão Obrigatoriamente ser apresentados para a discussão no grupo de pesquisa ao qual o projeto estiver vinculado.

§ 2º Os relatórios, em forma impressa e digital, deverão ser dirigidos à Coordenadoria de Pesquisa e entregues na Secretaria do DSS que emitirá um protocolo de recebimento. O coordenador de pesquisa deverá emitir parecer que será submetido ao Colegiado do DSS.

§ 3º Conforme parágrafo único do Art. 25 da REs. 009/CUn/2006, o coordenador do projeto deverá efetuar também relatório por meio eletrônico junto à Pró Reitoria de Pesquisa. Segundo estabelece o Art. 24, § 2º da mesma resolução, a aprovação do relatório final no “Formulário de Pesquisa” é da competência do Chefe de Departamento de Ensino de lotação do coordenador do projeto, ouvido o Colegiado de Departamento. .

§ 4º Os pesquisadores que extrapolarem os prazos de entrega dos relatórios finais sem justificativa prévia, perderão suas horas de pesquisa e não terão novos projetos aprovados até a solução da pendência.

Art. 6º. O pesquisador que por motivos justificados não consiga culminar seu projeto no prazo previsto estabelecidos deverá apresentar pedido de prorrogação 30 dias antes do vencimento do prazo, em comunicação dirigida à Coordenação de Pesquisa, solicitando novo prazo.

Parágrafo Único. O Coordenador de Pesquisa avaliará a solicitação e encaminhará parecer ao Chefe do DSS para ser avaliado no Colegiado do DSS.

Art. 7º . Os pesquisadores do DSS, com horas de pesquisa alocadas no seu Plano Individual de Trabalho, terão os seguintes compromissos mínimos de resultados comprovados e registrados no seu Curriculum Lattes:

1. Apresentação de um Seminário de Pesquisa, durante a execução do projeto, no âmbito do seu grupo de pesquisa, aberto para a comunidade do DSS.
2. Apresentação da pesquisa em pelo menos um espaço acadêmico fora do âmbito do DSS (Congressos, Seminários de Pesquisa, etc.), na UFSC ou em outras instituições.

3. Publicação dos resultados da pesquisa em veículos de qualidade acadêmica, entendendo por “veículos de qualidade acadêmica” o estabelecido no § 6º do Art. 8º.

Art. 8º. De acordo com a produção intelectual de cada pesquisador, serão atribuídas horas de pesquisa segundo as seguintes exigências mínimas:

- a) *Pesquisador 8 horas*: ter publicado pelo menos 3 trabalhos em veículos de qualidade acadêmica nos últimos 5 anos.
- b) *Pesquisador 14 horas*: ter publicado pelo menos 5 trabalhos em veículos de qualidade acadêmica sendo 2 (dois) artigos em periódico classificado pelo Qualis/Capes como nacional ou internacional A, ou 1 (um) artigo em periódico classificado pelo Qualis/Capes como nacional ou internacional A ou um livro completo.
- c) *Pesquisador 20 horas*: ter publicado pelo menos 8 trabalhos em veículos de qualidade acadêmica nos últimos 5 anos, sendo obrigatório um dos seguintes casos: a) 2 (dois) artigos em periódico classificado pelo Qualis/Capes como nacional ou internacional A, b) 1 (um) artigo em periódico classificado pelo Qualis/Capes como nacional ou internacional A e um livro completo, c) 2 livros completos. Alternativamente poderão ser concedidas 20 horas aos professores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, pelo período de duração da bolsa.

§ 1º Ao novo pesquisador será atribuída uma carga horária mínima de 8 h por 3 anos. Vencido este prazo ingressará no processo de avaliação normal previsto no caput deste artigo.

§ 2º Para pleitear um número maior de horas de pesquisa os novos pesquisadores deverão cumprir os requisitos estabelecidos no caput deste artigo.

§ 3º Serão compreendidos na qualidade de “pesquisadores que retornam ao exercício das atividades de pesquisa” (Art. 36, § 2º da Res 009) os professores que retornam às atividades de pesquisa depois de participar de curso de formação (doutorado e pós-doutorado).

§ 4º Para os professores contemplados no § 3º deste artigo, serão atribuídas um máximo de 8 horas de pesquisa por um período igual ao de seu afastamento, com um máximo de 2 anos. Alternativamente o professor poderá optar por solicitar mais horas mediante análise de Currículo Lattes dos últimos 5 anos segundo estabelecido no caput deste artigo.

§ 5º Os professores contemplados com bolsa de pesquisa do programa FUNPESQUISA ou similar da Universidade ou de órgão de fomento à pesquisa do Estado ou da União, serão concedidas 14 horas de pesquisa pelo período de duração do projeto. Alternativamente o professor poderá optar por solicitar mais horas mediante análise de Currículo Lattes dos últimos 5 anos segundo estabelecido no caput deste artigo.

§ 6º Para a consideração do disposto neste artigo serão considerados “veículos de qualidade acadêmica” as seguintes categorias de publicações:

1. Revista do Serviço Social ou áreas afins com corpo editorial.
2. Artigos completos em anais de congressos ou encontros qualificados do Serviço Social ou áreas afins.
3. Livros ou capítulos de livros em editoras universitárias ou com corpo editorial.

§ 7º Em todos os casos a atribuição da carga máxima possível para o pesquisador dependerá da disponibilidade de horas no Plano de Atividades do DSS e dependerá da aprovação do Colegiado do Departamento.

Capítulo III. Do Coordenador de Pesquisa.

Art. 9º O Coordenador de pesquisa do DSS deverá cumprir as exigências especificadas na Res. 009/Cun/2006.

§ 1º O Coordenador de Pesquisa do DSS será designado pelo Colegiado do DSS a partir de indicação do Chefe do Departamento.

§ 2º Em caso de ser contestada a indicação do Chefe do Departamento, o Colegiado do DSS deverá determinar, em discussão destinada a este fim, o mecanismo de escolha do Coordenador de Pesquisa.

§ 3º O Coordenador de Pesquisa do DSS terá uma carga horária de 8 horas para o desempenho de suas funções.

Art. 10 O Coordenador de Pesquisa, além das funções estabelecidas na Res. 009/Cun/2006 e as decorrentes dos artigos anteriores deste regimento terá as seguintes funções:

1. Representar o DSS nos fóruns ou eventos relativos à atividade de pesquisa que exijam a representação do DSS.
2. Divulgar e incentivar a iniciação científica no curso de graduação em Serviço Social.
3. Promover atividades destinadas à divulgação e socialização dos projetos de pesquisa e dos resultados da pesquisa da comunidade acadêmica do DSS. Em particular, promover um evento anual destinado a este fim fazendo parte do calendário acadêmico da Semana do Assistente Social.
4. Promover a publicação de artigos científicos resultantes do trabalho de Iniciação Científica dos alunos do curso de graduação, em espaço destinado a tal fim no Portal do DSS na Internet, mediante procedimento público de seleção de trabalhos regulamentado por norma específica.

Disposições finais

Art. 11º Conforme exigido no Art. 8, inciso II da Res. 009/Cun 2006, o DSS define em 5% o percentual destinado ao Departamento daqueles projetos de pesquisa que envolvam captação de recursos não oriundos de órgãos governamentais de fomento.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Pesquisa juntamente com o Colegiado do DSS.

O presente documento foi aprovado em reunião do Colegiado do Departamento de Serviço Social em 17 de abril de 2007.

ANEXO 6: Regulamento de Extensão do Departamento de Serviço Social (versão preliminar)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Regulamento de Extensão do Departamento de Serviço Social

DISPÕE SOBRE A PROPOSIÇÃO, APROVAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, COORDENAÇÃO, DIVULGAÇÃO E RECURSOS DAS ATIVIDADES EXTENSÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES

Art.1º - A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação sistematizada desta com a comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa (artigo 1º da Resolução nº05/Cun/1998).

Art. 2º – São consideradas atividades de extensão quaisquer tipos de atividades que envolvam, mesmo que parcialmente, consultorias, assessorias, cursos, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, atividades assistenciais, artísticas, esportivas, culturais e outras afins, propostas individual ou coletivamente, realizadas na Universidade ou fora dela, conforme artigo 2º da Resolução 05/Cun/1998 em vigor.

CAPÍTULO II DA PROPOSIÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Art. 3º – A proposição, registro, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos de extensão do DSS seguirá o estabelecido na Resolução 05/Cun/1998.

Art. 4º - As atividades de extensão do DSS poderão ser desenvolvidas por professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação, preferencialmente vinculados aos núcleos de pesquisa e/ou extensão do Departamento de Serviço Social, em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social.

Art. 5º - As propostas de extensão, sejam elas de qualquer natureza e duração (conforme o artigo 2º deste regimento), deverão ser registradas no Formulário de Extensão disponível no endereço eletrônico www.daex.ufsc.br.

Art. 6º – Após o preenchimento do formulário eletrônico o proponente da atividade de extensão deverá encaminhar uma cópia impressa do mesmo ao núcleo de pesquisa e/ou extensão ao qual se vincula, para apreciação e aprovação em primeira instância através do preenchimento do formulário próprio para este fim disponibilizado em www.servicosocial.ufsc.br – pesquisa e extensão- documentos.

§ 1º - As propostas de extensão que serão executadas de forma pontual, cuja carga horária total não exceda 8 (oito) horas de atividade, deverão ser entregues na Secretaria do DSS, que emitirá um protocolo de recebimento, e dirigidas diretamente ao (à) Coordenador(a) de Extensão do DSS para análise e aprovação.

§ 2º - No caso da atividade de extensão exceder 8 (oito) horas total e seu proponente não estiver vinculado a nenhum núcleo de pesquisa e/ou extensão do DSS, a proposta de extensão deverá ser entregue na Secretaria do DSS, que emitirá um protocolo de recebimento, e dirigida diretamente à coordenação de extensão para encaminhamento à Comissão de Extensão do DSS (ver capítulo VI deste Regulamento).

Art. 7º - As propostas, através do formulário de extensão, aprovadas pelos núcleos de pesquisa e/ou extensão deverão ser entregues na Secretaria do DSS, que emitirá um protocolo de recebimento, e dirigido ao (à) Coordenador(a) de Extensão do DSS que deverá emitir parecer – baseado na prévia aprovação do grupo de pesquisa e/ ou extensão - e após, encaminhar as propostas ao Colegiado do DSS para apreciação e aprovação.

Parágrafo único - No parecer do Coordenador de Extensão deverá constar o número de horas de dedicação semanal máximo possível para o coordenador e para os demais membros participantes na atividade/projeto de extensão.

Art. 8º - Após dar seu parecer, o (a) Coordenador (a) de Extensão do DSS deverá encaminhar a proposta para apreciação em reunião do Colegiado do DSS, solicitando à chefia do Departamento ponto de pauta específico para este fim.

Art. 9º - A chefia do DSS terá um prazo máximo de 20 dias para a aprovação da proposta no sistema eletrônico da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, contados a partir da data da reunião do Colegiado do DSS em que ocorreu sua aprovação.

Art. 10 - Quando os projetos de extensão envolverem mais de um departamento ou centro de ensino da UFSC, deverão ser aprovados pelos mesmos, conforme parágrafo único do art. 12º da Resolução 005/CUn/1998.

Art. 11 - Os projetos de extensão terão duração máxima de 2(dois) anos.

Parágrafo único – Após dois anos, havendo necessidade de continuidade/renovação do projeto, este deverá ser novamente encaminhado em formulário impresso, conforme o art. 5º, às instâncias previstas nos artigos 6º, 7º e 8º deste regimento.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DE HORAS DE EXTENSÃO PARA PROFESSORES E SERVIDORES DO DSS

Art. 12 - As horas dedicadas às atividades de extensão deverão constar do Plano de Atividades Departamental, devendo ser registradas à medida que forem sendo autorizadas, ressalvados os limites, previstos na legislação pertinente para as atividades de ensino e pesquisa.

Art.13 - De acordo com a relevância social e acadêmica da proposta, enquanto espaço de articulação entre a pesquisa/ensino e extensão, serão atribuídas horas de extensão ao professor proponente, segundo os seguintes critérios:

I – Para destinação de 4 (quatro) horas semanais ao professor caberá a apresentação de projeto específico que deverá cumprir os trâmites previstos nos artigos 5º, 6º,7º,8º,9º,10º e 11º deste regimento.

II – Para destinação de 8 (oito) horas semanais ao professor caberá a apresentação de projeto específico que deverá cumprir os trâmites previstos nos artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º deste regimento e ainda cumprir um dos três requisitos a seguir:

- a) Ser campo de estágio curricular obrigatório e não obrigatório para os acadêmicos do curso de Serviço Social.
- b) Ter projeto aprovado pelo Programa de Extensão Universitária - PROEXTENSÃO.
- c) Ter publicação de um artigo em periódicos do Serviço Social e áreas afins e/ou periódicos destinados à publicação da extensão universitária.

Art.14 - Ao servidor técnico-administrativo lotado no Centro Sócio-Econômico e localizado no DSS, proponente ou participante de atividade ou projeto de extensão, caberá o número de horas autorizado pela Chefia do DSS.

CAPÍTULO IV DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS(OS) ATIVIDADES/PROJETOS DE EXTENSÃO

Art.15 - A atividade/projeto de extensão aprovada(o) e desenvolvida(o) pelo DSS, independente de sua natureza e duração, deverá ser avaliada(o) e acompanhada(o) através de relatório, conforme roteiro disponível no endereço eletrônico www.daex.ufsc.br, a ser dirigido ao(à) Coordenador(a) de Extensão do DSS e entregue na Secretaria do DSS, com emissão de protocolo de recebimento, no prazo máximo de 30 dias após a data de término prevista na proposta de extensão.

Art. 16 - O(A) Coordenador(a) de Extensão deverá emitir parecer no relatório final e encaminhá-lo para apreciação do Colegiado do DSS em reunião, solicitando à chefia do Departamento ponto de pauta específico para este fim.

Art. 17 - A chefia do DSS terá um prazo máximo de 20 dias para o relatório no sistema eletrônico da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, contados a partir da data da reunião do Colegiado do DSS em que ocorreu sua aprovação.

Art. 18 - Havendo necessidade de prorrogação da data de término da atividade de extensão, o proponente deverá solicitar ao(à) Coordenador(a) de Extensão, prorrogação do prazo, 30 dias antes do seu vencimento, em formulário próprio para este fim disponível em www.servicosocial.ufsc.br – [pesquisa e extensão- documentos](#).

Parágrafo único- O(a) Coordenador(a) de Extensão avaliará a solicitação e encaminhará seu parecer ao Chefe do DSS para apreciação em reunião do Colegiado.

CAPÍTULO V DO COORDENADOR DE EXTENSÃO DO DSS

Art. 19 - O(A) Coordenador(a) de Extensão do DSS terá mandato de 2 (dois) anos, sendo indicado(a) pelo Chefe do Departamento e referendado(a) pelo Colegiado do DSS em reunião.

Parágrafo único – Em caso de ser contestada a indicação feita pelo Chefe do Departamento, o Colegiado do DSS deverá determinar, em reunião destinada para este fim, o mecanismo de escolha do(a) Coordenador(a) de Extensão do DSS.

Art. 20 - O(A) Coordenador(a) de Extensão terá uma carga horária de 8(oito) horas para o desempenho de suas funções.

Art. 21 - O(A) Coordenador(a) de Extensão do DSS terá como atribuições:

- I. Representar o DSS nos fóruns ou eventos relativos às atividades de extensão que exijam a representação formal do Departamento.

- II. Divulgar e incentivar a atividade de extensão no curso de graduação de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.
- III. Emitir pareceres em documentos relativos às atividades de extensão do DSS.
- IV. Acompanhar e divulgar aos professores, servidores técnico-administrativos e alunos do Departamento e Curso de Serviço Social, com antecedência máxima possível, os programas e editais de promoção e financiamento de atividades de extensão universitária.
- V. Promover a realização de um Fórum Anual de Extensão do DSS para fins de divulgação e socialização das atividades de extensão do DSS.
- VI. Promover a publicação das atividades de extensão do DSS.
- VII. Relacionar-se com a Chefia do DSS de forma a garantir espaço nas reuniões do Colegiado para tramitação das propostas/projetos de extensão, bem como garantir o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento de suas atividades de coordenação.
- VIII. Organizar a documentação relativa às atividades de extensão, cadastrando e arquivando projetos, relatórios, ofícios, pareceres, e outros documentos afins.

CAPÍTULO VI DA COMISSÃO DE EXTENSÃO DO DSS

Art. 22 - A Comissão de Extensão do DSS será formada pelo(a) Coordenador(a) de Extensão do DSS, a quem cabe sua coordenação, e por três professores, com mandato de um ano, escolhidos em reunião de colegiado do Departamento, devendo seus membros serem substituídos em sistema de rodízio entre todos os professores do DSS.

Art. 23 - A Comissão de Extensão do DSS terá as seguintes atribuições

- I. Emitir parecer em atividades/projetos de extensão, que não se vinculem a nenhum núcleo de pesquisa e/ou extensão do DSS. O parecer deve ser emitido por dois membros da Comissão não envolvidos na atividade em análise.
- II. Organizar o Fórum de Extensão do DSS (anualmente) e outras atividades de extensão promovidas pelo DSS.
- III. Apoiar as atividades do(a) Coordenador(a) de Extensão do DSS, quando solicitado.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

Art. 24 - As atividades de extensão do DSS serão desenvolvidas na Universidade ou fora dela, com recursos humanos, materiais e financeiros próprios ou não.

Art. 25 - As atividades de extensão, quando envolverem a captação de recursos financeiros, terão a sua gestão executada pela própria Universidade, através da Secretaria Especial de Planejamento – SEPLAN ou por uma das Fundações de Apoio, devidamente credenciada.

Art. 26 - Todo material permanente, inclusive equipamento, adquirido por Fundação de Apoio, com recursos financeiros captados através de atividades de extensão, será incorporado ao patrimônio da Universidade e localizado no Departamento de Serviço Social e/ou no núcleo de pesquisa e/ou extensão no qual o proponente da atividade de extensão se vincula, responsável pela aprovação do projeto em primeira instância.

Art. 27 - Do valor total dos recursos financeiros provenientes das atividades de extensão, seja ela de qualquer natureza, pagos ao executor pessoalmente ou através de fundação própria para este fim, será recolhido, além daqueles previstos nos itens I, III e IV do art. 18 da resolução 005/Cun/98, um percentual de 5% para o Departamento de Serviço Social, sendo que destes, quando for caso, 2,5% deverão se destinar ao núcleo de pesquisa e/ou extensão ao qual se vincula o proponente, responsável pela aprovação do projeto em primeira instância.

Parágrafo único – A captação do valor a que se refere o artigo deverá ser feita através de depósito na conta bancária da FEPESE de nº -----, agência -----, banco-----, cujo comprovante deverá ser anexado ao relatório final do Projeto.

CAPÍTULO VIII DA DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO DSS

Art. 28 - A DSS organizará anualmente um Fórum de Extensão, onde serão socializadas as experiências de extensão desenvolvidas pelo Departamento durante o ano.

Parágrafo único – A organização do referido Fórum será de responsabilidade da Coordenação de Extensão e da Comissão de Extensão do DSS prevista no capítulo VI deste regimento, com o apoio administrativo da Secretaria do DSS.

Art. 29 - Após a realização do Fórum de Extensão caberá à Comissão de Extensão do DSS, com o apoio administrativo da Secretaria do DSS, a elaboração de relatório ou documento afim contemplando as experiências apresentadas, para posterior divulgação interna e externa à UFSC.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria de Extensão juntamente com o Colegiado do DSS.

O presente Regimento foi aprovado em reunião do Colegiado do Departamento de Serviço Social em

ANEXO 7 :

AVALIAÇÃO DO CURSO SERVIÇO SOCIAL: SINAES – ENADE – NDE (Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

AVALIAÇÃO DO CURSO SERVIÇO SOCIAL: SINAES – ENADE – NDE (Atualização 10/12/2009)

A atual matriz curricular do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina foi implantada no primeiro semestre letivo de 1999 e sofreu alterações pontuais ao longo dos anos 2000. O Projeto Político Pedagógico – PPP – do curso foi revisado e adequado à legislação vigente em 2007, tendo sido aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação da UFSC em 13.08.2008.

O Curso de Serviço Social matutino teve seu reconhecimento renovado pela Portaria nº 1658, de 18/11/2009, publicada nessa data na seção 1, p.40 do Diário Oficial da União – DOU.

Contudo, não obstante a adequação à legislação, o processo de revisão curricular teve continuidade, uma vez que foi sentida pela comunidade acadêmica a necessidade de um aprofundamento da revisão realizada para atualização da matriz curricular do curso, tendo em vista a pesquisa de avaliação da implementação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, cujos resultados foram divulgados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS em dezembro de 2008.

Com o processo de revisão curricular em andamento, o Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social deliberou em 10.12.2009, orientações gerais para reforçar os mecanismos de regulação e auto-regulação do curso, já existentes, bem como constituir e implantar outros mecanismos previstos na legislação, mas não implementados até então.

Nesta perspectiva o Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social deliberou por:

1. Explicitar o compromisso da Coordenadoria e Colegiado de Curso de Serviço Social com o **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**, que integra o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**, viabilizando as inscrições dos estudantes ingressantes e concluintes junto ao INEP, com acompanhamento e avaliação dos resultados nos espaços internos do curso. Esse compromisso se estende ainda, pela

participação de representantes docentes e discentes do curso em debate sobre o resultado do ENADE, particularmente junto às demais Instituições de Ensino Superior – IES – com cursos da mesma área, sediadas no Estado de Santa Catarina e com todas aquelas fora deste Estado, vinculadas à ABEPSS;

2. Explicitar o compromisso de disponibilizar todas as informações necessárias referentes ao ENADE para os estudantes ingressantes e concluintes, bem como promover debates acerca desse Exame com todos os estudantes do curso;
3. Instituir o Núcleo Docente Estruturante – NDE - do Curso de Graduação em Serviço Social em 2010, para administrar as questões acadêmicas e pedagógicas do curso, buscando articular os diferentes objetivos educacionais e de gestão do currículo implantado em 1999.1 e em processo de revisão desde 2008, conforme acima mencionado. O NDE terá como principal função o acompanhamento sistemático das atividades acadêmicas do curso. Destaca-se que o Centro Sócio Econômico constituiu a Comissão de Sistematização da Revisão Curricular do Curso de Serviço Social, através da Portaria nº 046/CSE/2009 em 23/06/2009.
4. Explicitar o compromisso de avaliação contínua do curso, conforme previsto nas competências do presidente do Colegiado de Curso na Resolução nº 18/CUn/2004, art. 11. Esse compromisso já tem se efetivado pela Coordenadoria de Curso, especialmente desde 2006, por meio das Comissões Didático Pedagógicas e em 2009 pelas Oficinas de Avaliação do Curso realizadas com todos os segmentos envolvidos no processo de formação profissional: estudantes, assistentes sociais supervisores de campo e docentes. A avaliação externa do curso é realizada, reiteradamente, por meio do Fórum de Supervisão de Estágio, de caráter permanente, envolvendo assistentes sociais supervisores das Instituições Campos de Estágio credenciadas na UFSC, os estudantes e os professores supervisores, além dos coordenadores de estágio e de curso. Registra-se ainda, no que se refere à avaliação externa do curso que o Conselho Regional de Serviço Social, tem assento no Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social.

ANEXO 8 : ESTÁGIOS (Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

ESTÁGIOS (Atualização 10/12/2009)

O Curso de Serviço Social da UFSC organiza o Estágio em Serviço Social a partir de seu Regulamento de Estágio, aprovado em 26 de fevereiro de 2008.

O referido Regulamento encontra-se de acordo com a Lei Federal 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e com a Resolução CFESS n.533/2008, que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

Todas as solicitações de estágio em Serviço Social são registradas, analisadas e devidamente acompanhadas pela Coordenadoria de Estágio do Departamento de Serviço Social, em sistema próprio da UFSC, denominado SIARE (Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios).

O estágio não obrigatório é tratado no art. 22 do Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social, que prevê sua realização pelo estudante nas 5ª. e 6ª. fases, com concomitante supervisão de profissional assistente social no campo de estágio, bem como supervisão pedagógica por meio de disciplinas específicas para este fim, denominadas Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Não Obrigatório I [DSS 5651] e Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Não Obrigatório II [DSS 5652].

O Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social, deliberou em reunião realizada no dia 10.12.2009, recomendação ao Departamento de Serviço Social, que em 2010 incluía em seu Regulamento as adequações necessárias à Lei 11.788/2008, no que se refere ao direito à remuneração no período de recesso de estágio, pagamento obrigatório de bolsa auxílio e transporte compulsório para estágio não obrigatório, bem como se reforce a necessidade de

seguro contra acidentes pessoais para as duas modalidades de estágio: obrigatório e não obrigatório

Vale destacar o compromisso do Curso de Serviço Social da UFSC com a compreensão do estágio supervisionado como ato educativo fundamental à formação dos estudantes de serviço social. Nesta direção, representantes docentes e discentes deste Curso, têm participado ativamente das discussões acerca da elaboração da Política Nacional de Estágios – PNE, desencadeada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. A representação local de docentes e discentes, também participou das discussões e elaboração da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social CFESS n.533/2008, que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.

ANEXO 9 : EGRESSOS (Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

EGRESSOS

O acompanhamento geral de egressos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC é realizado por meio do sítio eletrônico específico [www.egressos.ufsc.br].

O curso de Serviço Social da UFSC reiterou em reunião de seu colegiado realizada em 10.12.2009, seu compromisso com a atualização cadastral dos egressos no referido endereço eletrônico.

O compromisso da interação entre o Curso e os egressos, se expressa em iniciativas de investigação sobre a inserção dos profissionais no mercado de trabalho, como a pesquisa “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina”, aprovada pelo CNPq em 2008 [em andamento].

Colegiado Curso Graduação em Serviço Social: Florianópolis/UFSC, 10.12.2009

ANEXO 10: ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

(Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

O Colegiado do Curso de Graduação do Curso de Serviço Social, em reunião realizada em 10.12.2009, reitera a necessidade de ações efetivas no sentido de fomentar a articulação ensino-pesquisa-extensão, previstas no Projeto Político Pedagógico, aprovado em 2008, como segue:

A necessidade de estabelecer e aprofundar a inter-relação do curso de graduação em Serviço Social com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Mestrado corresponde a uma transversalidade na organização pedagógica dos conteúdos curriculares da formação profissional.

Tem como horizonte, principalmente, a articulação entre o ensino de graduação e as pesquisas desenvolvidas pelo quadro docente do Departamento de Serviço Social, potencializada pela possibilidade de participação dos estudantes de graduação nos projetos, através de atividades de iniciação científica.

Desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em 2001, o processo de integração da pós-graduação e da graduação tem ocorrido de diferentes formas. Dentre elas estão:

- Produção da Revista Katálýsis, realizada em parceria acadêmico-administrativa com o Curso de Serviço Social;
- Promoção de atividades conjuntas (Pós-Graduação, Departamento de Serviço Social, Centro Acadêmico e PET) destinadas aos estudantes da pós-graduação e graduação. Dentre estas atividades estão as palestras, seminários, discussão de vídeos, aulas inaugurais;
- Dinâmica de funcionamento dos grupos de pesquisa dos quais participam tanto estudantes de pós-graduação como os de graduação, bolsistas de pesquisa, ou não, processo esse que

vem repercutindo no desenvolvimento de habilidades de pesquisa e na aproximação com novos conhecimentos para além dos adquiridos em sala de aula.

- Participação de mestrandos em bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde que atendam aos requisitos constantes das normas de constituição de bancas de TCC do Departamento de Serviço Social;

- Disciplina Estágio de Docência para os mestrandos, bolsistas da CAPES ou não, que segundo avaliação dos professores orientadores, dos próprios mestrandos e de estudantes de graduação, tem permitido uma privilegiada aproximação de ambos os cursos, despertando um maior interesse em informações sobre a pós-graduação e a seleção de recém-graduados que acessam a pós-graduação no semestre seguinte ao do término do curso.

É importante ressaltar que os professores do Mestrado são professores também do curso de graduação (diurno e noturno) ministrando disciplinas, orientando TCC's e projetos de extensão, sendo que a dinâmica de funcionamento dos Núcleos de Pesquisa tem intensificado esta integração.

A articulação ensino-pesquisa-extensão viabiliza-se preferencialmente por meio dos Grupos/Núcleos de Estudos, Pesquisa e/ou extensão do Departamento de Serviço, a saber:

- MOSCOPSS — Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social.
- NECAD — Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família.
- NEPPI — Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições.
- NESPP — Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social.
- NESSOP — Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular.
- NETeG — Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero.
- NUSSERGE — Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero.
- OLA — Observatório Latino-Americano. [PPPCURSO SERVIÇO SOCIAL/1998]

A articulação da pós-graduação com a graduação, como a articulação ensino, pesquisa e extensão, são pressupostos pedagógicos que estão presentes na trajetória do Departamento de Serviço Social e na construção do próprio Mestrado, reconhecendo-se a participação dos estudantes em projetos e atividades afins, especialmente por meio de disciplinas optativas, já existentes, como: **Intercâmbio em Serviço Social I** [DSS 5801], **Intercâmbio em Serviço Social II** [DSS 5802], **Atividades Complementares em Serviço Social** [DSS 5119], **Atividades Extraclasse: Monitoria** [DSS 5710], **Seminários Temáticos em Serviço Social I** [DSS 5711] e **Seminários Temáticos em Serviço Social II** [DSS 5712].

Registra-se ainda que todas as atividades realizadas pelos estudantes como iniciação científica e participação em projetos de extensão são consideradas **atividades complementares** ao processo de formação profissional, com carga horária validada pela matriz curricular na disciplina, acima mencionada, **Atividades Complementares em Serviço Social** [DSS 5119], que tem como ementa e objetivos:

[...] EMENTA: Atividades de pesquisa, extensão, produção científica visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de folders e artigos.

[...] OBJETIVO: Proporcionar ao estudante a oportunidade de complementar sua formação profissional com a participação em atividades extraclasse contínuas no semestre letivo e que se relacionem diretamente às temáticas da área de atuação do assistente social. [DSS.PROGRAMA DISCIPLINA 5119/20092]

Colegiado Curso Graduação em Serviço Social: Florianópolis/UFSC, 10.12.2009

ANEXO 11: DISCIPLINA OPTATIVA: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
(Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

DISCIPLINA OPTATIVA: LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Considerando a obrigatoriedade do cumprimento da disciplina de Libras, conforme art. 3º. do Decreto da Presidência da República nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Colegiado do Curso de Graduação do Curso de Serviço Social, deliberou em reunião realizada em 10.12.2009, pela **inclusão** da disciplina de **Língua Brasileira de Sinais – LLE 7881**, como disciplina **optativa** do Curso, a partir do ano de 2010.

As providências para a inclusão da disciplina de libras, ficará a cargo da Coordenadoria de Curso de Serviço Social junto à Pro Reitoria de Ensino de Graduação – PREG.

Colegiado Curso Graduação em Serviço Social: Florianópolis/UFSC, 15.12.2009

ANEXO 12: REGULAMENTAÇÕES /ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CLASSE: CFESS/ABEPSS (Atualização 10/12/2009)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
COORDENADORIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (048) 3721 9538 – E-MAIL- cssocial@cse.ufsc.br

REGULAMENTAÇÕES /ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CLASSE: CFESS/ABEPSS

O Curso de Graduação em Serviço Social, ao longo de sua trajetória histórica tem desenvolvido ações conjuntas aos órgãos que representam a categoria profissional e as escolas de serviço social no país, reconhecida e respectivamente o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a qual somos filiados, compreendendo a inegável indissociabilidade de formação e exercício profissional.

Nesta perspectiva o Curso tem se pautado na observação e cumprimento das legislações vigentes que são pertinentes à categoria profissional, dentre as quais particularmente citamos:

- **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais** Aprovado em 15 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº. 290/94 e 293/94;
- **Lei 8662/1993** (publicada no Diário Oficial da União de 8 de junho de 1993). Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;
- **Resolução CFESS n.533/2008**, que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social.;
- **Diretrizes Curriculares da ABEPSS DE 1996;**
- **Diretrizes Curriculares da ABEPSS DE 1999.**

Colegiado Curso Graduação em Serviço Social: Florianópolis/UFSC, 10.12.2009